

REVISTA
DO
SERVIÇO
PÚBLICO



REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO
EDITADO PELO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO
(Decreto-lei n. 1.870, de 14 de dezembro de 1939)



ANO XIV

FEVEREIRO DE 1951

Vol. I - N. 2

SUMÁRIO

EDITORIAL	Pág.
O Novo Estatuto.....	3
COLABORAÇÃO	
Lei Orgânica do Tribunal de Contas — OSCAR VICTORINO MOREIRA.....	5
Higiene Mental do Trabalho — ADALBERTO DE LYRA CAVALCANTI	9
O Ensino na Real Armada Inglesa — CYRIL LLOYD	13
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	
Administração Financeira dos Municípios — II — JOÃO BATISTA FERNANDES.....	20
ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL	
Espécies Comestíveis Marítimas e de Água Doce — HAROLD BLEGVAD (Trad. de Maria de Lourdes Lima Modiano).....	55
O Secretariado das Nações Unidas (Trad. de Espírito Santo Mesquita) (Continuação).....	69
ADMINISTRAÇÃO GERAL	
APERFEIÇOAMENTO	
Curso de Organização e Administração — IBANY DA CUNHA RIBEIRO.....	73
Notas sobre Legislação de Pessoal.....	80
DOCUMENTÁRIO	
Princípios e Problemas de Governo — CHARLES G. HAINES e BERTA M. HAINES (Trad. de Espírito Santo Mesquita) — Continuação	83
NOTAS	
Melhorando a Eficiência dos Empregados Públicos — JAMES M. MITCHELL (Trad. de Tomás de Vilanova Monteiro Lopes).....	87

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO

ÓRGÃO DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO

Editado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público

(Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1939)

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Edifício da Fazenda - 6.º andar — Sala 619

Rio de Janeiro — Brasil

TELEFONES: Redação 22-9961 Ramal 529
Administração..... 22-9961 Ramal 527
Expedição..... 22-9961 Ramal 553

Enderêço telegráfico: REVISDASP

Diretor — ESPÍRITO SANTO MESQUITA

Redator-chefe — Diógenes B. Monteiro

Secretário — Wanda Silva Wolter

Expediente

Assinatura anual Cr\$ 50,00
Assinatura anual para o exterior..... Cr\$ 100,00
Número avulso..... Cr\$ 5,00

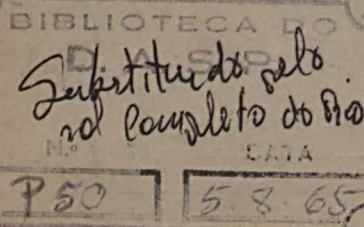
A remessa de qualquer importância — em vale postal ou cheque bancário — deverá ser feita à “Revista do Serviço Público”.

A administração da Revista pede aos srs. assinantes que ainda não reformaram suas assinaturas vencidas, a gentileza de o fazerem com a maior brevidade.

Os conceitos emitidos em trabalhos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. A publicação de tais trabalhos nesta Revista é feita unicamente com o objetivo de focalizar assuntos relacionados com a administração pública e provocar, assim, o estudo e debate dos mesmos.

Só serão pagos os trabalhos inéditos escritos especialmente para esta Revista.

Permite-se a transcrição de qualquer matéria publicada, desde que seja indicada a procedência.



O Novo Estatuto

TUDO faz crer que se intensifiquem os trabalhos de elaboração do novo Estatuto e, conseqüentemente, tenha ainda este ano o funcionalismo o seu diploma legal de direitos e vantagens, deveres e responsabilidades.

Todos sabemos que, pela sua importância, figura o Estatuto entre as leis complementares à Constituição. E para fixar-lhe o verdadeiro sentido, basta atentar na relevância que tal diploma assume nos países de progressista regime administrativo. Na França, estadistas como Briand, Clemenceau, Maginot foram autores de Projeto de Estatuto. Na Inglaterra, incluem-se Lord Gladstone e Stuart Mill. Visão geral e nítida de tal proeminência dá ainda Alexandre Lefas em seu livro "L'Etat et ses Fonctionnaires".

Entre nós, a preocupação da lei estatutária data de 1907. Nesse ano, Justiniano de Serpa apresenta Projeto que ainda hoje é considerado precursor do Estatuto. De 1907 a 1938, nove projetos do Estatuto se sucederam, dos quais sete foram de iniciativa do Poder Legislativo. Os dois últimos são a bem dizer a matriz de que defluiu o atual Estatuto. Em vinte e um anos, o diploma de direitos do funcionalismo civil evoluiu do esporádico ao sistemático, do fragmentário ao conjuntivo. Assim é que o Projeto Justiniano de Serpa quase se restringe a normas de provimento de cargo ou emprego público, segundo a nomenclatura então adotada, ao mesmo tempo que dispunha, de forma incidente, sobre atos da vida funcional e vantagens no serviço público. Já o Projeto Graccho Cardoso procura definir o funcionário, determinar modalidades de provimento como a nomeação, a promoção, e estatuir certos deveres e penas disciplinares. A seguir, o Projeto Muniz Sodré de Aragão (1913) fixa o primeiro esquema de matérias, em sete capítulos, com amplo estudo introdutivo da importância da lei estatutária nas de-

mocracias modernas. Sucedem-se-lhe o Projeto Camilo de Holanda, com distribuição de matéria, mais consistente, racionalizada; os Projetos da Comissão constituída em 1921, pelo Presidente Epitácio Pessoa; da Comissão Especial do Estatuto, designada em 1929, pelo Presidente Washington Luís. A partir da Constituição de 1934, que trazia dispositivo explícito sobre o Estatuto, seguiram-se mais três tentativas: as da Comissão do Estatuto (Projeto n.º 490-1937); do D.A.S.P. (Exposição de Motivos n.º 501-1938); finalmente, o projeto da Comissão Revisora, que deu origem ao Estatuto vigente (Decreto-lei n.º 1.713, de 28-10-1939).

E' inegável que, resultante dos projetos acima enumerados e da experiência que estudiosos e legisladores trouxeram à matéria, o atual Estatuto firmou sólida política de pessoal, com discriminação equânime de direitos e vantagens, deveres e responsabilidades do funcionalismo civil. Dir-se-á, entretanto, que se impõe ajustá-lo aos novos princípios condizentes com os preceitos da Constituição de 1946. Por outro lado, não resta dúvida de que fatores outros de ordem técnica e mesmo histórica, no âmbito da administração, aconselham a revisão de vários institutos estatutários. Daí a nova importância com que o Estatuto surge, diante de outras exigências e condições administrativas, como lei complementar à Constituição. Daí, conseqüentemente, o interesse que vem despertando a sua elaboração e o anseio com que todo o funcionalismo civil está aguardando seja, no menor prazo possível, convertido em lei o Projeto do Novo Estatuto, em trânsito no Congresso.

Lei Orgânica do Tribunal de Contas

OSCAR VICTORINO MOREIRA

VEM de ser promulgada a Lei n.º 830 que trata da organização do Tribunal de Contas. De há muito esperada, essa lei acaba de ser baixada e contém certos dispositivos que será bom estudá-los para conhecimento geral.

Estruturalmente está a lei assim apresentada:

TÍTULO I — Organização do Tribunal de Contas.

CAPÍTULO I — Da sede e jurisdição.

Da Constituição.

Seção I — Dos Ministros.

Seção II — Dos Auditores.

Seção III — Da Secretaria.

Seção IV — Do Ministério Público.

TÍTULO II — Da Competência, Jurisdição e Atribuições.

CAPÍTULO I — Competência.

CAPÍTULO II — Jurisdição.

CAPÍTULO III — Atribuições.

Seção I — Fiscalização da Administração Financeira.

Seção II — Exame e Registro.

Subseção I — Exame.

Subseção II — Registro.

Subseção III — Distribuição automática.

Subseção IV — Registro "a posteriori".

Subseção V — Tomada de contas.

Seção III — Jurisdição contenciosa.

TÍTULO III — Tomada de contas dos responsáveis.

CAPÍTULO I — Organização do processo de tomada de contas.

CAPÍTULO II — Da instrução e julgamento do processo de tomada de contas.

CAPÍTULO III — Recursos.

CAPÍTULO IV — Da execução das sentenças.

Disposições gerais e transitórias.

Trata-se de uma lei reguladora de um dos órgãos da administração pública, e contém muitos dispositivos de caráter geral, introduzindo modificações na legislação vigente, por processo indireto.

Não nos move o desejo de comentar toda a lei, mas apenas uma parte, a que se relaciona com a administração de material, setor administrativo de nossa especialidade.

Tratando a lei da "distribuição automática", dispõe sobre as dotações orçamentárias que não

serão distribuídas ao Departamento Federal de Compras, enquanto que o Decreto-lei n.º 2.206, de 20 de maio de 1940, determina a distribuição àquele Departamento das dotações destinadas à aquisição de todo o material permanente e de consumo na administração civil. É um caso evidente de legislação indireta, pois o diploma regulador de um órgão não deveria conter disposições particularizadas de outros órgãos. Desta forma escapam à centralização mais alguns órgãos do serviço público.

O parágrafo único do art. 66 vai além, pois permite a redistribuição das dotações, bastando que a solicitem os órgãos competentes e sejam registradas pelo Tribunal de Contas. A consequência não se fará esperar. Desejosas que são inúmeras repartições de se furtarem ao fraco controle exercido pelo Departamento Federal de Compras, alegando motivos tais como demora nos fornecimentos, preços elevados, qualidades diferentes das solicitadas, etc. provavelmente encaminharão aos seus Ministros a solicitação de redistribuições e estes as encaminharão ao Tribunal de Contas, que julgando regulares, registrá-las-á. Dentro em pouco tempo, que repartições estarão sendo abastecidas pelo D. F. C.? Eis a forma sumária de extinguir a centralização das compras. Será que o processo da legislação indireta é o mais conveniente para a administração pública?

Quando foi planejada a centralização das compras, houve um estudo que concluiu pelas vantagens que a mesma consegue, assim como foi notado que os órgãos a serem submetidos a esse regime iriam rebelar-se, pois estariam sujeitos a um controle que nem sempre agrada. Teve o órgão centralizador das compras de lutar contra a falta de cooperação e as deficiências de várias espécies, sobressaindo a parte técnica. Dezenove anos são passados, e quando seria tempo de consolidar-se a obra, de colocá-la em bases mais sólidas e mais amplas, eis que se oferece a oportunidade para aniquilá-la, por processos indiretos.

Já o princípio estabelecido no Decreto-lei n.º 2.206, de 20 de maio de 1940, relativo à distribuição de todas as dotações relativas a material permanente e de consumo, não foi seguido, pois houve a interpretação de que só as dotações orçamentárias contidas nas Consignações I e II, da Verba Material, seriam distribuídas.

Sente-se o desejo geral da volta à descentralização administrativa, e como exemplo a Pro-

posta Orçamentária organizada pelo Ministério da Fazenda, para o exercício de 1950 que, felizmente, não foi adotada.

Será que a descentralização da administração de material traz maiores benefícios que a centralização? Respondemos com perfeito conhecimento de causa, que não. Sabemos da existência de muitos servidores inescrupulosos trabalhando na administração pública e que por diversos motivos não são entregues às autoridades policiais. Manejando esses indivíduos as dotações orçamentárias, cabendo-lhes efetuar as "concorrências", receber e aceitar os materiais, vistoriá-los, medi-los, etc., procedendo a todas as operações, quem os fiscalizará? Será que já nos esquecemos do que se passava tempos atrás? Por ocasião da elaboração da Lei n.º 284, foi verificado que muitos servidores públicos eram pagos como se fôsem portas, janelas, ladrilhos, carvão, etc., sendo que as faturas correspondentes eram processadas regularmente, registradas pelo Tribunal de Contas, tendo havido prévia concorrência.

A interferência de um órgão de compras concorre para diminuir as chamadas "químicas" pois haverá mais alguém que poderá descobrir a irregularidade. Por mais ineficiente que seja o órgão centralizador das compras, sua ação é benéfica, pois também controla.

Com a presente lei, oferecendo-se a oportunidade para as repartições fugirem à centralização, estará de novo aberta a porta àqueles que há muito esperavam por essa oportunidade para se locupletarem com os dinheiros públicos. Não está de parabéns a Administração Pública.

Passemos a outro dispositivo da lei que vimos comentando, dada sua magnitude e repercussão.

Marque a nossa história administrativa a data desta lei e o seu artigo n.º 141.

Continuam em vigor o Código de Contabilidade e seu Regulamento, sendo revogadas as disposições em contrário à lei. Esse Código é mais resistente que qualquer constituição!

Vários de seus dispositivos têm sido revogados, uma vez verificado serem inconvenientes e agora voltam à ativa, mercê desta lei orgânica do Tribunal.

Quais as conseqüências para a administração pública da volta do Código, na íntegra? Já não causará espanto maior porque estamos atravessando uma época em que nada mais assusta, tudo é possível, e mesmo houve há pouco a desvalorização violenta da libra.

Que foi feito das conquistas e do processo de reorganização administrativa desde 1930 até hoje? Será que nada era aproveitável, tudo deveria ser revogado de plano?

O Decreto-lei n.º 2.206, em seus artigos 36 e 37 estabelecera limites para a aplicação dos processos de concorrência pública, administrativa ou coleta de preços, de acordo com a importância a ser adquirida e não em função da verba pela qual corria a despesa. O Código, em seu artigo

(R. G. C. P.) 738, determina que haverá concorrência pública ou administrativa quando os fornecimentos, embora, parcelados, corram à conta de créditos superiores a Cr\$ 5.000,00. Será que ainda existem créditos para material inferiores a essa quantia? Principalmente quando uma máquina de escrever já custa mais que isso? E a coleta de preços? Não prevista pelo Código, desapareceu.

O art. 741 determina que a idoneidade deve ser julgada previamente à abertura das propostas, estabelecendo indiscutível proximidade de datas. Que acontecerá com o Registro de Fornecedores estatuído pelo Decreto-lei n.º 6.204?

O órgão centralizador das compras tem competência privativa sobre o processo de aquisição, escolha de preço e qualidade do material, pois só a ele como técnico poderá caber a decisão. Pela Lei que comentamos e em virtude do restabelecimento integral do Código, foi o D. F. C. despojado de tal competência privativa.

A decisão nas compras voltará indiscutivelmente ao menor preço, julgando-se no papel, e não em face das conveniências para o Estado; a melhor qualidade, o maior rendimento, o menor custo de manutenção e outros fatores não mais imperarão na decisão a ser tomada, porque o art. 743 determina que "a concorrência cabe, de direito, ao autor da proposta mais barata, por mínima que seja a diferença".

A concorrência pública obedece a certas formalidades que só servem para tornar mais moroso o processo de aquisição e mais dispendioso. Editais publicados na íntegra no "Diário Oficial", publicação das propostas na íntegra no "Diário Oficial", com a indicação das propostas aceitas, prazos maiores, sendo impossível reduzi-los, a menos que as concorrências sejam dispensadas e isso não poderá constituir norma.

E o que determina o Código em relação às concorrências administrativas, no art. 758? Pertencendo a dotação orçamentária a uma repartição de um ministério e estando apenas distribuída ao D. F. C., a "inscrição do fornecedor" será solicitada ao Ministro ao qual se subordina a repartição ou ao da Fazenda? No caso de não ser ao da Fazenda, terá o D. F. C. de aceitar aquela inscrição? Se aceitar, que papel fará? — de pagador...

E na época que vivemos, quando os preços flutuam extraordinariamente, será crível que se admita o disposto no art. 760? O prazo de quatro meses para a alteração de preço e que surtiria efeito noventa dias mais tarde, será admissível?

As disposições do artigo 763, e principalmente do seu parágrafo 2.º são interessantes e, se aplicadas, voltaremos ao uso de copiadores, coisa há muito condenada.

Dentre as disposições do Decreto-lei n.º 2.206 que ficaram revogadas, encontramos:

Art. 22, sendo adotados os novos dispositivos, em substituição.

Art. 23, idem, idem.

Art. 24. O D. F. C. terá ficado com competência para adquirir material, mas o que esse artigo contém, está revogado.

Art. 25. Substituído pelas novas disposições.

Art. 27. Dependendo da interpretação que for dada, poderá ser retirada do D. F. C. a competência que lhe cabe nos casos previstos.

Art. 38. Tendo desaparecido a "Coleta de Preços", por não se condicionar às formas previstas no Código e nele não se encontrar regulada, fica esse artigo revogado.

Art. 43. "Restos a Pagar". O Código dispõe de forma diferente sobre essa figura, pelo que a forma contida no Dec.-lei n.º 2.206, sendo contrária, estará revogada.

Os arts. 764 e 765 do R. G. C. P. determinam que sejam providos de contrato todos os fornecimentos de materiais, além dos mesmos decorrerem de concorrência pública.

Como poderá o D. F. C. trabalhar em tal regime? O Código foi elaborado para uma administração descentralizada, de modo que a sua aplicação, no momento, a um órgão como o D. F. C. irá determinar a sua paralisação.

Vamos comentar, ainda, os efeitos da nova lei sobre o Decreto-lei n.º 7.584, pois este foi atingido, também, pela revivência do Código. Estamos convencidos de que haverá forçosamente um entendimento, uma adaptação, segundo a qual será permitido ao D.F.C. trabalhar, com desrespeito à nova lei. Não nos surpreende que tal aconteça, mesmo porque estamos habituados a ver flagrantes desrespeitos a leis, sem que resulte qualquer embaraço ao infrator, aliás já temos dito isso e provado em artigos anteriores.

Parece-nos que esta lei já foi feita para não ser cumprida.

Antes de prosseguirmos em nosso comentário, desejamos fazer uma indagação necessária. Que está visando a administração com as alterações que vem fazendo? Haverá o desejo de melhorar, de obter maior eficiência, maior controle, menor despesa? Esta lei não só subverte uma ordem já assentada e que vinha sendo, aos poucos, deturpada, como traz inúmeras desvantagens. O momento que vivemos é muito diferente do de 1922, quando o Código foi elaborado; a Constituição de 91 foi alterada, veio a Revolução de 30, a Constituição de 34, a de 37, a Segunda Guerra Mundial, a atual Constituição, tendo a fisionomia do mundo mudado inteiramente. Novas condições, novos interesses, novas formas de economia, enfim, tanta coisa diferente e o Código é rejuvenescido, entrando em função tal como nasceu. Que consequências para a administração poderemos esperar?

Há dias ouvimos esta frase que não chegamos a compreender: — Quanto pior, melhor! Justamente num momento que o Estado procura a harmonia necessária ao progresso, quando devemos enfrentar as dificuldades que se nos deparam, quando sabemos nitidamente que uma das armas de que se valem os inimigos da democracia é a balbúrdia na administração, seguida da queda de

eficiência e de recursos, é justamente o momento em que deparamos com uma legislação que vai ao encontro dos desejos de nossos inimigos, fazendo-lhes o jogo.

Muitos são os que, alegando tratar-se de legislação — da ditadura — conseguem revogar tudo que já se fez, seja bom ou mau, tenha decorrido da experiência ou sido aconselhado naturalmente pelas circunstâncias; a preocupação é revogar, sem ser medidas as consequências.

Saibam essas criaturas que a centralização das compras, só nos quatro primeiros anos de sua efetivação, ofereceu uma economia incontestável de mais de Cr\$ 120.000.000,00 e examinada até 1946 apresenta resultados que só podem honrar os que a dirigiram. Será que justamente o fato de terem sido alcançados esses resultados e obtidas as economias é que determinou a nova legislação, mercê da ação, não sabemos de quem?

Quantos serviços irão procurar a forma autárquica? Como irá crescer o número de adiantamentos, a fim de ser conseguido meio mais rápido para a realização de despesas? A que pontos atingirá novamente a conhecida "química orçamentária"?

Será que isso não entrará pelos olhos a dentro de quem examinar a situação criada pela nova lei?

Podemos falar do modo por que estamos dizendo, principalmente porque em nossa monografia intitulada "Contrôle Administrativo" já estudamos a forma de controle e jamais defendemos a aplicação do Código como meio hábil para ser atingido o fim desejado.

No Estado do Rio de Janeiro, segundo nos relatou um grupo de alunos, o Código de lá foi queimado, para não existir nenhum exemplar e não poder mais ser revivido; pena é que o mesmo não tenha sido feito ao da União.

Examinemos mais o que aconteceu em relação ao Decreto-lei n.º 7.584, de 25 de maio de 1945.

Esse Decreto-lei foi elaborado justamente para resolver situações que não podiam ser atendidas pelo Código ou pela legislação complementar, introduzindo as modificações que a prática havia aconselhado. Acham-se, agora, revogados inúmeros dispositivos, tais como: Arts. 2.º e 3.º, 4.º e 5.º e seu parágrafo, 8.º e seu parágrafo 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, além de outros que sofreram alterações, já que a nova forma é diferente.

A forma de aquisição no exterior, prescrita pelo D. L. 7.584, havia derogado o disposto no art. 242, do R. G. C. P., que volta, por sua vez, a plena vigência.

Outras disposições legais foram atingidas, pois o estabelecido no Decreto-lei n. 6.292 também contraria o Código e assim está revogado.

O setor da administração de material tem tido pouca sorte, já no Governo Linhares foi rudemente atingido pelo Decreto-lei n.º 8.323-A e agora sofre este novo golpe, sempre por legislação

indireta. De nada serviu o exemplo de outros países, nem mesmo os resultados aqui alcançados, pois a força contrária à evolução é mais forte.

Não precisamos alongar nosso comentário além do que fizemos pois o que apontamos já é bastante para medirmos a extensão das consequências da nova lei. Há, ainda, o que ela veio determinar no setor da administração de obras, que julgamos acarretar resultados semelhantes aos que apontamos na administração de material.

Pode ser que a máquina administrativa não chegue a parar totalmente, pois serão encontradas formas e aplicados certos recursos administrativos para que tal não suceda, mas se fôr aplicada integralmente a nova legislação, sem arranjos, e sem burlas, aquela máquina irá parar.

Não estamos investigando a culpa do sucedido, mas se o fizéssemos, verificaríamos que a atual direção do Departamento Federal de Compras tem sua grande parte, por dois motivos: 1.^o a sua relutância em fazer funcionar o Conselho de Administração de Material, contrariando dispositivo expresso do Decreto-lei n.º 5.715, fêz com que esse órgão não pudesse dirigir-se pelos meios regulares ao Congresso Nacional expondo os perigos a que ficaria exposta a administração de material; 2.^o porque não se dirigiu de modo claro e inequívoco ao Ministro da Fazenda, apontando o que se passava.

Resta, agora, verificarmos o que se irá passar, fazendo votos para que nossos temores sejam infundados. Aguardemos.

Higiene Mental do Trabalho

ADALBERTO DE LYRA CAVALCANTI

A HIGIENE Mental nasceu com a sombra do primeiro homem.

Dentro, no âmago das selvas espessas ou à margem silenciosa dum curso d'água espelhante, o homem primitivo, ao contemplar os cenários impressionantes e os abrolhamentos de seiva estuante que o circundavam num complexo convidativo de paz e de trabalho fecundo, entrevia a necessidade de imitar os seres animados que o cercavam, ora na carreira trôpega e quase inconsciente, ora no subir a uma árvore fronteira e colhêr o fruto poluído pela ave inocente dos primeiros tempos:

Os sons, os movimentos, o influxo poderoso do meio, tudo que por natural inclinação lhe advinha como necessário à sua subsistência e à sua evolução ulterior, o conduziu a imitar, a seguir o que os seus neurônios infantis, alvorescentes, em via de esplendente desabrochamento dum Eu, futuramente enriquecido de inúmeras aquisições mnemônicas, assimilavam como de utilidade provável. A domesticação do seu Eu, rude e elementar, foi obra da imitação voluntária dos atos mentais adstritos à lógica, à ética e à estética que ele julgava e concebia lentamente.

Assim é que os seus neurônios juvenis, eivados de sensações brutas, pouco a pouco, foram evoluindo em sua progressiva ilustração, pelo cuidado imitativo do meio circundante.

E daí, insensivelmente, o instinto de conservação, o fomes, a libido e o Ego, num entrosamento harmonioso e persistente, foi se firmando, e o homem, de sua vida puramente instintiva, foi se transmutando, uma nova sensação de superioridade foi tomando ascendência e surgiu um novo poder dentro do seu cérebro, de dulness, de débil sabido, conhecimentos mais amplos e mais prementes o foram conduzindo a necessitar de agir, de atuar, de vencer obstáculos e a luta pela existência ia criando isto que hoje chamamos o trabalho, ou seja, a energia humana aplicada a um fim útil, econômico e social. Criada a imperativa necessidade do homem trabalhar porque seria devorado pelos seus rivais mais fortes, se não o fizesse, por etapas sangrentas e doloridas, seguiu o homem, furando montes e valados, navegando em busca de terras desconhecidas, inventando meios de vida e meios de morte até a Renascença, trabalhando sem leis sábias, sem nenhuma higiene do trabalho até

que um espírito novo, maravilhoso, surgiu para o bem da espécie humana, Bernardino Ramazzini, considerado com tãda a razão, o verdadeiro criador da Higiene e da Medicina do Trabalho. Dentro da noite escura da idade média, ao lado de outros eminentes investigadores como Galileu, Leonardo Fibonacci, Rogério Bacon, Kepler, Leonardo Da Vinci, Pico Della Mirandola, André Vesálio, Fabrizzio D'Acquapendente, Harvey, Miquel Servet, Giordano Bruno, Newton e tantos outros, até Benjamin Franklin, o primeiro cidadão do Novo Mundo que forneceu importantes contribuições científicas, homem de ciência e de ideal fiel, amante da liberdade, aquele que no verso famoso, ao ser recebido em Paris, em 1776, foi aclamado como o homem que "tirou o raio do céu para fulminar os tiranos da terra", entre todos esses espíritos eleitos que não temeram a morte e deram suas vidas pelo progresso da humanidade, Bernardino Ramazzini foi considerado um benfeitor de todos os que trabalham, foi o precursor científico de uma mentalidade nova na Ciência do Trabalho. Em seu magnífico tratado de Medicina do Trabalho ele aborda assuntos hoje ainda atualíssimos, ele não se limitou unicamente do estudo de algumas categorias de trabalhadores, ocupou-se de tãdas as profissões, enveredando até a uma incipiente psicologia aplicada ao trabalho, dos mais sutis e variados problemas hoje estudados, como a geopsicologia, a psicologia genética, a psicologia experimental, formando esse corpo de doutrina especializado que é a Psicotécnica e seus ramos afins.

Não se pode falar em trabalho, em higiene do trabalho, sem deixar de citar o nome deste gigantesco pioneiro da defesa do homem ante os riscos e as doenças profissionais.

Ramazzini já dizia que o homem não era uma máquina. Ele previa a observação exata da suposta causa do dano profissional; o exame clínico do indivíduo para determinar a influência do trabalho sobre a saúde; normas higiênicas, ou seja, medidas de prevenção técnicas com o fim de prevenir, de evitar posteriores ataques de causas externas, profissionais. A concepção da obra ramazziniana é tão intensa que vem até os nossos dias, exercendo uma influência benéfica e poderosa.

Antes de Ramazzini, existiam os escravos do trabalho porque nada havia que descrevesse com tão lúcidos argumentos os sofrimentos e as doenças que o trabalho provocava, pois nenhuma

idéia de higiene física nem mental existia em defesa dos trabalhadores.

O velho conceito de Juvenal, *Mens sana in corpore sano*, nunca é tão bem aplicado como na Ergologia ou Ciência do Trabalho.

Nosso corpo é um motor, mas esse motor tem o "anima movens", tem a força psíquica que o movimenta e todo o trabalho, quer seja físico, muscular e manual, ou seja, psíquico verbal e abstrato, depende da solidez da eugenia mental, do predomínio cerebral na orientação e realização do trabalho. A profilaxia mental dos trabalhadores é a tarefa precípua em higiene e segurança do trabalho.

Já o velhíssimo conceito de Hipócrates nos ensina que "a vida é curta, longa a arte, fugitiva a ocasião, enganadora a experiência, difícil o juízo. Não se deve, portanto, fundar a arte médica sobre uma hipótese". Seguindo esse conceito tão salutar, todos os técnicos em ergologia, todos os que vêm se dedicando à ciência do trabalho, médicos e psicólogos, vão deixando para trás todas as experiências não positivadas. Tanto assim que, dentre cerca de 20.000 testes propostos para se medir a inteligência, a personalidade, as aptidões e as outras características mentais como a memória, a atenção, a sugestibilidade, a autocritica, a associação de idéias, a vontade, a imaginação, o poder de ideação, a percepção, o raciocínio, a afetividade, a orientação, a atividade e as expressões temperamentais, somente uma centena de provas psicológicas sobrevivem, dada a reprovação da maioria dos testes, propostos e desmoralizados em seguida. Ao lado desses milhares de testes, cerca de 300.000 profissões estão atualmente classificadas. Vemos como é complexo e vasto o problema, vemos como o homem enquanto progride em certos setores científicos, perde-se num emaranhado de fórmulas de seqüências progressistas que mais atormentam a humanidade do que a beneficiam. Foi para lutar contra este estado de coisas que se criou com foros reais, com a majestade e a dignidade necessária, a Higiene Mental, que, em nossos dias, toca a reunir todos os homens de boa vontade para a tenaz peleja contra a loucura e contra todos os danos possíveis ao psíquico. Não podemos deixar de citar o nome de Clifford Beers, esse homem admirável que, internado como louco em vários hospitais, depois de uma gripe que lhe deixou certas perturbações mentais, escreveu esse livro conhecido de todos "Um Espírito que se achou a si mesmo" a quem chamo de Bíblia da Higiene Mental, onde narra a sua dolorosa via crucis, como lutou para recuperar a razão em um meio hostil e incompreensível. Esse livro despertou em todos os psiquiatras e em todos os homens de boa vontade um movimento que não há de parar, o da profilaxia mental, o da ação contínua na defesa sem cessar da mentalidade humana, em todos os setores sociais, educacionais e trabalhistas. A Higiene Mental é uma luz nova que brilha sem magoar,

que ilumina com intensidade sem ofuscar, que enfeixando questões de fisiologia, patologia, psicologia, biotipologia, pedagogia, reúne tudo numa única medida, a da Assistência Social, ramo dessa gigantesca ciência contemporânea, a Medicina Social.

Hoje a civilização não admite mais a servidão humana e quando o homem criou a máquina, julgou obter maior rendimento e menor esforço do próprio motor humano, com a maior libertação do próprio trabalho.

Essa libertação não se fez, entretanto, pelas contingências mesmo da luta pela vida e a máquina se tornou uma fonte de opressão porque a maioria da classe patronal não estava com a mentalidade preparada para o evento. Entretanto, houve exceções como Ricardo Owen que, em New-Carnack, inaugurou um sistema admirável de socialismo prático, evolucionista, com bases firmes na Higiene Mental. Owen revolucionou o meio industrial da época. Limitou as horas de trabalho, interditou o trabalho dos menores, enviando-os antes à escola e ao aprendizado, criou uma caixa econômica, recreação operária, com teatro, campo de futebol e outros esportes, férias remuneradas, aposentadoria para os velhos, realizou no século passado o que ainda hoje, em certos setores, é tido como exagerado e inadmissível. Entre nós, felizmente, houve muitos seguidores e não posso deixar de citar como pioneiro, no Brasil, a Luiz Tarquínio, na Bahia, no fim do século passado.

O trabalho, hoje, vem sendo encarado por um prisma diferente, mais humano e mais racional e todos, patrões e governos, se empenham em não substituir o trabalho, tanto do operário como do funcionário, pois, pertencem todos a essa imensa rede universal do proletariado. Estão sendo codificadas novas leis justas e científicas a fim de impedir a desumana imposição de serviços mal orientados e mal remunerados, caldos de cultura para as doenças profissionais. Daí a necessidade do trabalho racional, que, insensivelmente, educa o corpo e o espírito.

E esse trabalho só é conseguido com o estudo psico-somático, com uma orientação caracterológica perfeita e uma análise profunda de sua personalidade. Esta é a chave do moderno conceito da Psicotécnica. Saúde do corpo e do espírito com o estudo das aptidões. As condições individuais, para o trabalho, eis o cuidado supremo. Está provado que os desajustamentos no trabalho provocando violentos acidentes, vão a mais de 80%, quando os desastres pela máquina defeituosa não vão além de 10%. A falência até certo ponto do taylorismo, da racionalização do trabalho, proveio do esquecimento do indivíduo. Taylor e Emerson, foram magníficos, estudando os melhores métodos de produção, de rendimento, mas não atingiram o ideal porque não estudaram bem a máquina humana, fonte das energias mecânica, térmica, química, elétrica e nervosa.

Esqueceram o motor humano, o mais puro e o mais rendoso.

A máquina é reparada, é azeitada e nada mais exige, continua trabalhando. O motor humano tem diferenças e exigências bem maiores, as substâncias que dão energia química a nossos músculos não se destroem pura e simplesmente como o carvão na máquina, seus elementos de desintegração se acumulam nos mesmos músculos e atuam danosamente sobre esses mesmos músculos e sobre o cérebro e o fígado principalmente, originando a fadiga profissional. O coeficiente psico-intelectual tem um papel importante no trabalho, seja manual ou muscular, assim a música e o canto facilitam e estimulam a produção.

Por esta mesma razão, no fim do horário de trabalho, no fim do dia, que precede o descanso, há um estímulo de produção, o indivíduo sente-se alegre, menos fatigado porque antevê o próximo descanso. Leopardi, o grande poeta italiano, dizia que "o sábado era o mais agradável dia, cheio de esperanças e cheio de alegria".

A Higiene Mental tem hoje suas regras pre-estabelecidas no campo do trabalho, a fim de, não somente prevenir a fadiga como também evitar esse grave problema que é o do absentismo, das ausências do trabalhador e que, tem, na fadiga crônica, a sua maior causa. A Higiene Mental do Trabalho consiste justamente nisto, dando margem a que o indivíduo trabalhe em seu justo lugar, no setor que a sua vocação, a sua aptidão e daí a sua capacidade, o coloque, bem ambientado e feliz, porque trabalha na ocupação que sempre desejou. Dividimos a fadiga em ativa e passiva. A primeira, a ativa, proveniente dos músculos e do cérebro; a passiva, tendo como origem as emoções, a dor, os aborrecimentos, as preocupações e a nostalgia. A importância social da fadiga é incomensurável, os danos profissionais, os acidentes e doenças ocupacionais enchem diariamente as estatísticas. Observou-se na América do Norte que, muitos anos depois da implantação de 8 horas de trabalho diário, a duração média da vida dos trabalhadores havia aumentado de 15 anos.

Não é preciso maior exemplo do que este, com o tempo de serviço diminuído, prevenindo-se contra a fadiga, o rendimento aumentou, a saúde melhorou e o indivíduo tem a sua vida aumentada.

A Higiene Mental nasceu, como já afirmei, desde a aurora do mundo, quando o homem primitivo, após o seu labor, na caça, na pesca, nos mais rudimentares trabalhos, olhava as estrêlas, a lua, o crepúsculo, as belezas tranqüilas da Natureza e descansava o seu cérebro ainda pobre de imagens mnemônicas e fazia uma incipiente mas necessária higiene mental do trabalho.

Evitar a fadiga, eis o principal fim da higiene mental. Leroy investigando mais de 200.000 operários acidentados, em dois anos, verificou que havia uma grande curva ascendente de aci-

dentes no fim do 1.º horário de trabalho, entre 10 e 11 horas e no fim do 2.º horário, entre 4 e 5 horas, chegando à conclusão de que era a fadiga a causa desses infortúnios do trabalho. Todos conhecem os magníficos trabalhos de Mosso e Spallanzani sobre a fadiga.

Para combater a fadiga, seja muscular ou intelectual, Mosso e Yoteyko sustentam e é hoje aceito, o treinamento como o melhor antídoto contra o esgotamento da energia, desde que seja um treinamento em bases fisiológicas. Outro método para combater a fadiga, são as pausas no trabalho as quais variam conforme a natureza do esforço.

Outro método também muito usado é o do combate à monotonia, com o trabalho variado, com mudanças de posição, de locais, a ocupação realizada em um ambiente confortável, bem iluminado, aquecido de acordo com a temperatura normal, enfim, o trabalho em um local apropriado e o trabalho que o indivíduo tem aptidão e capacidade para realizá-lo.

Na curva do trabalho temos os fatores positivos que são: 1.º — o desejo, o impulso inicial; 2.º — o treinamento, ou seja, a marcha comum do trabalho; 3.º — o hábito, o indivíduo, com o desejo e o treinamento, criando o hábito. Fatores negativos, temos a fadiga, a estafa, e o absentismo, a fuga do trabalho, verdadeira alergia ergológica, o indivíduo não tem ânimo para trabalhar porque se sente esgotado e se trabalhar, falha, vem um círculo vicioso a se estabelecer.

Mais ainda do que o trabalho, em si, são as emoções e as preocupações junto à inaptidão e à inclinação para tal ocupação que acarretam mais facilmente esses desajustamentos que redundam na diminuição da produção. A formação profissional é a grande questão do momento. Nenhum governo, hoje, pode se afastar do estudo biotipológico e temperamental dos seus funcionários, nem a indústria e o comércio, nem indivíduo algum com o tumulto da vida contemporânea, pode deixar de analisar a sua personalidade, a sua conduta, a sua vocação e a sua aptidão para verificar se tem ou não uma ocupação qualquer, criando a sua idoneidade profissional, chave-mestra do sucesso.

E' então a Orientação Educacional, fundamentada no conhecimento íntimo do estudante, com os seus problemas de ajustamento, o primeiro passo no campo trabalhista. Vem depois a Orientação Profissional e, por fim, a Seleção e a Readaptação profissionais. De sorte que, para uma perfeita higiene mental do trabalho, temos que estudar o indivíduo, as suas tendências, a sua vocação, a fim de o mesmo, analisado em todas as suas características mentais, com o seu inconsciente iluminado e desbravado, poder assumir, como se possuísse a espada de um Parcival, assumir o posto que merece na vida. A idéia de Orientação Profissional vem desde Platão. Nada entretanto de positivo foi realizado.

Pascal, Mackenzie, Richards e outros, ensaiavam métodos precários, sem fundamento científico.

As primeiras realizações práticas foram feitas por Parsons e Blomfield, em 1901, em Boston, verificando-se várias análises, de profissões e diagnósticos de aptidões específicas, seguindo-se logo a criação do "Boston Vocation Bureau", em 1908, cujos trabalhos tiveram enorme repercussão, nos Estados Unidos e na Europa. Logo foram criados os cursos de Orientação Profissional nas Universidades de Harvard, da Califórnia e de Colúmbia, em Nova York. E daí, o mundo inteiro contaminado pela boa idéia. Weber criou então a psicologia experimental e outros, como Munsterberger, Stern, Chleusebairge, Binet e Simon, Claparède e inúmeros lançaram os fundamentos da Psicotécnica, ou seja, da Psicologia aplicada tanto ao trabalho como à educação, à medicina, às ciências jurídicas, à sociologia, porque Psicotécnica significa apenas Psicologia aplicada conforme ficou fir-

mado na Associação Internacional de Psicotécnica, em Paris, em 1920.

Assim, a psicologia aplicada ao trabalho tem como fim "humanizar" a máquina, dignificar a vocação e a aptidão do homem, tornando-o capaz de realizar qualquer trabalho com alegria, reajustando plenamente, com as suas reações biológicas admiravelmente bem ajustadas à sua ocupação, realizando-se, assim, a verdadeira Higiene Mental do Trabalho. Há alicerces positivos, dinâmicos e estáticos, na Orientação Profissional.

Os testes modernos empregados, atualmente, atingem regiões abissais do inconsciente e trazem à tona tendências adormecidas, as quais despertam energias e promissoras para o triunfo individual.

Terminamos com as proféticas palavras de Goethe: "nem todos os caminhos são para todos os caminantes".

O Ensino na Real Armada Inglesa

(Extraído de *British Services Education*, de Cyril Lloyd)

A ARMADA Real jamais deixou de ocupar o pensamento do povo britânico tanto na paz como na guerra. Ainda mesmo numa era de utilização da energia atômica para fins bélicos, ainda se está por provar que o domínio dos mares não é essencial a nossa sobrevivência como nação livre!

A Armada surge, assim, como uma espécie de paradoxo, porque muito embora a tradição e os métodos tantas vezes postos a prova constituam o próprio sangue que a alimenta, a alta capacidade de previsão e a versatilidade são duas das características da Marinha de Guerra de S. Majestade Britânica. O progresso no campo dos explosivos de alto poder destruidor acarretou a construção dos navios couraçados e das armas automáticas de tiro muito rápido. A ameaça vinda do ar deu origem aos porta-aviões e a técnica do radar é hoje a própria essência da moderna ciência e da moderna arte de guerra naval.

Tôdas essas indicações da atual maneira de desempenhar velhas funções, maneira essa aliada à atitude que é de tolerância em tempos normais mas terrivelmente agressiva na luta, conquistaram para a Armada uma admiração sem par. Isto se reflete nos índices numéricos relativos ao recrutamento. Muito embora a Armada, — como todos os outros ramos das forças militares, — sofra os efeitos da redução do número de recrutas como sempre acontece depois de qualquer guerra importante, ela ainda pode, com toda confiança, contar com os engajados em suas fileiras para serviço contínuo e por períodos mais longos. Conseqüentemente, o Almirantado tem podido traçar os planos de educação e treinamento para o futuro mais calmamente do que os dois outros ramos das forças militares, sendo também em menor número e menos radicais as possíveis modificações no seu treinamento regular, a fim de atender às necessidades de um trabalho de menor vulto no serviço nacional.

Durante a última guerra, o ensino naval continuou a funcionar regularmente, apesar das crescentes exigências que lhe foram feitas pelas recentes inovações de tecnologia. Isto constituiu uma demonstração do papel fundamental que ele desempenha na formação de oficiais e subalternos

competentes, todos êles com qualificações especializadas. O espaço nos navios é severamente limitado, não se admitindo o transporte de passageiros; cada homem tem uma contribuição específica a prestar em benefício da eficiência do barco como máquina bélica. Este fato e a afirmativa tantas vezes repetida de que a instrução, como tôdas as outras atividades, deve ligar-se diretamente aos conhecimentos práticos, são questões fundamentais para uma perfeita compreensão das bases da organização do ensino naval. E' evidente, além disso, que o ritmo acelerado do progresso científico durante a guerra tornou o treinamento em matéria de teoria mais necessário hoje do que dantes. Nessa esfera do conhecimento fundamental, o ensino na Armada Real segue uma orientação própria a cargo de seu Ramo de Instrução, o qual se interessa principalmente pelo ensino dos oficiais e subordinados da parte teórica de seu trabalho profissional. Será por isso mais conveniente considerar aqui os vários navios e estabelecimentos em que servem os Oficiais Instrutores em vez de tentar fazer qualquer classificação rígida do ensino na Armada como técnico ou geral.

O Real Colégio Naval, em Portsmouth, ou seja, a escola pública da Marinha Britânica, é, com justiça, famoso como estabelecimento que prepara os futuros oficiais de marinha. Os cadetes navais recebiam a princípio seu treinamento a bordo de navios especialmente equipados para êsse fim; mas em 1903 preferiu-se ampliar o currículo nêle incluindo matérias e deveres que só poderiam ser ministrados ou cumpridos num estabelecimento situado no litoral e próximo de uma zona propícia à navegação. Dartmouth dá agora aos seus cadetes uma instrução geral assim como o necessário adestramento técnico. Sob a supervisão de um Diretor, professores civis, portadores de diplomas universitários, ensinam ciência, matemática, línguas modernas, história e inglês, lado a lado com seus colegas, oficiais da Armada que tratam das coisas, costumes e técnicas ligados ao mar. Os clássicos não encontram lugar no currículo da Academia de Dartmouth e o tempo usualmente exigido para a aquisição de conhecimentos nesse campo numa escola comum é aí dedicado aos problemas de náutica, à navegação

e à engenharia. A responsabilidade pôr êsses três setores do ensino naval cabe aos oficiais dos ramos Executivo, Instrutor e de Engenharia respectivamente. Um notável elemento que diferencia os dias de hoje daqueles em que os cadetes navais recebiam pouco mais do que um limitado treinamento profissional a bordo, é o incentivo para que estudem, permitindo-se que os melhores alunos do último ano do curso escolham as ciências ou as letras em que se desejam aperfeiçoar. O incentivo aqui citado é promovido conferindo-se ao estudante o grau de bacharel em ciências e letras, tendo-se firmado acôrdos com várias universidades para que dispensem dos seus exames de admissão os aprovados com notas altas nas provas finais de Dartmouth.

Em matéria de disciplina a Armada Real aperfeiçoou uma norma que não encontra correspondente nos dois outros ramos das forças militares. As relações entre o oficial e o respectivo subordinado na marinha resistiram à prova do tempo e as últimas grandes guerras só em muito pouco as modificaram. A tripulação de um navio forma, de certo modo, uma comunidade singular. Um soldado do exército ou da aeronáutica pode abandonar o quartel depois do serviço, procurar novas companhias e desfrutar os benefícios de uma fuga às exigências da rotina. O marinheiro a bordo não encontra essa facilidade para aliviar-se, mantendo constantemente íntimas ligações com seus companheiros num ambiente de convivência necessariamente limitado. Nessas circunstâncias, o marinheiro anseia pelo retraimento, podendo por isso abater-se o seu moral, a não ser que cada homem procure aprender a ser tolerante e reconhecer os direitos de seus camaradas de rancho. Um código de disciplina adequado a essa comunidade não, é produto do trabalho de um dia nem sua manutenção tarefa de um noviço que não possua o necessário conhecimento da arte de chefia. A Armada leva em conta êsses fatos no processo de treinamento que ministra a seus oficiais. Dartmouth não só ensina matemática, línguas ou ciências como também infunde em seus alunos o sentimento de autoconfiança e o espírito de iniciativa, preparando-os também para a direção de homens. Num regime de "vida em família", sob as ordens de oficiais de linha, cadetes aprendem a viver como membros de uma sociedade muito bem disciplinada, assumindo, um de cada vez, certa autoridade e responsabilidade no seio do grupo e aprendendo todos êles a obedecer o comando dêsses chefes. Assim, o sentido de disciplina e a norma de conduta na Armada são transmitidos aos cadetes durante todo o período de treinamento de modo que êstes, ao chegarem à época dos Cruzeiros de Instrução, já estejam perfeitamente versados nas tradições e costumes do Serviço em que ingressaram. Nos cruzeiros, já em companhia dos cadetes que serviram, por um período apenas, em Dartmouth, vindos diretamente das escolas secundárias, êles se submetem a um treinamento em assuntos técnicos e profissionais. Os Oficiais

Instrutores embarcam no navio-escola para nêle continuarem ministrando instrução teórica e prática em matéria de navegação, matemática aplicada e construção elementar de navios. Ao fim de oito meses vem para os cadetes a promoção a guarda-marinha, passando então a servirem por um período de 16 meses num dos barcos da Armada que se fazem ao mar, ocasião em que passam a receber novas instruções sôbre navegação ministradas pelos Oficiais Instrutores.

O Colégio Naval Real em Greenwich ministra instrução de nível superior, em todos os campos de estudo teórico e científico que influam na atividade naval, estudos êsses que se processam sob a orientação de civis e militares especialmente ligados ao Almirantado. O trabalho é, principalmente, de nível avançado em matéria de artilharia, navegação e arquitetura naval. Muito embora a tendência seja difinidamente científica (como deve ser, aliás, para que atenda às exigências da Armada) ministra-se aos oficiais aspirantes que regressam de sua viagem de instrução como guardas-marinhas, uma instrução geral e um curso especial de guerra. Êste curso (no qual não há exigência de exame) além de rever e suplementar o conhecimento matemático e científico do jovem oficial, visa ampliar sua capacidade mental e o ensina a pensar e a expressar-se com clareza. O quadro de pessoal do Colégio é constituído pelos Oficiais Instrutores e pelos professores civis. Navegação, arquitetura naval, matemática, mecânica aplicada, ciência, história e línguas são as principais disciplinas, cada uma delas sob a responsabilidade de um professor nomeado pelo Almirantado. O Deão (um Instrutor antigo) é também Diretor de Ensino e Presidente do Conselho e, como tal, planeja os cursos para as várias categorias de oficial.

Todos os Oficiais Engenheiros da Armada Real recebem seu treinamento profissional básico no Real Colégio de Engenharia da Armada (Manadon), recentemente transferido de Keyham, perto de Davenport. O ensino de matérias de conhecimentos gerais é limitado pela natureza especializada do curso; mas economia, inglês e outras línguas têm seu lugar num currículo que é principalmente dedicado à matemática, à ciência, à teoria e à prática do campo da engenharia. Êsses estudos e o trabalho prático com êles relacionados (e que são executados nas oficinas) têm a duração de dois anos e, mais tarde, depois de um curto tempo no mar, ministra-se um outro curso especializado de um ano sôbre náutica, aeronáutica e armamento, de acôrdo com a especialização do oficial.

Em Manadon, o quadro é constituído pelos Oficiais Engenheiros e Instrutores mas alguns especialistas civis também são ali empregados. Neste, como em outros estabelecimentos, os Oficiais Instrutores que fazem parte do quadro alternam seus turnos de serviço em terra com os de serviço a bordo, garantindo assim que a continuidade e a experiência na frota estejam sempre

intimamente relacionadas com a instrução teórica ministrada em terra. O sistema de supervisão constante do aluno pelo mestre é o adotado no Colégio e o padrão ali alcançado é o que corresponde ao grau de Doutor em Ciência (engenheiro). Aprende-se aí tanto engenharia aplicada como planejamento de produção e reparos.

Nos três estabelecimentos e no Cruzeiro de Instrução já descritos, a Armada prepara a maioria de seus oficiais. Para lograrem aprovação em todas as séries os candidatos devem possuir alto nível de capacidade intelectual e ser competentes no trabalho prático que constitui parte de todos os cursos. Os currículos são compreensivos mas eminentemente científicos e técnicos e o jovem que passa tanto por Greenwich como por Manadon recebe uma instrução que corresponde, com vantagens, a do curso universitário. Os mesmos altos padrões de treinamento são também oferecidos aos mais jovens selecionados como possíveis oficiais dentre os integrantes das fileiras de inferiores. Mais de vinte e cinco por cento dos oficiais na Armada Real vêm desse grupo. Oferecem-se aos candidatos à classe de oficiais de linha, de oficiais de Engenharia e Abastecimento e do Corpo de Fuzileiros Reais facilidades especiais no *Upper Yardmen's College*, em Exbury (H. M. S. Hawke), para que atinjam o necessário nível educacional, cultural e profissional exigido para o posto de subtenente antes de ingressarem no grupo dos jovens oficiais do Real Colégio Naval de Greenwich. No H.M.S. Hawke, os Oficiais Instrutores dão aulas de navegação, matemática, ciências, inglês, história, geografia e outras matérias de conhecimentos gerais.

Desde velhos tempos a Armada procura, com inteligência, recrutar para suas fileiras rapazes de cerca de dezesseis anos de idade. Poucos são os que discutem a sabedoria desse plano porque a história o tem justificado plenamente, sugerindo as atuais tendências que a necessidade de um treinamento longo e completo ainda é considerada importante. Muito embora o recrutamento baseado nesse esquema fôsse muito reduzido durante a guerra, o número de jovens que ingressaram nos estabelecimentos de preparação de pessoal para a Armada Real aumentou com o advento da paz. Dois desses estabelecimentos instruem os jovens que ingressam nos quadros de pessoal de navegação e comunicações: no H.M.S. Ganges, em Shotby, e no H.M.S. St. Vincent, em Gosport. No primeiro ano, os rapazes permanecem em terra, acostumando-se com as normas da Armada e recebendo instrução tanto escolar como profissional. Durante esse período, seu progresso é cuidadosamente observado e os mais brilhantes são incentivados a se esforçarem para que obtenham pronto acesso no serviço. Todos os rapazes são instruídos em matéria de manejo de barcos e em natação; há, além disso, amplas facilidades esportivas e um curso de educação física, o que promove o equilíbrio físico e mental do indivíduo. E' por meio dessas atividades que as qualidades de chefia se desenvolvem.

Todos os rapazes na Armada esperam ansiosamente que chegue o seu primeiro dia no mar, num navio de guerra. Essa oportunidade se apresenta depois de 10 meses de estadia no estabelecimento de ensino. No correr dessa segunda fase, isto é, dessa estadia no mar, ministram-se outras instruções a mais aos rapazes da classe avançada, instrução essa relativa às técnicas peculiares a cada setor. Isto é feito na *Boys Training Destroyer Flotilla* e ao atingir a idade de dezoito anos o jovem marinheiro toma o seu lugar nas unidades comuns da Frota Britânica. Daí em diante ele passa a servir como praça da marinha por um período que vai de sete a doze anos, depois do qual ainda pode reengajar-se, visando então conquistar o direito a uma pensão quando completar vinte e dois anos de serviço. Se fôr eficiente, obterá certamente promoção ao posto de sub-oficial, podendo até alcançar o quadro de oficiais comissionados. Durante todo o seu tempo de serviço, lhe é dado verificar que depende de sua própria capacidade o respectivo sucesso na Armada. A Marinha inglesa mantém ciosamente seus padrões no que diz respeito a promoções e por meio de um sistema de provas verifica-se se o candidato a postos mais elevados está educacional e profissionalmente em condições de exercê-los.

Os músicos e corneteiros ingressam com a idade de 14 anos na *Royal Naval School of Music*. Aí, além do ensino musical, continuam a receber instrução geral e, eventualmente, embarcam como membros das bandas de Fuzileiros Reais. A organização do estabelecimento citado aproxima-se muito da que têm as modernas escolas secundárias. Normalmente, ensina-se a cada músico a tocar dois instrumentos, premiando-se suas aptidões com promoções dentro do quadro do pessoal não comissionado. O acesso ao posto de Mestre de Banda é naturalmente mais difícil mas está franquiado a todos os que revelam notável capacidade. A instrução geral ministrada na escola é completa e foi mesmo aprovada pelo Ministro da Educação como sendo realmente adequada para rapazes até a idade de quinze anos.

Os Aprendizes Artífices são selecionados por concurso cujo nível se aproxima do exigido para obtenção de certificado de curso primário. Alguns são portadores de certificado de conclusão desse curso mas os restantes atingem um nível de instrução equivalente, depois de admitidos. Um curso básico de dezesseis meses (segundo os planos estabelecidos para uma boa escola técnica) é ministrado a todos os aprendizes no H.M.S. *Fisgard*, em Davenport, antes de serem distribuídos pelos vários ofícios. A instrução teórica está intimamente ligada à prática fundamental ministrada nas oficinas anexas ao estabelecimento. O treinamento final, destinado a completar um curso de quatro anos de duração, é ministrado aos aprendizes de máquinas, armas e construção naval no H.M.S. *Caledonia*, aos aprendizes em máquinas de avião em Asbroath e aos aprendizes eletricitas no H.M.S. *Collingwood*. Nesses estabelecimentos

a instrução prática e a teórica prosseguem lado a lado e abrangem tudo o que diz respeito à maquinaria e ao equipamento pelo qual o aprendiz mais tarde será responsável. Grande número de Oficiais Instrutores fazem parte do quadro de pessoal desses estabelecimentos. Eles têm a seu cargo a maior parte do ensino técnico e também da instrução técnica. Seu trabalho em matéria de ensino técnico continua a ampliar-se porque se reconhece que nesse particular sua experiência no magistério e seus conhecimentos dos métodos de instrução é não raro de mais valor do que a maior experiência dos oficiais especializados de cada setor.

A preparação para os muitos ramos especializados da Armada Real é tarefa para um grande número de estabelecimentos técnicos cujos cursos variam consideravelmente, tanto em extensão quanto em natureza, cursos esses que são ministrados tanto aos oficiais como às praças. Não se pretende considerar detalhadamente aqui a forma de treinamento posta em prática mas, sim, os aperfeiçoamentos introduzidos nos setores da aviação, do radar, das armas, navios, submarinos e transportes durante e depois da guerra, aperfeiçoamentos esses que acarretaram um crescente aumento tanto do número como da variedade desses cursos. Oficiais e praças especializados são responsáveis pela aplicação, na prática, das teorias que lhes são ensinadas pelos professores do Ramo Instrutor. Cada um, no entanto, deve conhecer o trabalho do outro e desde que o nível de capacidade exigido pelos estudantes é, em alguns casos, extremamente elevado, os instrutores são forçados a se especializar num determinado setor do respectivo campo de conhecimentos. Em todos os casos, quer em balística, ou torpedo, quer em guerra anti-submarina, navegação ou aviação naval, a instrução é cuidadosamente planejada de modo a atender às necessidades do trabalho técnico a que está ligada. É significativo o fato de que os oficiais que trabalham nesses estabelecimentos são, de vez em quando, obrigados a elaborar manuais técnicos padrão que são editados pelo Almirantado.

Até aqui neste ligeiro estudo limitou-se a descrever a organização do ensino nos estabelecimentos de terra. É nos colégios e escolas que começa o moderno programa de ensino naval e é nesses estabelecimentos que seus objetivos podem ser de melhor modo apreciados, mas este estudo estaria longe de ser completo se não fôsse nele mencionado o plano de ensino cumprido nos navios.

Nestes, os Oficiais Instrutores tomam lugar ao lado dos demais oficiais e não só são responsáveis pelos trabalhos que interessam às respectivas especialidades na organização bélica do navio como pela atividade de ensino geral a bordo, empenhando-se usualmente nas tarefas de levantamento e planejamento por cujo intermédio o comando se mantém ciente das disposições em vigor em todos os navios e em toda a esquadra.

A maioria dos Oficiais Instrutores são também conhecedores de meteorologia e muito embora nos porta-aviões haja sempre, em caráter permanente, um Oficial Instrutor meteorologista, em outros barcos essa atividade especializada constitui uma obrigação extra de um dos oficiais. A bordo, as condições para um ensino formal de qualquer matéria são sempre árduas. Somente nos vasos maiores é possível conseguir-se espaço para salas de aula e mesmo assim estas acomodações podem ter que servir de sala de informações, biblioteca, oficina mecânica ou mesmo capela, isto em caráter temporário. O Oficial Instrutor, no entanto, está habituado a essas situações, muito embora no navio-escola e no Esquadrão de Navios de Treinamento (em que os aprendizes marinheiros já adultos recebem sua instrução inicial no mar) as acomodações escolares sejam mais permanentes. Um ou dois Oficiais Instrutores fazem parte da tripulação dos grandes vasos, exceto dos transportes. No caso dos destróieres só um desses oficiais pode ser pôsto à disposição de cada flotilha. Normalmente, o dia de trabalho desses oficiais é totalmente ocupado em atividades de instrução ministrada aos guardas-marinhas e aos rapazes cujo nível de instrução, antes de ingressarem na Armada, era apenas o compreendido naquela parte compulsória de preparo do indivíduo ou dedicado à organização de outras atividades educacionais. Não obstante, volume considerável de instrução subsidiária é ministrado fora das horas de serviço, sendo esse método considerado até normal antes da guerra. Estimula-se de todos os modos os subalternos a se aproveitarem das facilidades oferecidas pelos Oficiais Instrutores no sentido de se prepararem para as provas exigidas para fins de promoção, para melhorar sua cultura ou seus conhecimentos ou para que possam dedicar-se a uma ocupação favorita qualquer. A instrução em matéria de conhecimentos comuns faz parte do ensino geral ministrado à tripulação e é compulsória enquanto o permitirem as circunstâncias. Para assistir aos Oficiais Instrutores, especialmente na esfera de aperfeiçoamento, é admitido na Armada Real pessoal subordinado suficientemente qualificado. Suas obrigações são várias. Os componentes desse grupo podem, de acordo com seus conhecimentos e habilidades, prestar auxílio na preparação dos inferiores para as provas mais elementares pertinentes ao treinamento da Marinha, especialmente no ensino de línguas e aperfeiçoamento de aptidões neste ou naquele ofício ou arte e também no sentido de verificar se as salas destinadas às aulas são mantidas em condições e se são atraentes.

A quantidade de assunto de que pode incumbir-se o Oficial Instrutor é considerável, indo mesmo desde os de arte até a mecânica. Além disso, ele deve estar sempre pronto a desempenhar o papel de conselheiro especializado para seu comandante. O que não se deve alijar da mente, porém, é o fato de que a vida em comum em um navio com sua norma de contatos pessoais

constantes já é, por si mesma, educativa, independentemente das "regras" formais de educação, resultantes dos costumes da vida civil. As lições em matéria da arte de viver, aprendidas por todos os membros da tripulação de um barco, durante uma rigorosa viagem de instrução, só podem ser de grande utilidade para o indivíduo. Além disso, o marinheiro fica conhecendo o mundo e não raro desempenha uma importante parte nos acontecimentos de que é palco o navio. Ele se transforma num auxiliar por excelência, isto é, num auxiliar que serve para tudo e na vida de nossa ilha o marinheiro experiente é por todos considerado com respeito como se personificasse o símbolo de um povo alerta e bem informado, dotado além disso de um salutar bom humor. Nos estabelecimentos litorâneos a organização do ensino, exceto o treinamento em matéria de serviço, é naturalmente muito mais simples. O espaço tão limitado num navio, é, em terra, geralmente amplo e a Marinha, como os demais ramos das forças armadas, pode dispor da assistência das autoridades civis. Publicações e conferências sobre uma grande variedade de assuntos, aulas de línguas estrangeiras, de música e de ofícios, são algumas das atividades que podem ser encontradas com mais frequência nos estabelecimentos de terra, muito embora também sejam comuns no mar. Os artistas amadores também encontram sempre o seu lugar na vida da Armada e com o objetivo de melhorar a qualidade de suas obras e de sua interpretação teatral, estimula-se a realização de recitais e ensaios. Nas bases situadas nas Ilhas Britânicas, os festivais dramáticos (que terminam com um concurso nos palcos de Londres) induzem muitos homens e mulheres a ocupar suas horas de folga no excitante trabalho de escrever peças e de praticar a interpretação. Muito embora não haja nos navios de S. Majestade registro como o de um *East Indiaman*, em 1607, segundo o qual "*Hamlet*" foi encenado a meu bordo..." a fim de evitar que meu pessoal se entregasse à ociosidade, aos jogos ilícitos e ao sono", não há dúvida de que o teatro foi introduzido na Frota Real numa época assaz remota.

Hoje, reconhece-se perfeitamente que a língua e a literatura inglesas desempenham um papel vital na instrução (mesmo na que é predominantemente técnica) como a requerida pela Armada Real. Assim também as várias ocupações particulares favoritas do pessoal da Marinha — desde o aeromodelismo até o "jogo" com pinha de anel e tapetes multicoloridos, tão caros ao coração da maioria, dos marujos — todos ocupam sua posição nesse amplo plano de ensino de nossos dias. Onde não pode haver um Oficial Instrutor (como em alguns navios de menor porte) um dos oficiais da tripulação o substitui. Compete-lhe nesse caso supervisionar o estudo em que se empenha espontaneamente o marinheiro. Um voluntário dentre os membros da tripulação encarrega-se do trabalho de Mestre (pelo qual recebe uma pequena gratificação) e

presta sua assistência aos inferiores no sentido de se prepararem para a promoção mediante prova ou outro meio qualquer. Nestas condições, os Cursos por Correspondência representam uma forma de assistência prestada pela Armada e a constante afluência aos mesmos mostra o valor que lhes dão os marujos. A quantidade de matérias que eles abrangem é realmente considerável de modo a atender a maior parte das exigências, quer derivem de interesses puramente pessoais, quer de um desejo de aumentar as possibilidades de promoção. De especial interesse são os cursos por correspondência ministrados por Oficiais Instrutores, na *Electrical School*, a oficiais e subordinados que servem no mar e que pretendem conquistar os diplomas intermediários ou finais conferidos pelos *City and Guilds Electrical Engineering and Telecommunications Examinations*. Por meio desses cursos, uma alta percentagem de pessoas que anseiam pelas respectivas promoções consegue os indispensáveis diplomas que são reconhecidos tanto na Marinha como fora dela. Estimula-se também o indivíduo a realizar toda a sorte de estudos em caráter particular; com esse propósito, um excelente sistema de biblioteca mantém em todos os navios serviços de referências e cada pôrto na Inglaterra ou base no exterior possui a sua com cerca de mais de seis mil volumes para empréstimos. Filmes, ferramentas, material de trabalho, tocadiscos e discos são fornecidos em proporções realmente generosas e os Oficiais Instrutores e Mestres estão sempre prontos a criar ou a improvisar meios que atendam às necessidades dos marinheiros, visando com isso promover a elevação de seu nível de instrução geral. O recrutamento seletivo significa, em primeiro lugar, que o indivíduo que ingressa na Armada já atingiu um nível apreciável de preparo intelectual e que pode assimilar o conhecimento especializado que tenha relação com as suas obrigações. O sistema de ensino na Armada lhe indica então o rumo a seguir e o estimula a seguir o caminho que leva ao êxito na respectiva carreira.

Além das oportunidades de aperfeiçoamento que se oferecem aos oficiais e praças durante todo o tempo em que servem na Armada, tem-se o especial cuidado de criar meios pelos quais possam dispor, ao se aproximar o fim do tempo de engajamento, de cursos destinados a melhorar suas perspectivas de obtenção de um emprego no mundo civil. Em Portsmouth, Devenport e Chatham existem *Educational and Vocational Training Centres* em que são ensinados os ofícios mais populares como os de carpinteiro, funileiro, sapateiro, etc. Outros cursos foram instituídos como o de conversão dos conhecimentos em matéria de eletricidade obtidos para fins navais em conhecimentos sobre a mesma matéria mas para aplicação no meio civil, permitindo-se com isso que a técnica adquirida na Armada seja ajustada para que atenda às necessidades do exercício da atividade fora da instituição militar.

Para os assuntos mais teóricos como a contabilidade, a seleção pode ser feita por meio de uma grande variedade de cursos por correspondência, a preços baixos tanto para o oficial como para o subordinado interessado.

Há muito que se reconheceu ser importante o fato de que os instrutores — subordinados ou oficiais — muito embora especializados, devem beneficiar-se com o estudo dos princípios da boa instrução; em 1943, foram inaugurados nos mais importantes estabelecimentos de ensino naval cursos regulares de técnica de ensino. Esses cursos são administrados pelo *Education Department* do Almirantado e por causa de seu preparo e de sua experiência profissionais os oficiais em exercício são Oficiais Instrutores assistidos por Sub-Oficiais especializados. Esses cursos ocupam agora um lugar permanente no ensino naval e todos os Oficiais e Subordinados Instrutores recebem o seu treinamento em matéria de técnica de ensino como parte normal de seu preparo profissional. Cada curso não só compreende os princípios gerais de ensino como também os métodos que são aplicáveis a cada disciplina. São ministrados, além disso, cursos regulares nas escolas de armas, eletricidade, sinalização, guerra anti-submarina e aviação naval. Outros de uma natureza mais geral são mantidos nos três principais centros (depósitos) conjugados com os *Petty Officers Leadership Courses*. Ainda outros são ministrados, de vez em quando, nas Escolas de Navegação e de Submarinos. Em algumas dessas, a produção de material de ensino, inclusive filmes instrutivos e material para filmagem, faz parte das obrigações dos oficiais encarregados do curso. Solicita-se regularmente seus conselhos relativamente aos métodos de aperfeiçoamento das normas de instrução e a organização do ensino técnico.

Desde 1843 que o Almirantado se fez pioneiro no campo do ensino técnico, criando escolas nos estaleiros das Ilhas Britânicas a fim de instituir e manter um sistema de ensino de horário não integral por cujo intermédio os homens que trabalham nos estaleiros podem aperfeiçoar suas aptidões e melhorar sua posição. Esse sistema foi mais tarde ampliado, estendendo-se aos estaleiros situados fora da Inglaterra. Os estabelecimentos que o integram hoje ministram instrução aos aprendizes civis, parte nas horas de trabalho, parte fora delas, em matemática e em mecânica. Os cursos duram dois, três ou quatro anos e abrangem tanto a teoria, como o trabalho de laboratório e a prática nos estaleiros. Há um processo drástico de eliminação no final do segundo ou do terceiro ano e somente os aprendizes mais inteligentes e aplicados completam o quarto ano, podendo então aproveitar integralmente as vantagens das oportunidades oferecidas pelas outras carreiras. Alguns passam à categoria de cadete, ingressando nos *Royal Corps of Naval Constructors* e outros conseguem matrícula gratuita em Whitworth ou outros estabelecimentos, o que lhes permite ingressar nas universidades inglesas

e completar sua instrução. Esses homens eventualmente atingem os mais altos postos em suas carreiras a serviço do Almirantado ou no mundo civil. O pessoal das Escolas dos Estaleiros consiste de especialistas civis possuidores de altas qualificações técnicas e experiência do magistério. São assistidos, nas classes inferiores, por técnicos dos departamentos do estaleiro respectivo, técnicos esses que trabalham em regime de horário parcial. Por isso, é pronunciado o aspecto prático de toda a instrução aí ministrada. O mesmo acontece com as escolas desse tipo situadas fora da Inglaterra, muito embora nessas o pessoal permanente seja constituído de Oficiais Instrutores.

Antes da guerra o ensino dos filhos dos oficiais e praças da marinha no exterior era problema de menor importância desde que os homens raramente se faziam acompanhar de suas famílias quando iam para as bases navais no estrangeiro e, nestas as oportunidades de contato com o ar eram poucas e com grandes intervalos entre uma e outra visita. Tanto em Malta como em Bermuda, no entanto, existiam escolas anexas às instituições dos aprendizes que trabalhavam nos estaleiros. Com a guerra, o Almirantado empreendeu criar, nas bases ultramarinas, facilidades educacionais para os filhos dos homens da marinha e dos estabelecimentos de construção naval, notando-se desde então crescente disposição das famílias dos marinheiros britânicos para se transferirem para o exterior, principalmente agora que criaram os aquartelamentos para os militares casados. A *Royal Naval School* em Malta está instalada em novos prédios construídos na ilha. Ela ministra, entre suas paredes, uma instrução que é do nível das escolas secundárias e mantém cursos para os que se preparam para a obtenção do grau universitário. Seu corpo docente de setecentos alunos será em breve aumentado com a admissão dos que fazem parte de uma grande lista de candidatos ao ingresso no estabelecimento, logo que suas acomodações estiverem livres. Em Bermuda, as velhas instalações estão superlotadas e o excedente de candidatos admitidos no estabelecimento que aí existe é instalado nas escolas de armas de Hamilton. Em Gibraltar, a nova *Dockyard and Technical School* ministra instrução de caráter geral aos aprendizes e aos rapazes que trabalham como operários nos estaleiros e arsenais, também servindo essa instituição de escola técnica secundária no sistema educacional civil, além de atender às necessidades de instrução dos filhos dos homens da Armada Real. A escola é uma instituição especialmente interessante, pelo menos na parte administrada pelo *Flag Officer*, de Gibraltar, em colaboração com o Diretor Civil da Educação local. Há também escolas para as crianças da marinha em Singapura e em Tricomatee, escolas essas que se estão ampliando cada vez mais.

As provas de seleção constituem uma feição importante do treinamento na marinha, tanto no

que respeita aos oficiais como aos subordinados, pois elas asseguram padrões adequados para a admissão, e servem de instrumento destinado a verificar se foram satisfatoriamente aproveitados os cursos de preparação. Muito contribuem, além disso, para facilitar a promoção no serviço. Exceção os exames realizados para as admissões especiais e para o ingresso de aprendizes nos estaleiros, todos os que se alistam na Armada o fazem mediante provas planejadas pelo Departamento de Educação do Almirantado. Entre as provas finais dos vários cursos de preparação organizadas por esse Almirantado, estão as destinadas à admissão aos cursos de construtores e aos cursos avançados de eletricidade, engenharia e aprendizagem em estaleiros e também as provas finais do *Royal Naval Engineering College*, em Manadon, do *Royal Naval College*, em Dartmouth, de aprendizes artífices, em suas 4 séries e, no nível inferior as dos exames para rapazes que deixam os estabelecimentos de ensino. A classificação nessas provas vai desde a aprovação com louvor até a reprovação. As provas realizadas pelo Almirantado para efeito de promoção e levadas a efeito nos barcos da Frota, devem ter a sua ocasião e tempo de duração devidamente marcados de modo a se conformarem com a movimentação das esquadras. A prova mais comum é a chamada *Educational Test I* de que constam provas de inglês e aritmética e que serve para qualificar o aprovado para a promoção à classe principal em todos os setores.

O temporário abandono dessas provas durante a guerra teve por resultado o grande aumento do número de candidatos às mesmas depois do conflito. A aprovação no *Educational Test II* permite aos rapazes uma promoção mais rápida à classe ordinária. De padrão imediatamente superior é o *Higher Educational Test*. Esta prova compreende um grande número de matérias (inglês, navegação, matemática, mecânica, eletricidade, conhecimentos gerais, história, geografia). O nível dessa prova é o do curso de admissão e a classificação na mesma é indispensável para o ingresso na classe dos comissionados ou para certos tipos de promoção à *Branch List* (originalmente *Warrant Officers List*). O Departamento de Educação do Almirantado supervisiona ao mesmo tempo 170 diferentes exames, havendo outros pelos quais são responsáveis os *Flag Officers*, sendo os *Instructors Officers* os examinadores, cada um em seu ramo.

Durante os anos de guerra, a instrução no *Women Royal Naval Service* era da responsabilidade de seu comandante; mas hoje, essa responsabilidade cabe ao Diretor do Departamento de Educação do Almirantado. O W.R.N.S. só

aceita moças de nível de instrução relativamente elevado, havendo por isso pouca razão para ministrar-se às mesmas ensino básico. A instrução técnica é ministrada nos estabelecimentos normais e, conforme é de esperar-se, as disciplinas de caráter cultural merecem mais atenção no plano de ensino dessas moças. O trabalho é quase inteiramente voluntário, reservando-se tempo, porém, nos horários de expediente, para a aquisição de conhecimentos práticos próprios do setor de atividade. No que é possível, a instrução de caráter geral das moças do W.R.N.S. é de certo modo idêntica à ministrada aos homens; mas as exigências de instrução mais elevadas para as mulheres são atendidas com o aproveitamento das respectivas horas de quarto em atividades de estudos.

Um pequeno número de elementos do W.R.N.S. qualificado para ensinar certas matérias comuns, também se encarregam do ensino de atividades manuais, costura, trabalhos de agulha e cozinha. O ensino dos serviços domésticos, assunto próprio de especialistas é ministrado em vagões providos de fogão, máquinas de lavar, geladeiras, etc. Essas unidades completas podem acampar em qualquer posto aéreo, isolado ou base naval e aí ministrar instrução às moças do W.R.N.S. A nenhuma jovem faltará conhecimento da arte de ser dona de casa com essas facilidades levadas ao seu próprio quartel.

Antes de concluir essa exposição sobre o sistema de ensino na marinha britânica, deve-se mencionar os meios de instrução previstos para os Fuzileiros Reais. Muito embora a princípio os fuzileiros tivessem os seus próprios programas exclusivos, hoje os oficiais instrutores assumiram as responsabilidades pelo seu aperfeiçoamento e lhes ministram o ensino similar ao ministrado ao resto do pessoal da Marinha de S. Majestade. Além do ensino técnico em artilharia, os Fuzileiros Reais têm oportunidades de fazer cursos gerais, os quais, se o desejam, os auxiliarão a obter os necessários diplomas, que os qualificam para a promoção. Há também meios destinados ao ensino de ofícios, música, artes. De fato, todas as facilidades de instrução oferecidas aos marinheiros, o são também hoje aos Fuzileiros.

Concluindo esse modesto resumo do ensino na Marinha Britânica, deve-se pôr em evidência o fato de que nos outros ramos das forças armadas não encontramos uma instrução tão altamente integrada no plano de aperfeiçoamento. Além disso, podemos dizer que o ensino em nenhum desses ramos, inclusive na Força Aérea, ultrapassa o da Marinha em matéria de eficiência.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Administração Financeira dos Municípios

JOÃO BATISTA FERNANDES.

II

LINEAMENTOS DE ELABORAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

APRESENTAÇÃO

A série de publicações que o Instituto de Administração vem fazendo sobre assuntos municipais, visa divulgar os princípios da Técnica de Administração aplicada à Administração Municipal.

O presente trabalho é uma continuação do nosso estudo sobre a Administração Financeira dos Municípios publicado em abril de 1949 (1). Os Lineamentos de Elaboração Orçamentária não constituem um trabalho original, mas, simplesmente, uma adaptação feita nos anexos que acompanharam a circular n.º 1.007 do extinto Departamento das Municipalidades.

Partimos do princípio de que as normas de administração não devem sofrer solução de continuidade.

Quando o Departamento das Municipalidades publicava instruções para a elaboração dos orçamentos municipais, ficou estabelecida a estrutura dos orçamentos dos municípios do Estado. Com a Constituição de 1946, os municípios ganharam autonomia e foram beneficiados com a nova discriminação de rendas que veio reforçar os seus recursos e aumentar o número de rubricas da receita. Nas despesas municipais surgiram novos itens orçamentários motivados pela criação das Câmaras Municipais e pelos novos encargos impostos aos municípios.

Tornava-se, portanto, necessário alterar o quadro da discriminação da receita e da despesa municipais para adaptá-lo à nova situação. A alteração não poderia ser radical, porque, para a elaboração do novo quadro teríamos que contar com o concurso das municipalidades, que apontariam as falhas existentes no sistema atual. Não advogamos uma política de pluralidade de estrutura orçamentária para os municípios; achamos que a uniformização da estrutura orçamentária municipal

foi uma grande conquista do Departamento das Municipalidades.

O nosso objetivo nestes Lineamentos de Elaboração Orçamentária, é manter vivas as experiências da técnica orçamentária do passado e lembrar às municipalidades a oportunidade e a necessidade de uma Conferência dos Municípios, para se traçar os novos lineamentos de elaboração orçamentária municipal.

E' comum, nos países latino-americanos o administrador do presente não se utilizar da experiência das administrações passadas. Esse modo de agir apresenta o grave inconveniente da Administração viver sempre em regime de novas experimentações, sem haver tempo para a verificação e seleção das boas técnicas de administrar. Essa falta de estabilidade de um critério constitui uma fonte de desperdício de energias humanas e de recursos financeiros.

O único método aberto às municipalidades para melhorar as suas condições econômicas e financeiras consiste no aperfeiçoamento progressivo de suas normas administrativas, postas de lado, é claro, no regime atual, naquelas normas típicas de um regime ditatorial.

Reproduzimos as normas contidas na circular n.º 1.007 do extinto Departamento das Municipalidades, com as alterações motivadas pela Constituição de 1946.

Esperamos que a nossa sugestão de uma Conferência dos Municípios, para tratar da nova estrutura orçamentária, seja bem recebida pelas municipalidades e que na elaboração dos orçamentos tenhamos uma discriminação das despesas atualizada de acordo com as novas aspirações da Administração Municipal.

I — A ESTRUTURA DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

A ESTRUTURA dos orçamentos municipais do Estado de São Paulo foi estabelecida pelo extinto Departamento das Municipalidades. A Circular n.º 1.007 desse Departamento obede-

(1) Publicação do Instituto de Administração n.º 20.

cendo à padronização instituída pelo Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, estabeleceu uniformidade no modo e na ordem de apresentação das peças constantes dos orçamentos municipais.

A consolidação das diversas peças do orçamento municipal observa, de um lado, a origem dos recursos financeiros, representados pelas rubricas da receita, agrupadas em categorias tributárias, e, de outro, a aplicação desses recursos nos serviços municipais.

O orçamento da despesa surge da consolidação dos diversos planos de trabalhos dos órgãos da administração municipal. Para esses planos serem unificados em uma só peça, torna-se necessário estabelecer o plano geral de enquadramento dos gastos, o que só pode ser processado com a elaboração do quadro de classificação das despesas. Esse quadro é que especifica os itens orçamentários da despesa. O item orçamentário identifica a espécie do gasto a ser feito em cada órgão administrativo.

Num orçamento, as primeiras peças relativas a origem dos recursos financeiros são constituídas pelas rubricas da receita e, no tocante à aplicação desses recursos, são representadas pelos itens orçamentários da despesa. A disposição ordenada dessas peças orçamentárias constitui a estrutura do orçamento.

II — A DISCRIMINAÇÃO DA DESPESA EM FACE DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Tem-se afirmado que a discriminação dos gastos públicos dá margem a interpretações que dificultam o bom entendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo.

A esse respeito assim se expressou S. Excia. o Senhor Presidente da República:

"A discriminação, especificação ou especialização — se tomarmos, por enquanto, estes termos como sinônimos — dentre todos os princípios, avulta por ser, ao mesmo tempo, o mais antigo e o de maior atualidade, prestando-se a controvérsias que não fovecem um bom entendimento entre o Poder Executivo e o Legislativo. Este sempre reclamou ciosamente que a especificação orçamentária fôsse respeitada: nela encontrava o melhor instrumento com que efetivar a fiscalização do Poder Executivo e da administração sob a sua guarda. Muitos dos nossos constitucionalistas, ainda sob a vigência da constituição de 1891, já assinalavam, todavia, que se ela fôr demasiadamente minuciosa atrofiará a ação do administrador. Não é outra a experiência norte-americana com respeito ao assunto; houve mesmo quem considerasse contraproducente, no seu zelo excessivo, a maior parte das especificações restritas com que o Congresso Norte-Americano costumava conceder os créditos solicitados.

A especificação determinaria que a concessão dos dinheiros públicos só se fizesse sob condições claras, precisas e quase singularizadas, que garantissem a observância da verdadeira intenção do legislativo com referência ao emprêgo daqueles fundos" (Mensagem do Senhor Presidente da República ao Congresso Nacional — Proposta Orçamentária para o Exercício de 1948).

A discriminação prévia dos gastos determina com individuação e clareza as categorias ou classes de despesas dentro de cada verba, nos órgãos administrativos, e o critério utilizado pelo Executivo no aplicar os recursos provenientes das fontes de receita.

O ponto de conflito entre o Legislativo e o Executivo tem surgido por ocasião da execução orçamentária. Durante a execução orçamentária, verifica o Executivo que alguns itens orçamentários foram previstos com muito pessimismo e outros, com otimismo. Resulta disso um desequilíbrio orçamentário que poderia ser muito bem sanado com a simples transposição de saldos de um item para outro.

Tendo o Legislativo aprovado a lei orçamentária e os anexos que a acompanham, nos quais vem a discriminação das despesas pelos itens respectivos, é evidente que qualquer alteração nas tabelas explicativas deve ser submetida, de novo, à sua aprovação.

O orçamento sendo uma lei, só poderá ser alterado por outra lei.

Quando o Legislativo aprova a lei orçamentária com os anexos distribuindo as verbas pelos seus elementos, mas sem o quadro de discriminação da despesa pelos itens orçamentários, faculta ao Executivo a missão de discriminar e alterar os gastos públicos, no tocante àqueles itens.

No passado, para evitar conflitos de interpretação, foi atribuído ao Executivo, na própria lei orçamentária, a competência para discriminar as despesas constantes do orçamento.

Esse princípio foi adotado no Estado de São Paulo pelo Dr. Clovis Ribeiro, quando, de sua passagem pela Secretaria da Fazenda, reformou a estrutura financeira do Estado, reformando também a estrutura orçamentária.

Vejamos o artigo 9.º da lei orçamentária para o ano de 1936, Lei n.º 2.486, de 16 de dezembro de 1935:

Art. 9.º Não se fará estorno ou transferência de uma para outra verba. Poderão, entretanto, ser transferidas, por decreto do Governador, dotações de umas para outras subconsignações dentro da mesma verba".

Obedecia-se então aos princípios orçamentários estabelecidos na Constituição de 1934. A especialização não era tão rigorosa como na atualidade, mas o princípio de atribuir ao Executivo a competência para distribuir as verbas pelos itens orçamentários, em nosso Estado, firmou-se a partir daquela data.

Esse princípio passou por várias fases na administração financeira da União, sendo que a Constituição de 1937, ampliando os dispositivos contidos na Carta de 1934, consagrou o princípio de atribuir ao Executivo Federal a competência para elaborar e alterar o quadro de discriminação das despesas. A Constituição de 1946 deixou a matéria para ser objeto de legislação ordinária.

Segundo a orientação dada à administração dos Estados e Municípios, pelos Decretos-leis

n.º 1.202, de 8 de abril de 1939 e n.º 5.511, de 21 de maio de 1943, a competência para discriminar as dotações constantes das leis orçamentárias foi atribuída aos Interventores, Governadores e Prefeitos.

O próprio Decreto-lei n.º 2.416, no parágrafo 5.º do seu artigo primeiro, deixa entrever que a discriminação das despesas poderá figurar alternativamente, no corpo orçamentário e constituir objeto de lei (Lei orçamentária) ou em quadros anexos aprovados por decreto executivo.

Assim, para dar maior liberdade de ação ao administrador público, o princípio de atribuir ao Poder Executivo competência para discriminar as despesas está firmado em nosso direito orçamentário, sendo essa a orientação traçada na estruturação dos quadros de discriminação das despesas públicas municipais.

III — A VERBA EM FACE DO ORÇAMENTO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

De conformidade com a estrutura do orçamento, pode uma dotação orçamentária constituir verba. A verba é constituída pelo crédito concedido, no orçamento, a uma repartição, para fazer face aos gastos previstos no desempenho da sua função pública. Por isso todo item orçamentário constitui verba.

Com a Codificação das Normas Financeiras para os Estados e Municípios, estabelecida pelo Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, a designação de verba passou a ser nos orçamentos estaduais e municipais, representada pelo montante da dotação atribuída a cada unidade administrativa, em cada um dos seus elementos: pessoal fixo, pessoal variável, material permanente, material de consumo e despesas diversas.

No orçamento federal a designação de verba abrange não só as despesas com pessoal, material, serviços e encargos, obras e equipamentos, aquisição de imóveis e eventuais, como também as consignações e subconsignações em cada uma daquelas despesas.

Assim a designação de verba no orçamento federal tem um sentido muito mais amplo que nos orçamentos dos Estados e Municípios.

IV — A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS MUNICIPAIS

De conformidade com o disposto no artigo 87 da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947 (Lei Orgânica dos Municípios), os projetos de orçamento dos municípios, para o exercício seguinte, deverão ser enviados às Câmaras Municipais até 30 de setembro, pelo prefeito acompanhado das tabelas discriminativas da receita e da despesa

(Veja *Administração Financeira dos Municípios*). (Pub. do Inst. de Ad., n.º 20, pág. 14).

A — DO ORÇAMENTO

1. *Unidade orçamentária* — O orçamento será organizado com observância às regras da unidade e universalidade, englobando-se obrigatoriamente na receita tôdas as rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos (Artigo 85 da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947).

2. *Receita e despesa dos distritos* — Serão escrituradas e publicadas, separadamente, a receita e a despesa dos distritos de paz situados fora da sede do município (artigo 91 da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947). Este dispositivo legal não deve ser encarado como quebra das regras de unidade e universalidade orçamentária, mas sim como um princípio de descentralização das operações contábeis da municipalidade.

3. *Serviços industriais* — A receita e despesa dos serviços industriais figurarão no orçamento, salvo quando autônomos. Nas tabelas explicativas êsses serviços deverão figurar com todos os seus elementos, de modo a serem conhecidas as despesas de cada serviço industrial, em particular, para efeito do disposto no artigo 39 do Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940, o qual estabelece:

“Os serviços industriais do Estado e dos municípios, além da escrituração patrimonial e financeira comum a todos os Departamentos, manterão contabilidade especial para a demonstração do custo e do resultado e fiscalização das operações de caráter técnico”.

4. *Projeto de orçamento e tabelas explicativas* — O projeto de orçamento deve conter verbas globais distribuídas pelos elementos: Pessoal Fixo, Pessoal Variável, Material Permanente, Material de Consumo e Despesas Diversas de cada unidade administrativa ou serviço, de acordo com o anexo número 1. A discriminação detalhada das dotações orçamentárias será feita nas tabelas explicativas que serão objeto de decreto executivo (Anexo n.º 2).

O projeto de orçamento deverá ser acompanhado pela relação das leis que criaram ou modificaram os tributos previstos, pelas leis referentes ao Pessoal Fixo e a outras despesas que dependam de autorização legislativa e pelas tabelas explicativas.

Os quadros analíticos correspondentes à Demonstração da Receita pela sua Incidência, à Análise dos Serviços por Elementos e à Demonstração das Despesas por Serviços deverão ser confeccionados após a promulgação da lei relativa ao orçamento e, juntamente com êste, publicados em folhetos com formato de 16 x 23 centímetros.

5. *Código da receita e despesa* — O código da receita e despesa é o aprovado pelo Decreto-lei federal, n.º 2.416, de 17 de julho de 1940.

B — DA RECEITA

1. *Fontes de renda* — Nos termos do artigo 68, da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947 (Lei Orgânica dos Municípios), cabem aos municípios as rendas provenientes das seguintes fontes:

I — Imposto predial;

II — Imposto territorial sobre terrenos urbanos;

III — Tributos de licença (Veja "Administração Financeira dos Municípios", p. 6).;

IV — Impostos de indústrias e profissões;

V — Impostos sobre diversões públicas;

VI — Taxas de serviços municipais (Veja "Administração Financeira dos Municípios", página 6);

VII — Renda de matadouros e de quaisquer outros estabelecimentos ou serviços municipais;

VIII — Emolumentos relativos a atos de sua competência;

IX — Multas por infração de contrato, lei ou ato municipal, e quaisquer outras que revertam em favor da municipalidade;

X — Renda dos próprios municipais;

XI — Contribuição de melhoria;

XII — Quota prevista no artigo 15, n.º III e parágrafo 2.º da Constituição Federal;

XIII — Quota prevista no artigo 15, parágrafo 4.º da Constituição Federal;

XIV — Quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal;

XV — Quota atribuída pelo artigo 21 da Constituição Federal;

2. *Previsão* — A estimativa da receita terá por base a arrecadação do último exercício encerrado, levando em conta a razão média do aumento ou decréscimo verificado no último triênio e as possibilidades econômicas (parágrafo 1.º do artigo 6.º do Decreto-lei federal n.º 2.416).

A estimativa do imposto de indústrias e profissões deve ter por base o total arrecadado pelo Estado no município, levando-se em conta a razão média do aumento ou decréscimo verificado no último triênio e as possibilidades econômicas.

Estimativa da quota-parte prevista no artigo 15, parágrafo 4.º da Constituição Federal, combinado com o artigo 13, parágrafo 2.º, n.º 1 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto aos dados legais para a consignação dessa quota-parte na previsão orçamentária para 1949, verifica-se que pelos *Balanços Gerais da União*, relativos ao exercício de 1947, volume I, *Contadoria Geral da República*, a arrecadação do Imposto de Renda e Proventos de Qualquer Natureza, foi, no ano de 1947, de Cr\$ 3.901.807.972,90. Portanto, a Proposta Orçamentária Federal para o exercício de 1949 inscreve a dotação de Cr\$ 390.000.000,00 no Ministério da Fazenda, que corresponde a percentagem de 10 por cento calculada sobre o total da arrecadação do referido imposto, naquele exercício.

Na estimativa da receita na proposta orçamentária para 1949, deverá ser consignada a quota-parte resultante da distribuição daquela estimativa pelo número de municípios existentes no país.

Existiam no país, em 1947, aproximadamente 1.608 municípios. Descontados os das Capitais, ficam 1.588. Com a alteração do quadro territorial dos municípios, é de se supor que se criem em todo o país mais 270 municípios. A estimativa se apresenta, pois, com caráter pessimista, mas tem o seu fundamento. Somente no Estado de São Paulo 83 distritos requereram sua elevação a município. Considerando que existem, no Estado, 305 municípios, o número de distritos que requereram sua elevação a município, corresponde a um acréscimo de 27 por cento sobre o número de municípios existentes. Suponhamos que o número de municípios a serem criados no país seja, em média, de 17 por cento sobre os existentes em 1947. Teremos, pois, 17 por cento de 1.588 que é igual a 273; assim o total dos municípios do país se elevaria a 1.061.

Sendo a estimativa constante da proposta orçamentária federal de Cr\$ 390.000.000,00, a quota-parte de cada município será o cociente resultante da divisão daquela importância pelo número provável de municípios ou seja por 1.961. A quota-parte neste caso seria de (Cr\$ $390.000.000,00 \div 1.961 = \text{Cr\$ } 198.878,00$) Cr\$ 198.800,00.

Ainda que a fixação da quota-parte correspondente a cada município tenha por base o número de municípios existentes a 31 de dezembro do ano anterior (Parágrafo único do artigo 4.º da Lei federal n.º 305, de 18 de julho de 1948) e que qualquer alteração do quadro territorial dos municípios, passe a vigorar a partir de 1.º de janeiro do ano seguinte (artigo 4.º, da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947), pode a municipalidade tomar por base a estimativa que propomos apresentada, aliás, em base bem pessimista. A estimativa pessimista possibilitará às finanças do município livrarem-se das dificuldades emergentes da execução orçamentária, principalmente neste período de reajustamento do sistema tributário municipal.

Estimativa da Quota Prevista no artigo 20 da Constituição Federal.

Esse artigo diz:

"Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da Capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado".

Pelo artigo 13, das Disposições Transitórias da Constituição Estadual essa obrigatoriedade começará a vigorar a partir deste ano (1948) e crescerá gradativamente durante o prazo de cinco anos.

Essa gradatividade foi estabelecida em um quinto da contribuição anual.

A gradatividade sendo de um quinto da contribuição anual e no prazo de cinco anos, temos:

Quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal: 30% do excesso da arrecadação estadual.

Prazo para o cumprimento gradativo da quota acima (artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição Estadual): 5 anos.

Base para a progressão gradativa da contribuição (artigo 14 das Disposições Transitórias de Lei n.º 1, de 18-9-1947): 1/5 do excesso devido anualmente.

Sendo a contribuição de 30% de excesso e a gradatividade de um quinto desse excesso, em cinco anos, temos: $30\% \div 5 = 6\%$ (quinta parte anualmente).

A contribuição gradativa em 5 anos será: 1948, 1.º ano, 6% do excesso; 1949, 2.º ano, 12% do excesso; 1950, 3.º ano, 18% do excesso; 1951, 4.º ano, 24% do excesso e 1952, 5.º ano, 30% do excesso, e daí por diante a contribuição será sempre de 30% do excesso.

A arrecadação estadual de impostos no município deve ser obtida na Coletoria Estadual situada na localidade.

Exemplo para a estimativa em aprêço:

Total das rendas municipais em 1948 ...	370.000,00
Total da arrecadação do Estado no Município nas rubricas de impostos	670.000,00
Excesso da arrecadação estadual sobre a municipal	300.000,00
12% sobre Cr\$ 300.000,00	36.000,00

Assim sendo, Cr\$ 36.000,00 constitui a importância que, neste caso, deverá figurar na proposta orçamentária para o ano de 1949, como estimativa da quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal.

Estimativa da quota-parte prevista no artigo 21 da Constituição Federal.

O Imposto sobre Transações cobrado pelo Estado não está atribuído na Constituição Federal, devendo, pois, ser distribuído pelo Estado

o montante arrecadado. Nos termos da Constituição Federal o município será contemplado, nesse caso, com 40% da arrecadação estadual.

Os dados legais para a consignação dessa quota-parte na previsão orçamentária para 1949, podem ser obtidos na Coletoria Estadual situada na localidade.

Estimativa da quota-parte prevista no artigo 15, n.º III e Parágrafo 2.º da Constituição Federal.

A estimativa desta quota-parte está sendo objeto de estudo. A quota dos municípios no Fundo Rodoviário será distribuída da seguinte forma:

I — duas décimas partes do montante distribuídas proporcionalmente às superfícies;

II — duas décimas partes, proporcionalmente às populações;

III — seis décimas partes, proporcionalmente aos consumos de lubrificantes e combustíveis líquidos.

Para o cálculo da quota de cada Município e enquanto não fôr conhecido exatamente o consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos em cada Município do mesmo Estado, adotar-se-á como base desse consumo o número de veículos rodoviários motorizados licenciados.

3 — *Estimativa da receita dos novos municípios* — A estimativa da receita dos novos municípios terá por base a receita orçada para o distrito nas diversas categorias tributárias: receita tributária (Impostos e taxas), receita patrimonial, receita industrial, receitas diversas e receitas extraordinárias, levando-se em conta, também, a arrecadação em andamento no atual exercício.

Na estimativa das receitas diversas, devem ser incluídas as quotas previstas pela Constituição Federal. O critério vigente na fixação das quotas-partes correspondentes a cada município tem por base o número de municípios existentes a 31 de dezembro do ano anterior (Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948, artigo 4.º) e o quadro territorial dos novos municípios passa a vigorar de 1.º de janeiro do ano seguinte (artigo 4.º da Lei n.º 1, de 18 de setembro de 1947).

4. *Tributos novos ou majorados* — Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária (parágrafo 34 do artigo 141 da Constituição Federal).

C — DA DESPESA

1. *Fixação* — Os totais gerais da receita e da despesa serão balanceados pela quantia que representar a sua diferença, e que figurará sob a denominação de "deficit previsto" na coluna da receita, ou de "superavit previsto" na despesa. (Parágrafo 3.º, artigo 3.º do Decreto-lei n.º 2.416, de 17 de julho de 1940).

2. *Especialização* — A discriminação ou especialização da despesa far-se-á nas tabelas expli-

cativas, por unidade administrativa ou serviço, obedecendo o modelo n.º 2, anexo.

3. *Auxílios* — Os auxílios concedidos ao Serviço de Caixa Escolar, bolsa de estudo e outros que digam respeito a instrução pública, deverão figurar na rubrica própria da verba — Instrução Pública. Os auxílios para instalação de sala ambiente de café, correio ou telégrafo, serão consignados na verba — Auxílios Diversos — do título Auxílios e Subvenções.

4. *Maternidade e Infância* — Para amparo da maternidade e infância deverá ser consignada no orçamento da despesa, no mínimo, a importância correspondente a 1% sobre a renda resultante dos impostos. (Artigo 164 da Constituição Federal).

5. *Instrução Pública* — Para a manutenção e desenvolvimento do ensino deverá ser consignada, no mínimo, quantia equivalente a 20% sobre a receita resultante de impostos (Artigo 169 da Constituição Federal). Este dispositivo constitucional será objeto de lei complementar que regulará a matéria. Entretanto, devem os municípios destinar 10% da quota reservada a manutenção e desenvolvimento do ensino ao Serviço da Caixa Escolar, e 10 a 20% aos serviços de prédios para escolas primárias (construção, aluguel, reforma, etc.) nos termos do Convênio Estadual do Ensino Primário, ratificado pelo Decreto-lei n.º 13.732, de 14 de dezembro de 1943.

6. *Benefícios de ordem rural* — A metade pelo menos da quota prevista no artigo 15, pará-

grafo 4.º da Constituição Federal deverá ser consignada para benefícios de ordem rural.

7. *Pessoal Fixo* — Compreende os vencimentos e adicionais devidos, aos funcionários dos quadros permanentes. São quadros permanentes os criados por leis especiais, com especificação dos cargos e dos vencimentos.

8. *Pessoal Variável* — Compreende o pessoal extranumerário (diarista ou mensalista) contratado ou admitido a título precário para serviços auxiliares ou para execução de trabalhos transitórios ou ainda para obras e melhoramentos.

9. *Material Permanente* — Entende-se por material permanente o material suscetível de ser inventariado e que tenha duração provável superior a 2 anos. Entram também nesta categoria as dotações globais destinadas à construção de próprios municipais, tais como: escolas, hospitais, edifícios públicos, etc.

10. *Material de Consumo* — E' representado pelos que se destinam ao consumo imediato para atender às necessidades do expediente das repartições, custeio de oficinas e serviços públicos e à conservação e melhoramentos de instalações, logradouros, estradas, canais, rios, etc.

11. *Despesas Diversas* — Entram nesta categoria tôdas as despesas que não puderem ser classificadas nos elementos de pessoal e material, tais como: amortização, juros, aluguéis, telefones, correio, transporte, subvenções, auxílios e, em geral, os serviços prestados por terceiros.

PROJETO DE LEI

....., Prefeito Municipal de.....

Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Faz saber que a Câmara Municipal decretou e êle promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO ORÇAMENTO GERAL

Artigo 1.º — Ficam orçadas e fixadas para o exercício financeiro de 1949, respectivamente as seguintes receitas e despesas:

ANEXO N.º 1

HISTÓRICO	EFETIVAS Cr\$	MUTAÇÕES Cr\$	TOTAIS Cr\$
A — RECEITA GERAL			
1 — Ordinária.....			
2 — Extraordinária.....			
SOMA.....			
B — DESPESA GERAL			
Ordinária			
1 — Fixa.....			
2 — Variável.....			
SOMA.....			

CAPÍTULO II

DA RECEITA GERAL

Artigo 1.º — A Receita Geral do Município de....., para o exercício de 1949 é orçada em Cr\$...... (.....), e será arrecadada de conformidade com a legislação em vigor, obedecendo à seguinte classificação:

ANEXO N.º 1

CÓDIGOS				TÍTULO	RECEITA			RECEITA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	SOMA	TOTAL		
10	0			§ 1.º — RECEITA ORDINÁRIA	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
20	0			A — RECEITA TRIBUTÁRIA					
30	0			a) — Impostos					
40	0	11	1	Imposto Territorial					
50	0			Imposto Territorial Urbano					
51	0	11	1	Da Sede.....					
52	0	11	1	Do Distrito de (.....)					
60	0	12	1	Imposto Predial					
70	0			Imposto Predial Urbano					
71	0	12	1	Da Sede.....					
72	0	12	1	Do Distrito de (.....)					
80	0	17	3	Imposto Sobre Indústrias e Profissões					
90	0								
100	0			Imposto de Indústrias e Profissões					
101	0	17	3	Da Sede.....					
102	0	17	3	Do Distrito de (.....)					
110	0	18	3	Imposto de Licença					
120	0			Imposto de Licença					
121	0	18	3	Da Sede.....					
122	0	18	3	Do Distrito de (.....)					
130	0	27	3	Imposto Sobre Jogos e Diversões					
140	0			Imposto sobre Jogos e Diversões					
141	0	27	3	Da Sede.....					
142	0	27	3	Do Distrito de (.....)					
160	8			Total de Impostos.....					
170	9			b) — Taxas					
180	1	11	2	Taxas Rodoviárias					
190	1			I — Taxas de Conservação de					
200	1			Estradas de Rodagem					
201	1	11	2	Da Sede.....					
202	1	11	2	Do Distrito de (.....)					
210	1			II — Taxa de Execução de Estradas					
220	1			de Rodagem					
221	1	11	2	Da Sede.....					
222	1	11	2	Do Distrito de (.....)					
230	1	16	4	Taxa para Fins Educativos					
231	1	16	4	Da Sede.....					
232	1	16	4	Do Distrito de (.....)					
240	1	17	4	Taxas e Emolumentos de					
250	1			Estabelecimentos de Ensino					
251	1	17	4	Da Sede.....					
252	1	17	4	Do Distrito de (.....)					
260	1	21	4	Taxas de Expediente					
270	1			Taxa de Expediente					
271	1	21	4	Da Sede.....					
272	1	21	4	Do Distrito de (.....)					
280	1	23	4	Taxas de Fiscalização e Serviços					
290	1			Diversos					
300	1			I — Taxa de Aferição de Pesos e					
310	1			Medidas					
311	1	23	4	Da Sede.....					
312	1	23	4	Do Distrito de (.....)					
320	1			II — Taxa de Emplacamento					
321	1	23	4	Da Sede.....					
322	1	23	4	Do Distrito de (.....)					
330	1	24	1	Taxas de Limpeza Pública					
340	1			I — Taxa de Remoção de Lixo					
350	1			Domiciliar					
351	1	24	1	Da Sede.....					
352	1	24	1	Do Distrito de (.....)					
360	1			II — Taxa de Limpeza das Vias					
370	1			Públicas					
371	1	24	1	Da Sede.....					
372	1	24	1	Do Distrito de (.....)					
380	1	25	1	Taxas de Viação					
390	1			I — Taxa de Conservação de					
400	1			Calçamento					
401	1	25	1	Da Sede.....					
402	1	25	1	Do Distrito de (.....)					

CÓDIGOS				TÍTULO	RECEITA			RECEITA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	SOMA	TOTAL		
410	1			II — Taxa de Execução de Calçamento	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
411	1	25	1	Da Sede.....	.	.	.	.	.
412	1	25	1	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
420	1			III — Taxa de Colocação de Guias e Sarjetas					
430	1			Da Sede.....	.	.	.	.	.
431	1	25	1	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
432	1	25	1		.	.	.	.	.
440	1			IV — Taxa de Conservação de Guias e Sarjetas					
450	1			Da Sede.....	.	.	.	.	.
451	1	25	1	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
452	1	25	1		.	.	.	.	.
460	1	26	1	Taxas de Melhoramentos					
470	1			Taxa de Melhoria					
471	1	26	1	Da Sede.....	.	.	.	.	.
472	1	26	1	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
480	8			Total de Taxas.....					
480	9			Total da Receita Tributária.....					
490	2			B — RECEITA PATRIMONIAL					
500	2	01	0	Renda Imobiliária					
510	2			I — Renda dos Próprios Municipais					
511	2	01	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
512	2	01	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
520	2			II — Foros e Laudêmios					
521	2	01	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
522	2	01	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
530	2	02	0	Renda de Capitais					
540	2			Juros de Depósitos					
541	2	02	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
542	2	02	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
550	9			Total da Receita Patrimonial.....					
560	3			C — RECEITA INDUSTRIAL					
570	3	01	0	Transportes					
580	3			I — Taxa de Transportes					
581	3	01	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
582	3	01	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
590	3			II — Renda de Bólsa					
591	3	01	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
592	3	01	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
610	3	02	0	Comunicações					
620	3			Taxa de Telefones					
621	3	02	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
622	3	02	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
630	3	03	0	Serviços Urbanos					
640	3			I — Taxa de Consumo de Água					
641	3	03	0	Da S de.....	.	.	.	.	.
642	3	03	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
650	3			II — Taxa de Ligação de Água					
651	3	03	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
652	3	03	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
660	3			III — Taxa de Esgotos					
661	3	03	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
662	3	03	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
670	3			IV — Taxa de Ligação de Esgotos					
671	3	03	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
672	3	03	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
680	3			V — Taxa de Iluminação e Energia					
690	3			Elétrica					
691	3	03	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
692	3	03	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
700	3	04	0	Indústrias Fabrís e Manufatureiras					
710	3			Frigorífico Municipal					
711	3	04	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
712	3	04	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
720	3	05	0	Estabelecimentos e Serviços Diversos					
730	3			I — Taxa Funerária					
731	3	05	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
732	3	05	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
740	3			II — Pôsto de Monta					
741	3	05	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
742	3	05	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
750	3			III — Renda de Lixo Industrializado					
751	3	05	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
752	3	05	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
760	3			IV — Estabelecimentos de Ensino					
761	3	05	0	Da Sede.....	.	.	.	.	.
762	3	05	0	Do Distrito de (.....)	.	.	.	.	.
770	9			Total da Receita Industrial.....					



CÓDIGOS				TÍTULO	RECEITA			RECEITA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	SOMA	TOTAL		
780	4			D — RECEITAS DIVERSAS	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
790	4	11	0	Receita de Mercados, Feiras e					
800	4			Matadouros					
810	4			1 — Receita de Feiras e Mercados					
811	4	11	0	Da Sede.....					
812	4	11	0	Do Distrito de (.....)					
820	4			Receita do Matadouro					
821	4	11	0	Da Sede.....					
822	4	11	0	Do Distrito de (.....)					
830	4	12	0	Receita de Cemitérios					
840	4			Receita do Cemitério					
841	4	12	0	Da Sede.....					
842	4	12	0	Do Distrito de (.....)					
850	4	13	0	Receita de Combustíveis e Lubrificantes					
860	4	13	0	Quota atribuída a este município de acordo com o artigo 15, n.º II e § 2.º, da Constituição Federal e nos termos da lei federal n.º 302, de 13/7/1948					
861	4	13	0	Da Sede.....					
870	4	14	0	Quota prevista no artigo 15 § 4.º da Constituição Federal, e atribuída a este município de conformidade com a lei federal n.º 305, de 18/7/1948					
471	4	14	0	Da Sede.....					
880	4	15	0	Quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal					
881	4	15	0	Da Sede.....					
880	4	16	0	Quota prevista no artigo 21 da Constituição Federal					
891	4	16	0	Da Sede.....					
930				TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS.....					
910	6			§ 2.º — RECEITA EXTRAORDINÁRIA					
920	6	11	0	Alienação de Bens Patrimoniais					
921	6	11	0	Da Sede.....					
922	6	11	0	Do Distrito de (.....)					
930	6	12	0	Cobrança da Dívida Ativa					
931	6	12	0	Da Sede.....					
940	6	13	0	Receita de Exercícios Anteriores					
941	6	13	0	Da Sede.....					
942	6	13	0	Do Distrito de (.....)					
950	6	14	0	Indenizações e Restituições					
951	6	14	0	Da Sede.....					
952	6	14	0	Do Distrito de (.....)					
960	6	16	0	Quotas de Fiscalizações Diversas					
961	6	16	0	Da Sede.....					
962	6	16	0	Do Distrito de (.....)					
970	6	18	0	Contribuição do Estado					
971	6	18	0	Da Sede.....					
972	6	18	0	Do Distrito de (.....)					
980	6	19	0	Contribuição de Municípios					
981	6	19	0	Da Sede.....					
990	6	20	0	Contribuições Diversas					
991	6	20	0	Da Sede.....					
992	6	20	0	Do Distrito de (.....)					
1000	6	21	0	Multas					
1001	6	21	0	Da Sede.....					
1002	6	21	0	Do Distrito de (.....)					
1010	6	22	0	Operações de Crédito					
1011	6	22	0	Da Sede.....					
1020	6	23	0	Eventuais					
1021	6	23	0	Da Sede.....					
1022	6	23	0	Do Distrito de (.....)					
1030	9			Total da Receita Extraordinária.....					
				TOTAL GERAL.....					

CAPITULO III DA DESPESA GERAL

Artigo 2.º — A Despesa Geral do Município de....., para o exercício de 1949 fixada em Cr\$., e será realizada, obedecendo à seguinte classificação:

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA		DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
100				§ 1.º — ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
110				PODER LEGISLATIVO				
111	8	00	0	Secretaria da Camara Municipal				
111	8	00	1	Pessoal Fixo.....	,		,	,
111	8	00	1	Pessoal Variavel.....	,		,	,
111	8	00	2	Material Permanente.....	,		,	,
111	8	00	3	Material de Consumo.....	,		,	
111	8	00	4	Despesas Diversas.....	,		,	

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA		DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERA				TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
120				PODER EXECUTIVO	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
121	8	02	4	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
121	8	02	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
130				PREFEITURA				
131				Distrito da Sede:				
131	8	07	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
131	8	09	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
131	8	09	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
131	8	09	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
131	8	09	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
131	8	13	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
132				Distrito de (.....):				
132	8	09	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
132	8	09	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
132	8	09	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
132	8	09	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
132	8	13	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
200				§ 2.º — SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS				
210				MATADOURO				
211				Distrito da Sede:				
211	8	45	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
211	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
211	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
211	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
211	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
211	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
212				Distrito de (.....):				
212	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
212	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
212	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
212	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
212	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
220				MERCADO				
221				Distrito da Sede:				
221	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
221	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
221	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
221	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
221	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
222				Distrito de (.....):				
222	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
222	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
222	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
222	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
222	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
230				CEMITÉRIO				
231				Distrito da Sede:				
231	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
231	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
231	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
231	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
231	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
232				Distrito de (.....):				
232	8	89	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
232	8	89	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
232	8	89	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
232	8	89	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
232	8	89	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
240				LIMPEZA PÚBLICA				
241				Distrito da Sede:				
241	8	85	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
241	8	85	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
241	8	85	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
241	8	85	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
241	8	85	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
242				Distrito de (.....):				
242	8	85	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
242	8	85	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
242	8	85	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
242	8	85	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
242	8	85	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA		DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				TOTAL DA VERRA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
250				SERVIÇOS INDUSTRIAIS				
					Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
251				Distrito da Sede:				
251	8	61	0	Pessoal Fixo.....				
251	8	61	1	Pessoal Variável.....				
251	8	61	2	Material Permanente.....				
251	8	61	3	Material de Consumo.....				
251	8	61	4	Despesas Diversas.....				
251	8	62	0	Pessoal Fixo.....				
251	8	62	1	Pessoal Variável.....				
251	8	62	2	Material Permanente.....				
251	8	62	3	Material de Consumo.....				
251	8	62	4	Despesas Diversas.....				
251	8	63	0	Pessoal Fixo.....				
251	8	63	1	Pessoal Variável.....				
251	8	63	2	Material Permanente.....				
251	8	63	3	Material de Consumo.....				
251	8	63	4	Despesas Diversas.....				
252				Distrito de (.....):				
252	8	61	0	Pessoal Fixo.....				
252	8	61	1	Pessoal Variável.....				
252	8	61	2	Material Permanente.....				
252	8	61	3	Material de Consumo.....				
252	8	61	4	Despesas Diversas.....				
260				JARDINS PÚBLICOS				
				Distrito da Sede:				
261	8	81	0	Pessoal Fixo.....				
261	8	81	1	Pessoal Variável.....				
261	8	81	2	Material Permanente.....				
261	8	81	3	Material de Consumo.....				
261	8	81	4	Despesas Diversas.....				
262				Distrito de (.....):				
262	8	81	0	Pessoal Fixo.....				
262	8	81	1	Pessoal Variável.....				
262	8	81	2	Material Permanente.....				
262	8	81	3	Material de Consumo.....				
262	8	81	4	Despesas Diversas.....				
270				ILUMINAÇÃO PÚBLICA				
				Distrito da Sede:				
271	8	88	3	Material de Consumo.....				
271	8	88	4	Despesas Diversas.....				
272				Distrito de (.....):				
272	8	88	3	Material de Consumo.....				
272	8	88	4	Despesas Diversas.....				
280				SERVIÇOS DIVERSOS				
				Distrito da Sede:				
281	8	89	1	Pessoal Variável.....				
281	8	89	3	Material de Consumo.....				
282				Distrito de (.....):				
282	8	89	1	Pessoal Variável.....				
282	8	89	3	Material de Consumo.....				
300				§ 3.º — OBRAS E MELHORAMENTOS PÚBLICOS				
				Distrito da Sede:				
301	8	80	0	Pessoal Fixo.....				
301	8	80	1	Pessoal Variável.....				
301	8	80	2	Material Permanente.....				
301	8	80	3	Material de Consumo.....				
301	8	80	4	Despesas Diversas.....				
310				CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS				
				Distrito da Sede:				
311	8	81	1	Pessoal Variável.....				
311	8	81	2	Material Permanente.....				
311	8	81	3	Material de Consumo.....				
312				Distrito de (.....):				
312	8	81	1	Pessoal Variável.....				
312	8	81	2	Material Permanente.....				
312	8	81	3	Material de Consumo.....				
320				CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS				
				Distrito da Sede:				
321	8	82	1	Pessoal Variável.....				
321	8	82	2	Material Permanente.....				
321	8	82	3	Material de Consumo.....				
322				Distrito de (.....):				
322	8	82	1	Pessoal Variável.....				
322	8	82	2	Material Permanente.....				
322	8	82	3	Material de Consumo.....				
330				REPARAÇÕES DIVERSAS				
				Distrito da Sede:				
331	8	89	1	Pessoal Variável.....				
331	8	89	2	Material Permanente.....				
331	8	89	3	Material de Consumo.....				
332				Distrito de (.....):				
332	8	89	1	Pessoal Variável.....				
332	8	89	2	Material Permanente.....				
332	8	89	3	Material de Consumo.....				

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA		DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
340				CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS				
341				Distrito da Sede:	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
341	8	82	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
341	8	82	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
341	8	82	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
342				Distrito de (.....):				
342	8	82	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
342	8	82	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
342	8	82	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
350				CONSTRUÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS				
351				Distrito da Sede:				
351	8	81	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
351	8	81	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
351	8	81	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
351	8	81	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
352				Distrito de (.....):				
352	8	81	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
352	8	81	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
352	8	81	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
352	8	81	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
360				CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS				
361				Distrito da Sede:				
361	8	87	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
362				Distrito de (.....):				
362	8	87	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
400				§ 4.º SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE				
410				COMUM COM O ESTADO				
420				HIGIENE				
421				Distrito da Sede:				
421	8	48	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
421	8	49	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
421	8	49	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
421	8	49	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
421	8	49	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
422				Distrito de (.....):				
422	8	49	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
422	8	49	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
422	8	49	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
422	8	49	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
430				ESCOLAS MUNICIPAIS				
431				Distrito da Sede:				
431	8	32	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
431	8	32	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
431	8	32	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
431	8	32	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
431	8	32	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
431	8	33	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
431	8	33	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
431	8	33	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
431	8	33	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
431	8	33	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
431	8	36	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
431	8	38	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
431	8	39	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
432				Distrito de (.....):				
432	8	33	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
432	8	33	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
432	8	33	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
432	8	33	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
432	8	33	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
432	8	36	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
432	8	38	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
440				SEGURANÇA PÚBLICA				
441				Distrito da Sede:				
441	8	24	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
441	8	24	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
441	8	24	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
441	8	24	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
441	8	28	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
442				Distrito de (.....):				
442	8	24	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
442	8	24	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
442	8	24	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
442	8	24	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
442	8	28	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
450				ORGÃOS CULTURAIS				
451	8	34	0	Pessoal Fixo.....	.	.	.	.
451	8	34	1	Pessoal Variável.....	.	.	.	.
451	8	34	2	Material Permanente.....	.	.	.	.
451	8	34	3	Material de Consumo.....	.	.	.	.
451	8	34	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.
451	8	38	4	Despesas Diversas.....	.	.	.	.

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA		DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
460				FOMENTO				
470				FOMENTO VEGETAL	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
471	8	51	1	Pessoal Variável.....	.		.	
471	8	51	3	Material de Consumo.....	.		.	
471	8	51	4	Despesas Diversas.....	.		.	
480				FOMENTO ANIMAL				
481	8	52	1	Pessoal Variável.....	.		.	
481	8	52	3	Material de Consumo.....	.		.	
481	8	52	4	Despesas Diversas.....	.		.	
490				§ 5.º — DIVIDAS				
500				DIVIDA CONSOLIDADA				
501	8	73	4	Despesas Diversas.....	.		.	
501	8	74	4	Despesas Diversas.....	.		.	
501	8	75	4	Despesas Diversas.....	.		.	
510				DIVIDA FLUTUANTE				
511	8	76	4	Despesas Diversas.....	.		.	
600				§ 6.º — AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES				
610				ASSISTENCIA PÚBLICA				
611	8	48	4	Despesas Diversas.....	.		.	
620				ASSISTENCIA SOCIAL				
621	8	29	4	Despesas Diversas.....	.		.	
630				DIVERSÕES PÚBLICAS				
631	8	38	4	Despesas Diversas.....	.		.	
640				AUXÍLIOS DIVERSOS				
641	8	98	4	Despesas Diversas.....	.		.	
700				§ 7.º — APOSENTADORIAS E PENSÕES				
710				PESSOAL INATIVO				
711	8	90	0	Pessoal Fixo.....	.		.	
720				CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDENCIA				
720	8	91	4	Despesas Diversas.....	.		.	
730				ENCARGOS TRANSITÓRIOS				
731	8	93	0	Pessoal Fixo.....	.		.	
740				PENSÕES DIVERSAS				
741	8	95	4	Despesas Diversas.....	.		.	
800				§ 8.º — DESPESAS JUDICIAIS				
810				EXECUTIVOS FISCAIS				
811	8	13	0	Pessoal Fixo.....	.		.	
811	8	13	4	Despesas Diversas.....	.		.	
820				OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS				
821	8	09	4	Despesas Diversas.....	.		.	
900				§ 9.º — DESPESAS DIVERSAS				
910				INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES				
911	8	92	4	Despesas Diversas.....	.		.	
920				SEGUROS E ACIDENTES				
921	8	94	4	Despesas Diversas.....	.		.	
930				EVENTUAIS				
931	8	99	4	Despesas Diversas.....	.		.	
				TOTAL GERAL.....				

Artigo 3.º — Depende de autorização legislativa, qualquer pagamento pelas verbas de Subvenções, Contribuições e Auxílios, previstas no presente decreto-lei.

§ único — A autorização legislativa a que se refere o presente artigo dependerá do cumprimento das exigências constantes do decreto-lei que regulamenta a cooperação financeira do município com as entidades que prestam assistência social ou cultural.

Artigo 4.º — Este decreto-lei entrará em vigor no dia 1.º de janeiro de 1949, revogadas as disposições em contrário.

.....de..... de 1948

.....
Prefeito Municipal

DECRETO N.º DE DE 19

Dispõe que se observe, na execução do orçamento do Município de para 1949 a discriminação da Despesa constante das tabelas anexas

O Prefeito Municipal de usando de suas atribuições, decreta:

Artigo 1.º — Na execução do orçamento do Município, para o exercício de 1949 será observada a discriminação da Despesa constante das tabelas explicativas anexas a este Decreto.

Artigo 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeito Municipal

TABELAS EXPLICATIVAS DA DESPESA

CÓDIGOS				TÍTULO	RECEITA			RECEITA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
100				§ 1.º — ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
110				PODER LEGISLATIVO					
				Secretaria da Câmara Municipal					
111	8	00	0	Serviços Diversos — Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos do Secretario					
				II — Vencimentos do.....					
				III — Vencimentos do.....					
111	8	00	1	Pessoal Variável					
				(Especificar).....					
111	8	00	2	Material Permanente					
				Aquisição de... (especificar o material de uso permanente.)					
111	8	00	3	Material de Consumo					
				I — Aquisição de impressos, lapis, tinta, borracha (e outros materiais de expediente)					
111	8	00	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					
120				PODER EXECUTIVO					
121	8	02	0	Subsídio e Representação do Prefeito — Pessoal Fixo					
121				I — Subsídio.....					
				II — Representação.....					
121	8	02	4	Despesas Diversas					
				Viagens, estada e condução.....					
130				PREFEITURA					
131				Distrito da Sede:					
131	8	07	0	Serviços Técnicos e Especializados — Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos do Contador.....					
				II — Vencimentos do Subcontador.....					
				III — Vencimentos do Engenheiro.....					
				IV — Vencimentos do..... (especificar).....					
				V — Substituições.....					
				VI —..... (Gratificações, serviços extraordinários ou outras despesas, especificar por itens).....					
131	8	09	0	Serviços Diversos — Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos do Secretário.....					
				II — Vencimentos do Datilógrafo.....					
				III — Vencimentos do Escriitório.....					
				IV — Vencimentos do 1.º Fiscal.....					
				V — Vencimentos do 2.º Fiscal.....					
				VI — Vencimentos do Porteiro.....					
				VII — Vencimentos do..... (especificar).....					
				VIII — Substituições.....					
				IX —..... (Gratificações, serviços extraordinários etc., especificar por itens).....					
131	8	09	2	Material Permanente					
				Aquisição de máquinas, arquivos (ou outros objetos de uso permanente, especificar).....					
131	8	09	3	Material de Consumo					
				I — Aquisição de impressos, lapis, tinta, borracha, placas (e outros materiais, especificar).....					
				II — Aquisição de óleo e gasolina.....					
131	8	09	4	Despesas Diversas					
				I — Aluguéis.....					
				II — Correio.....					
				III — Telégrafo.....					
				IV — Publicações.....					
				V — Água.....					
				VI —..... (luz, telefone, fornecimento café ou outras despesas, especificar por itens).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
					Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
131	8	13	0	Exação e Fiscalização Financeira — Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos do Tesoureiro.....					
				II — Vencimentos do Fiel do Tesoureiro.....					
				III — Vencimentos do Lançador.....					
				IV — Vencimentos do Auxiliar do Lançador....					
				V — (indicar outros cargos criados por lei: Fiscal-Arrecadador etc.).....					
				VI — (Substituições, gratificações, quebras de caixa ou outras despesas, especificar por itens).....					
132				Distrito de (.....):					
132	8	09	0	Serviços Diversos — Pessoal Fixo					
				Vencimentos do Fiscal.....					
132	8	09	2	Material Permanente.....					
				Aquisição de máquinas, móveis (ou outros materiais de uso permanente, especificar)....					
132	8	09	3	Material de Consumo					
				Aquisição de materiais de expediente.....					
132	8	09	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					
132	8	13	0	Exação e Fiscalização Financeira — Pessoal Fixo					
				Vencimentos do Fiscal-Arrecadador.....					
200				§ 2.º — SERVIÇOS PUBLICOS MUNICIPAIS					
210				MATADOURO					
211				Distrito da Sede:					
211	8	16	0	Serviços de Inspeção — Pessoal Fixo					
				Vencimentos do Veterinário.....					
211	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do..... (Administrador, ou Zelador, os cargos criados por lei, especificar por itens).....					
211	8	89	1	Pessoal Variável					
				I — Diaristas.....					
				II — Mensalistas.....					
211	8	89	2	Material Permanente					
				Aquisição de ferramentas (e outros objetos de uso permanente, especificar).....					
211	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de forragem, desinfetantes e material de expediente.....					
211	8	89	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					
212				Distrito de (.....):					
212	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do..... (Administrador, ou Zelador, conforme o caso).....					
212	8	89	1	Pessoal Variável					
				Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens se for o caso.....					
212	8	89	2	Material Permanente					
				Aquisição de ferramentas (e outros objetos de uso permanente, especificar).....					
212	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de forragem, desinfetantes (e material de expediente, especificar).....					
212	8	89	4	Despesas Diversas					
				(Especificar)					
220				MERCADO					
221				Distrito da Sede:					
221	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do..... (especificar cargos criados por lei).....					
221	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens se for o caso).....					
221	8	89	2	Material permanente					
				Aquisição de..... (material de uso permanente, especificar).....					
221	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de desinfetantes e (outros materiais de consumo e expediente, especificar).....					
222				Distrito de (.....):					
222	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do..... (especificar cargos criados por lei).....					
222	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens se for o caso).....					
222	8	89	2	Material Permanente					
				Aquisição de..... (material de uso permanente, especificar).....					
222	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de desinfetantes e (outros materiais de consumo e expediente, especificar).....					
222	8	89	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERRA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
230				CEMITÉRIO	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
231				Distrito da Sede:					
231	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
231	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Especificar).....					
231	8	89	2	Material Permanente					
				Aquisição de (material de uso permanente, especificar).....					
231	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de desinfetantes, cal, areia (e outros materiais de consumo ou expediente, especificar).....					
231	8	89	4	Despesas Diversas					
				Reforma do cemitério (ou outras despesas, executadas por terceiros, especificar).....					
232				Distrito de (.....):					
232	8	89	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
232	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
232	8	89	2	Material Permanente					
				Aquisição de (material de uso permanente, especificar).....					
232	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de desinfetantes, cal, areia (e outros de consumo ou expediente, especificar).....					
232	8	89	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					
240				LIMPEZA PÚBLICA					
241				Distrito da Sede:					
241	8	85	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
241	8	85	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
241	8	85	2	Material Permanente					
				Aquisição de (muare, carroças e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
241	8	85	3	Material de Consumo					
				Aquisição de forragem, graxa (e outros materiais de consumo, especificar).....					
241	8	85	4	Despesas Diversas					
242				(Especificar).....					
242	8	85	0	Distrito de (.....):					
242	8	85	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
242	8	85	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou mensalistas, especificar).....					
242	8	85	2	Material Permanente					
				Aquisição de (muare, carroças e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
242	8	85	3	Material de Consumo					
				Aquisição de forragem, graxa (e outros materiais de consumo, especificar).....					
242	8	85	4	Despesas Diversas					
				(Especificar).....					
250				SERVIÇOS INDUSTRIAIS					
251				Distrito da Sede					
				Transportes.....					
251	8	61	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
251	8	61	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
251	8	61	2	Material Permanente					
				Aquisição de (maquinarias ou outros materiais de uso permanente, especificar).....					
251	8	61	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar os materiais de consumo).....					
251	8	61	4	Despesas Diversas					
				I — Aluguéis.....					
				II — Telefone.....					
				III — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.).....					
251				COMUNICAÇÕES					
251	8	62	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
251	8	62	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou mensalistas, especificar).....					
251	8	62	2	Material Permanente					
				Aquisição de (especificar o material de uso permanente).....					
251	8	62	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
251	8	62	4	Despesas Diversas					
				I — Aluguéis.....					
				II — Telefone.....					
				III — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
251	8	63	0	SERVIÇOS URBANOS Pessoal Fixo a) Água I — Vencimentos do Encarregado de hidrômetros..... II — Vencimentos do Tratador de águas..... III — Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei)..... b) Esgotos I — Vencimentos do Zelador da Estação de tratamento de Esgotos..... II — Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei)..... c) Energia Elétrica I — Vencimentos do (especificar) II — Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
251	8	63	1	Pessoal Variável a) Água (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens). b) Esgotos (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens). c) Energia Elétrica (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens).					
251	8	63	2	Material Permanente a) Água Aquisição de ferramentas, máquinas e (outros utensílios de uso permanente, especificar) b) Esgotos Aquisição de (especificar o material de uso permanente)..... c) Energia Elétrica Aquisição de (especificar o material de uso permanente).....					
251	8	63	3	Material de Consumo a) Água Aquisição de (especificar os materiais para tratamento de água e serviço de ligações, etc.)... b) Esgotos I — Aquisição de (material para serviço de ligação, discriminar)..... II — Aquisição de desinfetantes e (discriminar) c) Energia Elétrica Aquisição de (especificar os materiais de consumo)					
251	8	63	4	Despesas Diversas a) Água I — Aluguéis II — Telefone..... III — Energia elétrica para as bombas..... IV — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.)..... b) Esgotos I — Aluguéis II — Telefone..... III — (especificar, serviços prestados por terceiros etc.)..... c) Energia Elétrica I — Aluguéis..... II — Telefone..... III — (especificar, serviços prestados por terceiros, etc.).....					
252				Distrito de (.....):					
252	8	61	0	TRANSPORTES Pessoal Fixo Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
252	8	61	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)...					
252	8	61	2	Material Permanente Aquisição de (maquinarias e outros materiais de uso permanente, especificar)...					
252	8	61	3	Material de Consumo Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
252	8	61	4	Despesas Diversas I — Aluguéis..... II — Telefone..... III — (especificar, serviços prestados por terceiros etc.).....					
252	8	62	0	COMUNICAÇÕES Pessoal Fixo Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
252	8	62	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
252	8	62	2	Material Permanente Aquisição de (especificar o material de uso permanente).....					
252	8	62	3	Material de Consumo Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
252	8	62	4	Despesas Diversas I — Aluguéis..... II — Telefone..... III — (especificar, serviços prestados por terceiros etc.).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
252	8	63	0	SERVIÇOS URBANOS Pessoal Fixo a) Água I — Vencimentos do Encarregado de hidrômetros..... II — Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei)..... b) Esgotos I — Vencimentos do Zelador da Estação de tratamento de Esgotos..... II — Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei)..... c) Energia Elétrica Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei).....	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
252	8	63	1	Pessoal Variável a) Água (Diáristas ou Mensalistas, especificar por itens) b) Esgotos (Diáristas ou Mensalistas, especificar por itens) c) Energia Elétrica (Diáristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
252	8	63	2	Material Permanente a) Água Aquisição de ferramentas, máquinas (e outros materiais de uso permanente, especificar)..... b) Esgotos Aquisição de ferramentas, máquinas (e outros materiais de uso permanente, especificar)..... c) Energia Elétrica Aquisição de (especificar o material de uso permanente).....					
252	8	63	3	Material de Consumo a) Água Aquisição de (especificar o material para tratamento d'água e serviço de ligação, etc.)..... b) Esgotos I — Aquisição de (material para o serviço de ligação, especificar)..... II — Aquisição de desinfetantes e (outros, especificar)..... c) Energia Elétrica Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
252	8	63	4	Despesas Diversas a) Água I — Aluguéis..... II — Telefone..... III — Energia Elétrica para as bombas..... IV — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.)..... b) Esgotos I — Aluguéis..... II — Telefone..... III — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.)..... c) Energia Elétrica I — Aluguéis..... II — (especificar serviços prestados por terceiros, etc.).....					
260				JARDINS PÚBLICOS					
261				Distrito da Sede:					
261	8	81	0	Pessoal Fixo Vencimento do (especificar os cargos criados por lei).....					
261	8	81	1	Pessoal Variável (Diáristas ou Mensalistas, especificar por itens)...					
261	8	81	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
261	8	81	3	Material de Consumo Aquisição de adubos, sementes (e outros materiais de consumo, especificar).....					
261	8	81	4	Despesas Diversas (Especificar).....					
262				Distrito de (.....)					
262	8	81	0	Pessoal Fixo Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei).....					
262	8	81	1	Pessoal Variável Diáristas ou Mensalistas, especificar por itens)...					
262	8	81	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
262	8	81	3	Material de Consumo Aquisição de adubos, sementes (e outros materiais de consumo, especificar).....					
262	8	81	4	Despesas Diversas (Especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
270				ILUMINAÇÃO PÚBLICA	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
271				Distrito da Sede:					
271	8	88	3	Material de Consumo					
				Aquisição de lâmpadas (e outros, especificar)....					
271	8	88	4	Despesas Diversas					
				Fornecimento de energia elétrica conforme contrato.....					
272				Distrito de (.....):					
272	8	88	3	Material de Consumo					
				Aquisição de lâmpadas (e outros, especificar)....					
272	8	88	4	Despesas Diversas					
				Fornecimento de energia elétrica conforme contrato.....					
280				SERVIÇOS DIVERSOS					
281				Distrito da Sede:					
				(Outros serviços não mencionados, tais como Extinção de formigueiros, etc.).....					
281	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
281	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar os materiais necessários ao serviço).....					
				Distrito de (.....):					
282	8	89	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
282	8	89	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar os materiais necessários ao serviço).....					
300				§ 3.º—OBRAS E MELHORAMENTOS PÚBLICOS					
301				Distrito da Sede:					
				DIRETORIA DE OBRAS					
301	8	80	0	Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos do (especificar)					
				II — Vencimentos do (especificar os cargos criados por lei).....					
301	8	80	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens).					
301	8	80	2	Material Permanente					
				Aquisição de instrumentos de engenharia, móveis (e outros de uso permanente, especificar)...					
301	8	80	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
301	8	80	4	Despesas Diversas					
				I — Transporte.....					
				II — Aluguéis.....					
				III — (outras despesas, especificar)					
310				CONSERVAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS					
311				Distrito da Sede:					
311	8	81	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
311	8	81	2	Material Permanente					
				Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
311	8	81	3	Material de Consumo					
				Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento, óleo, gasolina (e outros materiais de consumo, especificar).....					
				Distrito de (.....):					
312	8	81	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
312	8	81	2	Material Permanente					
				Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
312	8	81	3	Material de Consumo					
				Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento, óleo, gasolina (e outros materiais de consumo, especificar).....					
320				CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS					
321				Distrito da Sede:					
321	8	82	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
321	8	82	2	Material Permanente					
				Aquisição de trator, plaina (ou qualquer material de uso permanente, especificar).....					
321	8	82	3	Material de Consumo					
				Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento, óleo, gasolina (e outros materiais de consumo, especificar).....					
				Distrito de (.....)					
322	8	82	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens).					
322	8	82	2	Material Permanente					
				Aquisição de trator, plaina, (ou qualquer material de uso permanente, especificar).....					
322	8	82	3	Material de Consumo					
				Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento, óleo, gasolina (e outros materiais de consumo, especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
330				REPARAÇÕES DIVERSAS	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
331				Distrito da Sede:					
331	8	89	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
331	8	89	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
331	8	89	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento, (e outros materiais de consumo, especificar)...					
332				Distrito de (.....):					
332	8	89	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
332	8	89	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais permanentes, especificar).....					
332	8	89	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento (e outros de consumo, especificar).....					
340				CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS					
341				Distrito da Sede:					
341	8	82	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
341	8	82	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
341	8	82	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal pedregulho, cimento (e outros materiais de consumo, especificar)...					
342				Distrito de (.....):					
342	8	82	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
342	8	82	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
342	8	82	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento (e outros materiais de consumo, especificar)...					
350				CONSTRUÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS					
351				Distrito da Sede:					
351	8	81	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
351	8	81	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais de uso permanente, especificar).....					
351	8	81	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento (e outros materiais de consumo, especificar)...					
351	8	81	4	Despesas Diversas (Serviço por empreitada ou contrato, especificar).....					
352				Distrito de (.....):					
352	8	81	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)					
352	8	81	2	Material Permanente Aquisição de ferramentas (e outros materiais do uso permanente, especificar).....					
352	8	81	3	Material de Consumo Aquisição de areia, cal, pedregulho, cimento (e outros materiais de consumo, especificar)...					
352	8	81	4	Despesas Diversas (Serviço por empreitada ou contrato especificar).....					
360				CONSTRUÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS					
361				Distrito da Sede:					
361	8	87	2	Material Permanente Para a construção do Paço Municipal (ou outros próprios que não puderam ser classificados nos respectivos grupos).....					
362				Distrito de (.....):					
362	8	87	2	Material Permanente Para a construção do prédio (especificar).....					
400				§ 4.º — SERVIÇOS PÚBLICOS DE INTERESSE COMUM COM O ESTADO					
410									
420				HIGIENE					
421				Distrito da Sede:					
421	8	48	4	Despesas Diversas I — Auxílio ao Centro de Saúde (ou Posto de Higiene Estadual)..... II — Auxílio ao Serviço de Tracoma e Vermineose do Estado.....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
				SERVIÇO MUNICIPAL	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr
421	8	49	0	Pessoal Fixo I — Vencimentos do médico (especificar)..... II — Vencimentos do Fiscal ou Guarda Sanitário.....					
421	8	49	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
421	8	49	3	Material de Consumo Aquisição de desinfetantes, medicamentos, (e outros materiais, especificar).....					
421	8	49	4	Despesas Diversas I — Aluguéis..... II — Luz (ou telefone etc., especificar).....					
422				Distrito de (.....)					
422	8	49	0	Pessoal Fixo I — Vencimentos do Médico..... II — Vencimentos do (especificar cargo criado por lei).....					
422	8	49	1	Pessoal Variável (Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
422	8	49	3	Material de Consumo Aquisição de desinfetantes, medicamentos, (e outros materiais, especificar).....					
422	8	49	4	Despesas Diversas. (Aluguel, luz, telefone, etc., especificar por itens)					
430				ESCOLAS MUNICIPAIS					
431				Distrito da Sede:					
				ENSINO PROFISSIONAL					
431	8	32	0	Pessoal Fixo I — Vencimentos do Diretor..... II — Vencimentos do Secretário..... III — Vencimentos de Professores de disciplina (indicar quantos professores).. IV — Vencimentos de (especificar outros cargos) V — Substituições..... VI — Gratificações (especificar)...					
431	8	32	1	Pessoal Variável (Diaristas, ou Mensalistas, especificar por itens)					
431	8	32	2	Material Permanente Aquisição de (especificar o material)					
431	8	32	3	Material de Consumo Aquisição de (especificar o material)					
431	8	32	4	Despesas Diversas I — Aluguel do Prédio..... II — Água..... III — Luz..... IV — Telefone..... V — (especificar).....					
				ENSINO PRIMÁRIO, SECUNDÁRIO E COMPLEMENTAR					
431	8	33	0	Pessoal Fixo () Ensino Primário I — Vencimentos de professores municipais (indicar quantos professores) II — Vencimentos de (serventes, porteiros ou especificar por itens)..... () Ensino Secundário Escola Normal I — Vencimentos do Diretor..... II — Vencimentos do Secretário..... III — Vencimentos de professores de disciplina (indicar quantos professores).. IV — Substituições..... V — Gratificações (especificar)..... Ginásio Municipal I — Vencimentos do Diretor..... II — Vencimentos do Secretário..... III — Vencimentos de professores de disciplina (indicar quantos professores).. IV — Vencimentos de (serventes, porteiros etc. classificar por itens)..... V — Substituições..... VI — (especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
431	8	33	1	Pessoal Variável a) Ensino Primário (Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)..... b) Ensino Secundário Escola Normal (Diaristas ou Mensalistas, classificar por itens)..... Ginásio Municipal I — (Diaristas ou Mensalistas classificar por itens)..... II — (especificar).....	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
431	8	33	2	Material Permanente a) Ensino Primário I — Aquisição de móveis (e outros materiais de uso permanente, especificar)..... II — Para aquisição ou construção de prédios escolares, conforme dispõe a cláusula 2.ª do Convênio celebrado entre o Governo do Estado e as Prefeituras Municipais..... (Com referência a esta despesa constam das Instruções Gerais, item V, os esclarecimentos necessários ao cálculo das quantias a serem consignadas)..... b) Ensino Secundário Escola Normal Aquisição de móveis (e outros materiais de uso permanente, especificar)..... Ginásio Municipal Aquisição de móveis (e outros materiais de uso permanente especificar).....					
431	8	33	3	Material de Consumo a) Ensino Primário Aquisição de giz, lapis, cadernos (e outros materiais de consumo, especificar)..... b) Ensino Secundário Escola Normal Aquisição de giz, lapis, cadernos (e outros materiais de consumo, especificar)..... Ginásio Municipal Aquisição de giz, lapis, cadernos (e outros materiais de consumo, especificar).....					
431	8	33	4	Despesas Diversas a) Ensino Primário I — Aluguéis..... II — Água..... III — (outras despesas com as escolas municipais, especificar)..... b) Ensino Secundário Escola Normal I — Aluguéis do prédio..... II — Água..... III — Luz..... IV — Telefone..... V — (especificar outras despesas se houver)..... Ginásio Municipal I — Aluguéis do prédio..... II — Água..... III — Luz..... IV — Telefone..... V — (especificar outras despesas se houver).....					
431	8	36	4	Despesas Diversas..... Ensino Primário... I — Despesas com inspeção nas escolas primárias municipais..... II — (especificar outras despesas com inspeção se houver).....					
431	8	38	4	Despesas Diversas. Ensino Primário I — Auxílio ao Jardim da Infância do Externato..... (especificar)..... II — (especificar outras despesas com inspeção se houver)..... b) Ensino Primário I — Auxílio ao Serviço de Caixa Escolar (de acordo com a cláusula segunda do Convênio)..... II — Auxílio ao Externato (especificar)..... III — Auxílio para aluguel de salas das escolas estaduais ou particulares, especificar)..... IV — Auxílio (especificar)..... c) Ensino Secundário I — Auxílio para aluguel do prédio do Ginásio (especificar)..... II — Auxílio para inspeção federal no..... (especificar)..... III — Auxílio à Escola Normal Livre..... (especificar)..... IV — Manutenção de alunos no Ginásio..... (especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERRA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
				d) Ensino Profissional	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
				I — Auxílio a Escola Profissional					
				(espec.).....					
				II — Auxílio à Escola de Comércio.....					
				(especificar).....					
				III — Auxílio ao Aprendizado Agrícola					
				(especificar).....					
				IV — Auxílio					
				(especificar).....					
				e) Educação Física					
				I — Auxílio ao Clube de Futebol.....					
				(especif.).....					
				II — Auxílio à Comissão de Esportes.....					
				III — Auxílio para a construção da praça de es-					
				portes do Clube					
				(especificar)					
				f) Outros Auxílios					
				I — Auxílio ao Escotismo					
				(espe-					
				cificar).....					
				II — Auxílio para a manutenção de alunos na					
				Escola do Aeroclub.....					
				(espe-					
				cificar).....					
				III —					
				(outros auxílios que não pode-					
				rem ser classificados nos serviços anterio-					
				res).....					
431	8	39	2	Material Permanente.....					
432				Construção do Estádio Municipal					
				Distrito de (.....):					
				ENSINO PRIMÁRIO					
432	8	33	0	Pessoal Fixo					
				I — Vencimentos de professores					
				municipais (indicar quantos professores)					
				II — Vencimentos de (serventes,					
				porteiros ou, indicar e classi-					
				ficar.).....					
432	8	33	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens).					
432	8	33	2	Material Permanente					
				Aquisição de (Móveis e outros mate-					
				riais de uso permanente, especificar).....					
432	8	33	3	Material de Consumo					
				Aquisição de giz, lapis, cadernos..... (e					
				outros materiais, especificar).....					
432	8	33	4	Despesas Diversas.....					
				I — Aluguéis.....					
				II — Água.....					
				III — Condução (ou outras despesas com as es-					
				colas municipais, especificar).....					
432	8	36	4	Despesas Diversas					
				Despesas com inspeção nas escolas primárias mu-					
				nicipais.....					
432	8	38	4	Despesas Diversas					
				I — Subvenção à Escola					
				(especifi-					
				car).....					
				II — Auxílio ao Serviço de Caixa Escolar....					
				(de acôrdo com a cláusula 1.ª do					
				Convênio).....					
				III — Auxílio ao Externato					
				(especifi-					
				ficar).....					
				IV — Auxílio ao					
				(especificar).....					
				SEGURANÇA PÚBLICA					
440				Distrito da Sede:					
441				Pessoal Fixo					
441	8	24	0	Vencimentos do (indicar os cargos					
				criados por lei).....					
441	8	24	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar por itens)...					
441	8	24	3	Material de Consumo					
				Aquisição de materiais de expediente					
				(especificar).....					
441	8	24	4	Despesas Diversas.					
				I — Água.....					
				II — Luz.....					
				III — Aluguél.....					
441	8	28	4	Despesas Diversas					
				I — Subvencção à Guarda Noturna local.....					
				II — Auxílio ao Posto Policial (ou Delegacia de					
				Polícia etc.).....					
				III — Auxílio ao Tiro de Guerra local.....					
442				Distrito de (.....):					
442	8	21	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (cargos criados por					
				lei, especificar).....					
442	8	24	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
442	8	24	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar o material					
				de consumo ou expediente).....					
442	8	24	4	Despesas Diversas					
				I — Água.....					
				II — Luz.....					
				III — Aluguel.....					
442	8	28	4	Despesas Diversas					
				I — Subvencção à Guarda Noturna local.....					
				II — Auxílio					
				(especificar).....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
450				ORGÃOS CULTURAIS	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
451	8	34	0	Biblioteca Municipal (ou outro órgão cultural, especif.)					
				Pessoal Fixo					
				Vencimentos do (especificar cargos criados por lei).....					
451	8	34	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
451	8	4	2	Material Permanente					
				Aquisição de (especificar o material de uso permanente).....					
451	8	34	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar o material de consumo).....					
451	8	34	4	Despesas Diversas					
				 (especificar as despesas).....					
451	8	38	4	Despesas Diversas					
				I — Auxílio á Biblioteca (especificar).....					
				II — Auxílio á Escola de Música..... (especificar).....					
				III — Auxílio ao orfeão (especificar).....					
				IV — Auxílio á Sociedade Cultural (especificar).....					
				V — Auxílio a (especificar).....					
460				FOMENTO					
470				FOMENTO VEGETAL					
471	8	51	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
471	8	51	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar).....					
471	8	51	4	Despesas Diversas					
				I — Água (ou aluguel, luz etc., especificar)....					
				II — Serviços prestados por terceiros (especif.)					
480				FOMENTO ANIMAL					
481	8	52	1	Pessoal Variável					
				(Diaristas ou Mensalistas, especificar).....					
481	8	52	3	Material de Consumo					
				Aquisição de (especificar).....					
481	8	52	4	Despesas Diversas					
				I — Água (ou aluguel, luz etc., especificar)....					
				II — Serviços prestados por terceiros, (especif.)					
490				§ 5.º — DÍVIDAS					
500				DÍVIDA CONSOLIDADA					
501	8	73	3	Despesas Diversas					
				Amortização do exercício.....					
501	8	74	4	Despesas Diversas					
				Juros do exercício.....					
501	8	75	4	Despesas Diversas					
				Editais, comissões etc.....					
510				DÍVIDA FLUTUANTE					
511	8	76	4	Despesas Diversas					
				Pagamento no exercício.....					
600				§ 6.º — AUXÍLIOS E SUBVENÇÕES					
610				ASSISTENCIA PÚBLICA					
611	8	48	4	Despesas Diversas					
				I — Auxílio ao Hospital (especificar)					
				II — Auxílio ao Pronto Socorro (especificar).....					
				III — Auxílio á Santa Casa.....					
				IV — (especificar outros auxílios se houver).....					
620				ASSISTENCIA SOCIAL					
621	8	29	4	Despesas Diversas					
				I — Para o amparo da Maternidade e infância					
				II — Despesas com a Bolsa de Estudos para Assistente Social.....					
				III — Auxílio a indigentes.....					
				IV — (outros relativos á beneficência)					
				V — Contribuição á Legião Brasileira de Assistência.....					
630				DIVERSÕES PÚBLICAS					
631	8	38	4	Despesas Diversas					
				Contribuição para retretas públicas.....					

CÓDIGOS				TÍTULO	DESPESA			DESPESA EFETIVA	MUTUAÇÕES PATRIMONIAIS
LOCAL	GERAL				PARCIAL	TOTAL DA VERBA	TOTAL DO PARÁGRAFO		
				AUXÍLIOS DIVERSOS	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
641	8	98	4	Despesas Diversas					
				I — Sala ambiente de café (destinada à demonstração técnica do café).....	.	.	.	.	.
				II — Auxílios a estafetas.....	.	.	.	.	.
				III — Auxílio para aluguel de prédio à Agência do Correio e Telégrafo.....	.	.	.	.	.
				IV — Auxílio ao Aeroclube local.....	.	.	.	.	.
				V — (especificar outros se houver)	.	.	.	.	.
700				§ 7.º — APOSENTADORIAS E PENSÕES					
710				PESSOAL INATIVO					
711	8	90	0	Pessoal Fixo					
				a) Aposentadoria já concedida: (autorizadas por leis)					
				I — Ex-Fiscal, Sr.....	.	.	.	.	.
				II — Ex..... (especificar).....	.	.	.	.	.
				b) Aposentadorias a serem concedidas no exercício..	.	.	.	.	.
720				CONTRIBUIÇÃO PARA PREVIDENCIA					
721	8	91	4	Despesas Diversas					
				Contribuição do município para:					
				I — Caixa de aposentadorias e Pensões.....	.	.	.	.	.
				 (especificar).....	.	.	.	.	.
				II — Instituto de Previdência do Estado.....	.	.	.	.	.
				III — Instituto dos Industriários	.	.	.	.	.
				IV — (especificar).....	.	.	.	.	.
730				ENCARGOS TRANSITÓRIOS					
731	8	93	0	Pessoal Fixo					
				Proventos de (funcionários afastados, em disponibilidade, etc. (especificar).....	.	.	.	.	.
740				PENSÕES DIVERSAS					
741	8	95	4	Despesas Diversas					
				a) Pensões já concedidas: (autorizadas por leis)....	.	.	.	.	.
				I — Pensão à (especificar).....	.	.	.	.	.
				II — (especificar).....	.	.	.	.	.
				b) Pensões a serem concedidas no exercício.....	.	.	.	.	.
800				§ 8.º — DESPESAS JUDICIAIS					
810				EXECUTIVOS FISCAIS					
811	8	13	0	Pessoal Fixo					
				Vencimentos do Advogado.....	.	.	.	.	.
811	8	13	4	Despesas Diversas					
				I — Percentagens.....	.	.	.	.	.
				II — Custas.....	.	.	.	.	.
820				OUTRAS AÇÕES JUDICIAIS					
821	8	09	4	Despesas Diversas					
				I — Honorários.....	.	.	.	.	.
				II — Custas.....	.	.	.	.	.
900				§ 9.º — DESPESAS DIVERSAS					
				INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES					
911	8	92	4	Despesas Diversas					
				I — Indenizações.....	.	.	.	.	.
				II — Restituições de impostos e taxas.....	.	.	.	.	.
				SEGUROS E ACIDENTES					
921	8	94	4	Despesas Diversas					
				I — Seguro contra acidentes de funcionários e operários.....	.	.	.	.	.
				II — Seguro contra fogo.....	.	.	.	.	.
				III — Indenizações por acidentes.....	.	.	.	.	.
930				EVENTUAIS					
931	8	99	4	Despesas Diversas					
				Despesas imprevistas.....	.	.	.	.	.
				TOTAL GERAL.....	.	.	.	.	.

.....de.....de.1948

Prefeito Municipal

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA PELA SUA INCIDÊNCIA

Anexo ao orçamento da Receita de 1949

ANEXO N.º 3

			INCIDÊNCIA								TOTAL	%	
NATU-REZA	ESPÉCIE	INCIDÊNCIA	DENOMINAÇÃO PADRONIZADA	0	1	2	3	4	5	6	7		
				Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	%
0	11	1	Imposto Territorial.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
0	12	1	Imposto Predial.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
0	17	3	Imposto sobre Indústrias e Profissões.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
0	18	3	Imposto de Licença.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
0	27	3	Imposto sobre Jogos e Diversões.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DE IMPOSTOS.....										%
1	11	2	Taxas Rodoviárias.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	16	4	Taxas para Fins Educativos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	17	4	Taxas e Emolumentos de Estabelecimentos de Ensino.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	21	4	Taxas de Expediente.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	23	4	Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	24	1	Taxas de Limpeza Pública.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1	25	1	Taxas de Viação.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DE TAXAS.....										%
2	01	0	Renda Imobiliária.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2	02	0	Renda de Capitais.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL.....										%
3	01	0	Transportes.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3	02	0	Comunicações.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3	03	0	Serviços Urbanos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
3	05	0	Estabelecimentos e Serviços Diversos.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL.....										%
4	11	0	Receita de Mercados, Feiras e Matadouros.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	12	0	Receita de Cemitérios.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	13	0	Receita de Combustíveis e Lubrificantes (artigo 15, n.º II e § 2.º — Constituição Federal).....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	14	0	Quota Prevista no artigo 15 § 4.º da Constituição Federal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	15	0	Quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4	16	0	Quota prevista no artigo 21 da Constituição Federal.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS.....										%
6	11	0	Alienação de Bens Patrimoniais.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	12	0	Cobrança da Dívida Ativa.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	13	0	Receita de Exercícios Anteriores.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	14	0	Indenizações e restituições.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	16	0	Quotas de Fiscalizações Diversas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	18	0	Contribuição do Estado.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	19	0	Contribuição do Município.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	20	0	Contribuições Diversas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	21	0	Multas.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6	23	0	Eventuais.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			TOTAL DA RECEITA EXTRAORDINÁRIA.....										%
			TOTAL GERAL.....										100 %
				%	%	%	%	%				100 %	100 %

O 4.º algarismo da Receita corresponde à Incidência dos Impostos e Taxas

Sem classificação..... 0	Resultante da Atividade do Estado..... 4
Propriedade..... 1	Rédito..... 5
Circulação da Riqueza..... 2	Indivíduo..... 6
Atividade de Contribuinte..... 3	Várias Incidências..... 7

CÓDIGO GERAL			SERVIÇOS	PESSOAL FIXO	PESSOAL VARIÁVEL	MATERIAL PERMA- NENTE	MATERIAL DE CONSUMO	DESPESAS DIVERSAS	TOTAL	%
				0	1	2	3	4		
SERVIÇOS INDUSTRIAIS				Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	%
8	63	0	Água e Esgotos (ou outros Serviços Industriais).....							
8	63	1	Água e Esgotos.....							
8	63	2	Água e Esgotos.....							
8	63	3	Água e Esgotos.....							
8	63	4	Água e Esgotos.....							%
DÍVIDA PÚBLICA										
8	73	4	Dívida Consolidada.....							
8	74	4	Dívida Consolidada.....							
8	75	4	Dívida Consolidada.....							
8	76	4	Dívida Flutuante.....							%
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA										
8	81	0	Logradouros Públicos (jardins, praças, ruas).....							
8	81	1	Logradouros Públicos (jardins, praças, ruas).....							
8	81	2	Logradouros Públicos (jardins, praças, ruas).....							
8	81	3	Logradouros Públicos (jardins, praças, ruas).....							%
8	81	4	Logradouros Públicos (jardins, praças, ruas).....					0		
8	82	0	Construção e Conservação de Rodovias.....							
8	82	1	Construção e Conservação de Rodovias.....							
8	82	2	Construção e Conservação de Rodovias.....							
8	82	3	Construção e Conservação de Rodovias.....							
8	82	4	Construção e Conservação de Rodovias.....							%
8	85	0	Limpeza Pública.....							
8	85	1	Limpeza Pública.....							
8	85	2	Limpeza Pública.....							
8	85	3	Limpeza Pública.....							
8	85	4	Limpeza Pública.....							%
8	87	2	Construção de Prédios Municipais.....							%
8	88	0	Iluminação Pública.....							
8	88	1	Iluminação Pública.....							
8	88	2	Iluminação Pública.....							
8	88	3	Iluminação Pública.....							
8	88	4	Iluminação Pública.....							%
8	89	0	Serviços Diversos — (Matadouro, Mercado, Cemitérios, Extinção de formigueiros, Reparações e Serv. Diversos).....							
8	89	1	Serviços Diversos.....							
8	89	2	Serviços Diversos.....							
8	89	3	Serviços Diversos.....							
8	89	4	Serviços Diversos.....							%
ENCARGOS DIVERSOS										
8	90	0	Pessoal Inativo.....							
8	91	4	Contribuição para Previdência.....							
8	92	4	Indenizações e Restituições.....							
8	93	4	Encargos Transitórios.....							
8	94	4	Prêmios de seguros e Indenizações.....							
8	98	4	Subvenções, Contribuições e Auxílios em Geral.....							
8	99	4	Eventuais.....							
TOTAL GERAL.....										%
				%	%	%	%	%	100 %	100 %

[illegible]

ANÁLISE DOS SERVIÇOS POR ELEMENTOS

ANEXO N.º 6

SERVIÇOS	PESSOAL	PESSOAL	MATERIAL	MATERIAL	DESPESAS	TOTAL	%
	FIXO	VARIÁVEL	PERMANENTE	DE CONSUMO	DIVERSAS		
	0	1	2	3	4		
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	%
Administração Municipal.....	,	,	,	,	,	,	%
Serviços Públicos Municipais.....	,	,	,	,	,	,	%
Obras e Melhoramentos Públicos.....	,	,	,	,	,	,	%
Serviços Públicos de interesse comum com o Estado.....	,	,	,	,	,	,	%
Dívidas.....	—	—	—	—	—	—	%
Auxílios e Subvenções.....	—	—	—	—	—	—	%
Aposentadorias.....	—	—	—	—	—	—	%
Despesas Judiciais.....	—	—	—	—	—	—	%
Despesas Diversas.....	—	—	—	—	—	—	%
TOTAL GERAL.....	,	,	,	,	,	,	100 %
	%	%	%	%	%	100 %	100 %

EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1949

ORÇAMENTO DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE.....

ANEXO N.º 7

TÍTULOS	ARRECADAÇÃO			MÉDIA	ORÇADA PARA 1919	DIFERENÇA A MAIS OU A MENOS	OBSERVAÇÕES
	1945	1946	1947				
	Cr\$	Cr\$	Cr\$		Cr\$	Cr\$	
§ 1.º — RECEITA ORDINÁRIA							
A — RECEITA TRIBUTÁRIA							
a) Impostos							
Imposto Territorial:							
Imposto Territorial Urbano.....	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
b) Taxas							
Taxas Rodoviárias:							
I — Taxa de Conservação de Estradas de Rodagem	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL DA REC. TRIBUTÁRIA.....	,	,	,	,	,	,	
B — RECEITA PATRIMONIAL							
Renda Imobiliária:							
I — Renda dos Próprios Municipais.....	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL DA REC. PATRIMONIAL.....	,	,	,	,	,	,	
C — RECEITA INDUSTRIAL							
Transportes:							
I — Taxa de Transportes.....	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL.....	,	,	,	,	,	,	
D — RECEITAS DIVERSAS							
Receita de mercados, feiras e matadouros:							
I — Receita de feiras e mercados.....	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
Quota prevista no artigo 15, no III e § 2.º da Constituição Federal.....							
Quota Prevista no artigo 15, § 4.º da Constituição Federal.....							
Quota prevista no artigo 20 da Constituição Federal..							
Quota prevista no artigo 21 da Constituição Federal..							
TOTAL DAS REC. DIVERSAS.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL DA REC. ORDINÁRIA.....	,	,	,	,	,	,	
§ 2.º — RECEITA EXTRAORDINÁRIA							
Alienação de Bens Patrimoniais.....	,	,	,	,	,	,	
Etc.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL DAS REC. EXTRAORDINÁRIAS.....	,	,	,	,	,	,	
TOTAL GERAL.....	,	,	,	,	,	,	

Contador

Prefeito

Município de.....

DIVIDA CONSOLIDADA

	Cr\$	
Valor da emissão do empréstimo.....	1.130.000,00	(1.130 títulos ao portador,
Amortização até esta data.....	461.000,00	no valor de Cr\$ 1.000,00 cada um)
Saldo a amortizar.....	669.000,00	
Data da emissão.....	30-12-1931	
Juros.....	7%	
Prazo.....	15 anos	

DEMONSTRAÇÃO DO SERVIÇO ATÉ FINAL LIQUIDAÇÃO

DATA		VALOR			OBSERVAÇÕES
DO SORTEIO	DO PAGAMENTO	JUROS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL	
		Cr\$	Cr\$	Cr\$	
20-2-48	20-3-48	23.415,00	38.000,00	61.415,00	Atrasada
20-8-48	20-9-48	22.085,00	39.000,00	61.085,00	Atrasada
20-3-49	20-3-49	20.720,00	41.000,00	61.720,00	
20-8-49	20-9-49	19.285,00	42.000,00	61.885,00	
20-2-50	20-3-50	17.815,00	44.000,00	61.815,00	
20-8-50	20-9-50	16.275,00	45.000,00	61.275,00	
etc.	etc.	etc.	etc.	etc.	
Total.....		187.950,00	669.000,00	856.950,00	

RESUMO

SERVIÇO ATRASADO:

Amortizações.....	77.000,00	
Juros.....	45.500,00	122.500,00

SERVIÇO DO EXERCÍCIO DE 1949

Amortizações.....	83.000,00	
Juros.....	40.005,00	123.005,00
		245.505,00

SERVIÇO FUTURO:

Amortizações.....	509.000,00	
Juros.....	102.445,00	611.445,00
		856.950,00

NOTA: — Não havendo dívida consolidada declarar a sua inexistência e só fazer menção da dívida atrasada se houver.

.....de.....de 1948

Contador

Prefeito Municipal

Municipio de

Nota: — Não havendo dívida flutuante declarar a sua inexistência:

.....
Contador

.....
 Prefeito Municipal

Município de.....

ANEXO N.º 10

CLASSIFICAÇÃO

E — Efetivo
C — Contratado
A — Aposentado
I — Interino
Co — Comissionado

NOTA: — Nesta relação só devem constar os funcionários que percebem seus vencimentos por verbas de Pessoal Fixo, cujos cargos foram criados por leis especiais.

A importância do Abono Provisório só deve ser incorporada aos vencimentos se aprovada a lei respectiva.

..... de de 1948

.....
Contador

Prefeito Municipal

Município de.....

RECEITA E DESPESA DOS DISTRITOS

Distrito de.....

ANEXO N.º 11

RECEITA	IMPORTÂNCIA	
	PARCIAL	TOTAL
RECEITA TRIBUTÁRIA	Cr\$	Cr\$
Imposto Territorial Urbano.....	.	.
Imposto Predial Urbano.....	.	.
Imposto de Indústrias e Profissões.....	.	.
Imposto de Licença.....	.	.
Imposto sobre Jogos e Diversões.....	.	.
TOTAL DOS IMPOSTOS.....		.
Taxas Rodoviárias.....	.	.
Taxa para Fins Educativos.....	.	.
Taxa de Emolumentos de Estabelecimentos de Ensino.....	.	.
Taxa de Expediente.....	.	.
Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos.....	.	.
Taxa de Limpeza Pública.....	.	.
Taxas de Viação.....	.	.
TOTAL DAS TAXAS.....	.	.
TOTAL DA RECEITA TRIBUTÁRIA.....		.
RECEITA PATRIMONIAL		.
Renda Imobiliária.....	.	.
Renda de Capitais.....	.	.
TOTAL DA RECEITA PATRIMONIAL.....		.
RECEITA INDUSTRIAL		.
Transportes.....	.	.
Comunicações.....	.	.
Serviços Urbanos.....	.	.
Estabelecimentos e Serviços Diversos.....	.	.
TOTAL DA RECEITA INDUSTRIAL.....		.
RECEITAS DIVERSAS	Cr\$	Cr\$
Receita de Mercados, Feiras e Matadouros.....	.	.
Receita de Cemitérios.....	.	.
TOTAL DAS RECEITAS DIVERSAS.....		.
TOTAL DA RECEITA ORDINÁRIA.....		.
RECEITA EXTRAORDINÁRIA		.
Multas.....	.	.
Eventuais.....	.	.
TOTAL DA RECEITA EXTRAORDINÁRIA.....		.
TOTAL GERAL.....		.
DESPESA	IMPORTÂNCIA	
	TOTAL	
Administração Municipal.....	Cr\$	
Serviços Públicos Municipais.....	.	
Obras e melhoramentos Públicos.....	.	
Serviços Públicos de Interesse Comum com o Estado.....	.	
Dívidas.....	.	
Auxílios e Subvenções.....	.	
Aposentadorias.....	.	
Despesas Judiciais.....	.	
Despesas Diversas.....	.	
TOTAL GERAL.....	.	

ADMINISTRAÇÃO INTERNACIONAL

Espécies Comestíveis Marítimas e de Água Doce

HAROLD BLEGVAD

(Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano)

O presente trabalho, da série "Problemas de Alimentação e População", da UNESCO, é da autoria do Dr. Harold Blegvad, eminente cientista dinamarquês, Diretor do Centro de Estudos Biológicos de seu país e Secretário-Geral do Conselho Internacional para a exploração dos mares. A pedido de vários governos, o Dr. Blegvad levou a efeito importantes estudos acêrca da pesca nas mais variadas regiões do mundo.

INTRODUÇÃO

EMBORA, em matéria de agricultura, se tenha compreendido há milhares de anos que os vegetais são a base de toda vida na superfície do globo, no tocante ao mar e à água doce somente há uns sessenta anos essa idéia chegou a prender a atenção dos cientistas. Entre as plantas marinhas, conheciam-se apenas as algas, ao longo dos litorais; no alto mar, não se distinguia qualquer espécie de vegetal.

Deve-se ao zoólogo dinamarquês, O. F. Miller, a descoberta, em 1777, da existência de inúmeros organismos unicelulares no oceano. Observou esse cientista formas microscópicas de vida vegetal nos mares e descreveu várias espécies das mesmas. Durante o século seguinte, em muitos países foram descobertas, nas águas doces e salgadas, inúmeras formas animais e vegetais microscópicas (plancto). Uma das grandes descobertas da expedição Challenger, foi a da presença desses microrganismos por toda parte e em todos os oceanos. Pouco a pouco, uma idéia se impôs — é que esses minúsculos vegetais, apesar de sua pequenez mas graças à sua extraordinária profusão, são a base de toda vida animal em pleno mar, da mesma forma que as grandes plantas são, em terra firme, a base de toda vida animal.

Considera-se atualmente fato indiscutível que as plantas microscópicas unicelulares (fito-

plancto), que se encontram por toda parte, tanto na água doce como na salgada, constituem o alimento básico de toda uma série de animais; esses organismos servem, entre outras coisas, para alimentar animais de dimensões não raro microscópicas, que constituem o plancto, cujas espécies superiores também se alimentam. Sábios alemães especialmente Hensen, Lehmann e Brandt estudaram as quantidades e o modo de produção de fitoplancto que se encontra no mar. Outros, como o norueguês Gran, estudaram a alimentação do mesmo. Ficou provado que os mares tropicais, de águas claras, são relativamente pobres em plancto, enquanto que as águas boreais e árticas são ricas em tal elemento. A teoria de Justus von Liebig aplica-se também ao caso: quando o teor da água, em sais nutritivos, principalmente em fosfatos e nitratos, cai abaixo de determinado mínimo, as plantas morrem. Essas substâncias provêm, em parte, dos cursos d'água e, em parte, das correntes ascendentes.

Outra condição bastante importante para o crescimento das plantas é a luz. Somente a luz solar permite às plantas transformar em substâncias orgânicas seus elementos inorgânicos. Na vastidão imensa dos oceanos, somente uma camada superficial, relativamente fina, é suficientemente iluminada para que o fitoplancto possa desenvolver-se. Calcula-se, de um modo geral, que as condições necessárias ao crescimento das algas não vão além de 300 metros de profundidade. Como a profundidade média dos oceanos é de cerca de 4.000 metros, quer isso dizer que essas imensas massas d'água, na sua maioria, não contêm a nutrição básica constituída pelas plantas. É fato conhecido, porém, que há vida animal nos oceanos até a profundidade de 7.000 metros; os animais inferiores das grandes profundidades têm, pois, que procurar seu alimento nas plantas provenientes das camadas superficiais, onde penetra a luz solar. É fácil compreender-se que a vida animal não seja abundante nas grandes profundidades. Os grandes oceanos podem ser considerados como desertos, sem recursos alimentares.

Nas águas doces, tal como nas salgadas, a limpidez da água determina a profundidade em que o fitoplâncton pode desenvolver-se. Contudo, mesmo a vegetação litorânea é limitada em profundidade pelas condições de iluminação. Nas águas dinamarquesas encontra-se vegetação geralmente até cerca de 10 metros de profundidade; é verdade que foram encontradas algas em profundidades de 30 ou 40 metros, mas estas são tão raras que nenhuma importância têm do ponto de vista ecológico. Nos lagos dinamarqueses, de águas límpidas, a vegetação se desenvolve até uma profundidade de seis a oito metros, mas não vai além de dois ou três metros, em água turva. A vegetação litorânea submarina apresenta, naturalmente, uma importância primordial para a alimentação básica dos animais que vivem nas águas do litoral. Muitos deles alimentam-se com os vegetais que encontram nas vizinhanças do litoral ou com os microrganismos que se fixam nesses vegetais. As plantas que morrem ou se desprendem, levadas pelo vento e pela correnteza para lugares mais profundos, se decompõem pouco a pouco e caem no fundo; no lodo das grandes profundidades encontram-se enormes quantidades de detritos vegetais provenientes das costas. Assim pulverizados, constituem eles o que se denomina *detritus*, elemento importante para a alimentação de grande número de animais do fundo (C.G. Joh. Petersen, 1918; H. Blegvad, 1914). Ao largo das costas menos protegidas, a correnteza e as ondas impedem geralmente os detritos de se acumularem, de modo que o fundo fica duro, constituído quase sempre de areia e cascalho. Somente mais longe, em maiores profundidades, a água é bastante tranqüila para que os detritos finíssimos fiquem depositados no fundo de lodo mole; é a região que Sir John Murray considera limitada pela "linha de lodo" e que julga a mais rica em alimento, em todo o fundo do mar. No caso das águas dinamarquesas, C. G. Joh. Petersen provou que os detritos vegetais têm, para a alimentação dos animais do fundo, importância muito maior do que o fitoplâncton das camadas superficiais.

I

ALIMENTOS TIRADOS DO MAR

1. O "metabolismo" no mar.

Antes de estudar a questão dos alimentos que o mar oferece ao homem, quero dizer algo sobre o "metabolismo" do mar, segundo a descrição feita por C. G. Joh. Petersen (1915), no tocante ao Kattegat (zona compreendida entre o Skager-Rack e o Báltico).

Calcula o Dr. Petersen que os vegetais e, de modo especial, a *zostera marina*, que cresce ao longo do litoral, fornecem aos animais daquela região uma quantidade de alimento que, somente

quanto à *zostera*, pode ser calculada em 24 milhões de toneladas por ano (1).

No escalão seguinte, vamos encontrar a fauna benthica, que se alimenta quase que exclusivamente de detritos e é, em outras palavras, herbívora. As pesquisas efetuadas permitiram calcular-se que a fauna benthica do Kattegat representa seis milhões de toneladas por ano, das quais apenas um milhão de animais "úteis", isto é, que servem para a alimentação dos peixes e de outros animais do fundo; são geralmente minúsculos bivalves, anelídeos e crustáceos. Os restantes cinco milhões de toneladas são constituídos por animais denominados "inúteis", isto é, animais que, segundo as pesquisas efetuadas, são praticamente destituídos de valor nutritivo para os outros animais do mar, como, por exemplo, os grandes bivalves de concha espessa, os ouriços, as actínias e outros animais semelhantes.

Esse milhão de toneladas de animalículos herbívoros deve alimentar não somente os peixes "úteis" do fundo, como também os caranguejos, os búzios vorazes, os peixes menores e as astérias. Como se calcula que nascem anualmente no Kattegat cerca de 50.000 toneladas de caranguejos e búzios vorazes, 10.000 toneladas de pequenos peixes e 25.000 toneladas de astérias, os quais, para viver, devem absorver anualmente dez vezes o próprio peso, deduz-se que esses animais consomem, em média, cerca de 850.000 toneladas, do milhão de toneladas de animalículos "úteis" existentes no fundo do mar.

A produção anual de solho, bacalhau e arenque, (as três espécies mais importantes do Kattegat) pode ser calculada em 5, 6 e 7 mil toneladas, respectivamente. O solho, que se alimenta de pequenos animais "úteis" do fundo, consome, para uma produção de 5.000 toneladas anuais, dez vezes o seu peso, ou seja, 50.000 toneladas. Por outro lado, o bacalhau alimenta-se em parte de crustáceos (especialmente de caranguejos) e de grandes búzios e, em parte, de pequenos peixes e de arenques. Enquanto os caranguejos e os búzios, como dissemos, fazem grandes retiradas na quantidade disponível de animais "úteis", o arenque não toca nesses animais, uma vez que é "planctívoro", isto é, alimenta-se do zooplâncton que se encontra misturado com o fitoplâncton, nas camadas d'água superiores.

O Dr. Petersen não calculou como essas 60.000 toneladas de alimentos, necessárias, no Kattegat, numa produção anual de 6.000 toneladas de bacalhau, se dividem entre caranguejos, búzios, pequenos peixes e arenques. Quis apenas mostrar que, segundo seus cálculos, o excedente disponível da fauna benthica "útil", é mínimo; efetivamente, de um milhão de toneladas produzidas no Kattegat, restam apenas 150.000 toneladas

(1) Desde 1933 a *zostera* desapareceu em grandes áreas, devido a uma doença, mas as algas litorâneas não foram atacadas, existindo ainda em espessas camadas subterrâneas, no solo submarino.

para a reprodução e a conservação das espécies. Pesquisas quantitativas mais recentes parecem confirmar essa teoria; nas águas dinamarquesas todos os recursos alimentares que os peixes encontram no fundo do mar parecem ser utilizados; em muitos lugares onde, por qualquer razão, os peixes *chatos* se assemelham em grande número, a fauna bêntica "útil" é pouco abundante. A quantidade de peixe que uma determinada água pode produzir é, pois, claramente limitada.

O Dr. Petersen acentuou também o fato de que, sob o ponto de vista econômico-social, é menos oneroso criar os peixes "úteis", como, por exemplo, a maioria dos peixes "chatos" que se alimentam diretamente dos animais "úteis" do fundo, do que peixes muito vorazes, como o bacalhau, que se alimenta de outros peixes ou de certos animais vorazes do fundo. Segundo o Dr. Petersen, para produzir-se um quilograma de solho, bastam 10 kg de fauna bêntica, ao passo que 1 kg de bacalhau custa cem quilogramas de fauna bêntica, uma vez que, para produzir esse quilograma, são necessários 10 kg de outros animais, os quais, por sua vez, terão absorvido 100 kg de pequenos animais do fundo.

Assim, enquanto um peixe como o solho pode comparar-se a uma vaca que "rumina" plácida-mente no fundo do mar, os peixes piscívoros, como o bacalhau, podem ser comparados a leões ou tigres, cuja criação será fatalmente muito mais dispendiosa do que a das vacas.

Seria ainda mais racional utilizar, se possível, os primeiros elos da cadeia vegetoanimal, isto é, os próprios vegetais e os animais herbívoros. Essa solução não é possível em se tratando do mar, embora, em alguns países, como no Japão, certas espécies de algas sejam consumidas e mesmo cultivadas. Contudo, grande número de bivalves e búzios comestíveis poderiam certamente servir para a alimentação, muito mais do que servem atualmente. Em muitos países, tanto no hemisfério Norte como no hemisfério Sul, enormes quantidades de animais desse gênero permanecem absolutamente inaproveitados pelo homem.

2. Os peixes.

A) RESUMO HISTÓRICO

Dê todos os animais marinhos, os peixes são os que fornecem à humanidade maior quantidade de alimento. A pesca data da mais alta antiguidade. Em paredes e tetos das cavernas da era paleolítica foram encontradas espinhas de peixes e desenhos representando peixes. E' de supor-se que os instrumentos de pesca mais antigos fôssem harpões de ponta de madeira, osso ou pedra. Mas vários milhares de anos antes de nossa Era, já se conhecia o anzol, primeiramente de pedra ou osso, mais tarde de metal, mas de forma mais ou menos idêntica à usada em nossa época. As rêdes e as nassas parecem datar de época antiquíssima da história da Humanidade. Todos esses fatos

demonstram a importância extrema da pesca para os nossos antepassados.

Em época mais recente, a pesca no mar teve igualmente papel muito importante. Durante as guerras, tão freqüentes da Idade Média por exemplo, o arenque salgado era produto de primeira relevância para a alimentação dos exércitos e das cidades sitiadas. De fato, litígios acêrca da pesca do arenque no Mar do Norte chegaram a constituir causa imediata de conflitos entre a Holanda e a Inglaterra.

B) REGIÕES DE PESCA

A abundância de produtos de pesca será a mesma em todos os mares ou será que tais produtos se concentram em certas regiões determinadas? Já acentuamos que as condições necessárias à existência de uma fauna abundante só se encontram em águas relativamente pouco profundas. Por isso mesmo, a pesca limita-se também a essas regiões; de um modo geral, pode-se dizer que as regiões de pesca coincidem com o que se denomina planalto continental, isto é, o planalto submarinho que constitui o prolongamento natural do continente e termina geralmente por um declive abrupto para as regiões de grande profundidade — a planície pelágica. O planalto não chega geralmente a mais de 300 metros de profundidade. Essa região submarina, relativamente pouco profunda, ocupa cerca de 8,5% da área total dos oceanos. Está situada principalmente na parte setentrional dos oceanos Atlântico e Pacífico, que produzem atualmente 40 a 45% do pescado do mundo.

A única pesca que se pratica um pouco além do planalto continental é a de peixes como a cavala e o atum que encontram alimento em outros lugares além do fundo do mar. Outra diferença de ordem geográfica provém do fato de que, nos mares frios, as espécies são menos variadas, mas cada uma delas é mais numerosa do que nas regiões quentes. Nas regiões marinhas quentes, nada se encontra que se compare às grandes pescas de arenque e de bacalhau dos mares do Norte.

C) ENGENHOS DE PESCA

O mais rudimentar dos engenhos de pesca, o harpão ainda hoje é empregado por numerosas tribos primitivas e, embora a forma dos anzóis, das rêdes e das nassas tenha, naturalmente, evoluído muito com o tempo, todos eles continuam em uso muito corrente, na época atual. Mas os engenhos de pesca que mais evoluíram foram os que se arrastam no fundo do mar. Quando se começou a utilizar a energia mecânica nas embarcações de pesca, o arrastão assumiu enorme importância. No começo, esses apetrechos serviam apenas para apanhar determinados peixes, mas, de alguns anos para cá, novas formas de rêdes de arrastão são empregadas, especialmente rêdes que permitem apanhar os peixes do alto mar que andam em cardumes, como os arenques, quando

no fundo do mar. Além disso, inventou-se recentemente na Dinamarca o que se chama "rede de flutuador" ou "rede atômica" a qual, arrastada por duas embarcações, permite pescar-se em qualquer profundidade, entre o fundo e a superfície. Esse apetrecho provou ser perfeitamente apropriado para a pesca dos cardumes cuja posição é determinada pelo som.

Em conjunto, esse sistema é de inestimável valor para a localização dos cardumes de certas espécies, como o arenque e o bacalhau. Sem dúvida alguma, inventos ainda mais modernos, tais como o "Asdic" poderão igualmente ser empregados nessa pesca, mas ainda não foram suficientemente ajustados para que se lhes possa dar grande importância atualmente.

Outro engenho que tem sido muito aperfeiçoado nestes últimos anos é a "seine" de bolso, grande rede formando paredes, com a qual se cerca o cardume e que se aperta em seguida pouco a pouco. Esse método convém de modo especial à pesca de clúpeos e escombros.

Como veremos adiante, os métodos modernos de pesca atingiram tal perfeição que em muitos lugares as reservas de peixes sofreram alarmante destruição e, como os engenhos e meios de localização dos cardumes cada vez mais se aperfeiçoam, em muitos países fez-se mister a elaboração de leis visando a proteção dos peixes contra pescas abusivas. O assunto será porém estudado em outro capítulo.

D) FLUTUAÇÕES DAS GRANDES PESCAS

Sabe-se, há muito tempo, que a pesca é sujeita a grandes variações quantitativas. "Há vários anos, nos Estados Unidos, ouviam-se queixas sobre o fraco rendimento da pesca da cavala e na França surgiu uma "crise de sardinha". Essa pesca, que produzia, em 1898, 50 milhões de quilogramas, em 1899 já não rendia senão trinta milhões de quilogramas e, em 1902, menos de 9 milhões. Os pescadores noruegueses, durante séculos, passaram por alternativas de fartura e escassez. Em geral essas variações são de longa duração. Vários anos de pesca muito frutífera, seguidos de vários anos de escassez. Em 1714 e 1715, o produto da pesca em Sondmore, distrito situado ao norte do promontório de Stat, na costa ocidental da Noruega, foi tão fraco que os pescadores se viam obrigados a vender os barcos. Em 1718, em compensação, o rendimento subiu de novo para o nível anterior, mantendo-se assim até 1733, ano assinalado por nova crise. Em 1736 e 1737, o rendimento aumentou novamente até 1740, quando todas as baías situadas ao longo do litoral estavam cheias de bacalhau que subiam todos para o interior dos "fjords". Em 1760, esse rendimento já descera novamente a um nível baixíssimo" (Joh. Hjort, 1935).

Essas variações ainda se fazem sentir na grande pesca de bacalhau, ao largo do litoral norueguês. Se consultarmos as estatísticas relativas

a um longo período de tempo, como, por exemplo, as da pesca de bacalhau de 1885 a 1935 ao largo de Lofoten, que há séculos é o centro dessa pesca, veremos que durante esse tempo as flutuações foram muito grandes e não provinham da ação do homem e sim de causas naturais. Mais uma prova desse fato é que tais flutuações sempre existiram, mesmo quando a população de pescadores era muito mais numerosa do que hoje. E', por conseguinte, o número dos próprios peixes que sofre fortes variações.

Deve-se ao Professor Joh. Hjort, grande biólogo norueguês, especialista em pesca, recentemente falecido, a descoberta da causa dessas variações. Observou-se no começo do século, que se pode determinar a idade de certos peixes como o arenque e o bacalhau, pelo número de anéis que se formam anualmente nas escamas e nos otólitos. Tornou-se assim possível determinar a idade dos elementos que povoam um fundo de pesca. Hjort verificou, examinando certo número de espécimes de arenque de primavera provenientes de vários pontos situados ao largo do litoral da Noruega, a predominância de uma classe de idade (1904). Em 1910, essa classe era representada cerca de trinta vezes mais do que qualquer outra. Pesquisas ulteriores demonstraram a mesma, sendo extremamente abundante, dominara em todas as pescas norueguesas de arenques até 1919, época em que o arenque de 1904 havia atingido a idade de quinze anos. Viu-se, então, aparecer nova classe abundante, a de 1913 a qual, por sua vez, foi substituída pela de 1918 e assim sucessivamente (Hjort, 1914 e Lea, 1930).

Fato semelhante observou-se nas grandes pescarias norueguesas de bacalhau. Quando aparece uma classe particularmente numerosa, a pesca é abundante durante vários anos. Em compensação, uma série de gerações mais escassas baixa o rendimento durante os anos subseqüentes. (O. Sund, 1934). A mesma regra aplica-se a muitas outras espécies de peixes e, especialmente, ao solho. Enquanto uma espécie de peixe é pescada apenas em proporções relativamente fracas, as redes trazem grandes variedades de espécimes de diferentes idades mas logo que uma espécie passa a ser objeto de pesca intensa, só aparecem algumas classes relativamente novas e se o índice de reprodução se conserva baixo durante alguns anos, a situação torna-se rapidamente desastrosa.

Por outro lado, é possível atualmente, graças a pesquisas metódicas, prever com relativa segurança o que dará a pesca do bacalhau, do arenque e do solho; com efeito, pode-se reconhecer, logo no ano do seu aparecimento, a presença de uma classe abundante pelo número maior de peixes novos.

Qual será a razão dessas grandes variações na composição dos cardumes de pesca? Várias teorias têm sido sugeridas. Há, por exemplo, quem veja nesse fato uma influência das manchas solares ou das fases da lua, mas a opinião geral é de que exista realmente uma razão mais pre-

cisa. E' certo que essas flutuações se manifestam no seio de diferentes espécies de peixe mas uma classe numerosa não aparece simultaneamente em tôdas as espécies nem mesmo dentro de uma mesma espécie em lugares diferentes. Ficou demonstrado, por exemplo, que o bacalhau abunda ou escasseia na Groelândia e no litoral ocidental da Noruega, em épocas diferentes.

Além disso, verificou-se que a questão essencial não é a abundância e sim a sobrevivência da prole. Admitia-se também que a importância de uma geração é determinada principalmente no começo da vida do peixe, no momento em que o peixinho pelágico começa a procurar o alimento no mar. Sua sorte depende então da riqueza da água, naquele momento preciso, em certos organismos determinados, que constituem o alimento das larvas. Assim, os invernos particularmente frios e prolongados que atrasam o desenvolvimento do plancto provocam notável diminuição do número de solhos nas águas dinamarquesas durante os anos subsequentes. (A. C. Johansen, 1927). A ova do solho aparece, com efeito, entre fevereiro e abril, isto é, no fim do inverno. Por outro lado, pesquisas levadas a efeito nas águas dinamarquesas, relativamente a um período bastante prolongado, demonstraram que um inverno ameno, com grande produção de plancto no período da desova do solho resulta no aparecimento de uma geração numerosa, mesmo quando o número de reprodutores diminui sensivelmente em consequência de pescarias abusivas. Em compensação, a despeito da trégua que a última guerra mundial significou para os peixes do mar do Norte, não houve aumento sensível no volume de gerações após a guerra, embora o número de peixes reprodutores tenha sido naturalmente muito superior ao que era antes.

Contudo, é preciso lembrar aqui a influência de outros fatores além da quantidade de alimento que as larvas encontram no mar.

Assim, observou-se que a ova do bacalhau, que flutua livremente na superfície do mar, é muito sensível aos choques e abalos. Depois de um dia de mar forte, encontram-se no fundo do mar quantidades consideráveis de ovas mortas.

Nestas condições, é de se cogitar se as variações verificadas entre duas gerações diferentes têm por efeito uma redução do tamanho dos indivíduos das classes mais numerosas. Sabe-se, efetivamente, que o crescimento dos peixes pertencentes a espécies numerosas é prejudicado pela concorrência vital. Verifica-se, porém, pelos estudos realizados acerca do arenque norueguês, que esse efeito não pode ser demonstrado. Encontrou-se o mesmo tamanho médio nas várias gerações de arenques. No caso de outras espécies, do solho, por exemplo, foi possível observar-se certa diminuição de tamanho nos indivíduos pertencentes às gerações numerosas.

E' fato de há muito provado que no seio da mesma espécie o tamanho dos indivíduos varia em função do habitat. Isso se explica em grande

parte pela quantidade maior ou menor de alimento consumido, mas outros fatores também concorrem para isso, especialmente a temperatura e salinidade da água. E' assim que o arenque nunca atinge as mesmas proporções no Báltico e no Mar do Norte, e apresenta crescimento mais rápido no sul do que no norte da Noruega.

Além das variações verificadas de uma geração para outra, as flutuações podem ser provocadas pelas migrações do peixe. A presença e o aparecimento do peixe dependem, não raro, de causas hidrográficas. Certos peixes se dão melhor em determinada temperatura, por isso se mudam quando a água esfria ou esquentam, de modo que uma região dantes rica em peixes de determinada espécie pode ficar privada dos mesmos de um momento para outro. Os pescadores de Bornholm, no Báltico, verificaram que o arenque prefere a temperatura de 13° C. e atiram a rede nos pontos em que predomina tal temperatura.

Outras migrações horizontais verificam-se na época da reprodução. Assim, por exemplo, todos já ouviram falar na longa migração da enguia para o mar de Sargaço ao atingir a idade adulta. Outras migrações, estas porém verticais, correspondem a alternativa do dia e da noite. O arenque de inverno, ao largo da costa ocidental da Suécia, fica muito mais perto da superfície à noite do que durante o dia e já se observaram movimentos ascendentes e descendentes do mesmo gênero no caso do arenque da Islândia.

A cavala não fica o ano todo nas águas escandinavas. Dirige-se para aquela região em abril ou em maio, vindo das grandes profundidades do Mar do Norte onde inverte, tornando-se então objeto de pesca importante. Essa migração depende da força das correntes profundas que atravessam o Skager Rack em direção ao Kattegat. Quando, no começo do ano, ventos violentos e persistentes criam uma corrente superficial particularmente forte pelo Kattegat e pelo Skager Rack, forma-se em consequência uma forte corrente profunda, que leva com ela um número relativamente mais elevado de cavalas. E' possível, pois, examinando-se as condições meteorológicas, calcular as possibilidades e a renda eventual da pesca da cavala (A. C. Johansen, 1925 e A. J. C. Jensen, 1939).

Um problema especial que por muito tempo assumiu grande importância entre os pescadores do norte da Europa e prendeu a atenção de inúmeros cientistas foi o das migrações do arenque. Ao largo da costa ocidental da Suécia, em particular, a pesca do arenque sofreu grandes variações; períodos de abundância de trinta a sessenta anos, alternando com períodos de sessenta a oitenta anos, durante os quais o arenque não se aproximava da costa. Na Noruega também as migrações do arenque têm papel importante. De acordo com teorias recentes, parece existirem certas relações entre as grandes pescarias norueguesas e as pescarias suecas, de modo que, quando umas estão ricas as outras ficam pobres. Os biólogos noruegueses, especialistas em

pesca, parecem temer que a pesca norueguesa do arenque, muito abundante há vários anos, venha, dentro de pouco tempo a passar por uma crise, pois há sinais de melhoria nas pescarias suecas.

Infelizmente é muito difícil marcarem-se os arenques vivos devido à fraca resistência desse peixe. Seria este o meio mais simples de estudar as suas migrações como se faz, por exemplo, com os peixes do tipo do linguado e o bacalhau. O método americano, que consiste em inserir um pedaço de metal na cavidade abdominal do arenque não pode ser empregado nas águas da Europa setentrional onde o arenque é geralmente salgado, acondicionado em barricas e exportado. Mas o problema continua em estudo na Noruega e já foram fabricadas marcas que, segundo consta, dão bons resultados (Lea).

Como vimos, os peixes, o respectivo crescimento, seu número e suas migrações dependem em grande parte do meio. Ora, esse meio não somente varia no decurso de alguns anos, como também as condições físicas do mar sofrem uma transformação lenta, que exerce grande influência na distribuição dos peixes e, por conseguinte, na pesca.

Assim, por exemplo, as condições térmicas na parte mais setentrional do Oceano Atlântico sofreram variações (Verg. 1935; Ad. Jensen, 1939; Saennindsson, 1934; Sherhag, 1937) que provocaram certas modificações na distribuição dos peixes. Nas alturas da Groelândia, o bacalhau foi extremamente abundante em certos períodos e em outros desapareceu praticamente. Durante o século passado, houve três períodos de abundância durante os quais o bacalhau se concentrou em alguns raros pontos. O último período de abundância encerrou-se em 1850-51 e somente em 1920 começou novo período de abundância, que ainda perdura.

Está provado que essas flutuações provêm das variações da temperatura da água; durante este último período, a água do mar esquentou; essa elevação de 1 a 2° C é sensível mesmo na costa, sendo proveniente principalmente do recuo lento das geleiras. Enquanto o bacalhau se dirigia para o Norte, os animais árticos se retiravam ainda mais, na mesma direção.

Graças a experiências de marcação, foi possível demonstrar-se a existência de trocas importantes entre o bacalhau da Islândia e os da Groelândia. Por isso, supõe-se que é da Islândia que o bacalhau se espalha pelas águas groelandesas durante os períodos de abundância.

A presença do bacalhau perto de Jan Mayeh, de Spitzberg, no mar de Barentz e no mar de Kara, sofre flutuações análogas.

E) PESCAS ABUSIVAS

A rarefação do peixe em consequência de pescas abusivas suscita um problema de extrema gravidade. Por "pesca abusiva", entende-se a pesca praticada de modo tão intensivo que a diminuição das reservas impede de modo definitivo qualquer melhoria posterior do rendimento.

Eis o que se passa, em geral: durante os primeiros anos, o rendimento aumenta gradativamente por isso que os pescadores, em número cada vez maior, atraídos pelos bons resultados obtidos, a princípio, em determinado ponto, vêm lançar suas rédes e, ainda, porque a zona de pesca se estende de modo contínuo. Ao mesmo tempo, geralmente vão se aperfeiçoando os engenhos de pesca; todos esses fatores acarretam um aumento do rendimento por embarcação (ou unidade de pesca). Mas depois de um período de tempo mais ou menos prolongado, chega-se à fase em que todos os peixes de valor comercial já foram pescados. O rendimento por embarcação (ou unidade de pesca) começa então a decrescer. Apesar dos esforços cada vez mais intensos por parte dos pescadores e a despeito do aperfeiçoamento dos engenhos, o rendimento total diminui, lentamente mas de modo seguro, até chegar ao ponto em que não dá mais lucro. O fundo foi explorado abusivamente, muitas embarcações vão para outros pontos; as que ficam, conseguem manter o rendimento a um nível bastante constante mas relativamente baixo. Verifica-se primeiramente uma baixa no número de peixes apanhados por embarcação, depois uma baixa no número total de pescados.

A questão das pescas abusivas é muito antiga. Já em meados do século passado discutia-se na Inglaterra se seria preciso limitar a pesca no Mar do Norte ou se os recursos do mar seriam inesgotáveis. A primeira "Comissão Real" criada na Inglaterra, em 1866, tendeu de início para esta última hipótese e recomendou por isso a inteira liberdade da pesca. Vinte anos mais tarde, porém, outro "comité" foi constituído e este verificou sintomas evidentes de diminuição das reservas de pesca. Em 1893, uma Comissão restrita da Câmara dos Comuns chegou à conclusão de que as operações de pesca haviam provocado uma rarefação evidente dos peixes do tipo do linguado.

Embora a indústria da pesca inglesa se tivesse imediatamente interessado pela questão, essa verificação só muito mais tarde provocou medidas práticas. As recomendações das várias comissões tiveram porém o resultado importante: a pesca marítima passou a ser objeto de estudos científicos.

Esses estudos permitiram compreender-se a imensa importância do problema das pescas abusivas, por isso que os modernos métodos de pesca se aperfeiçoam rapidamente e constituem ameaça para as reservas piscícolas do mundo inteiro.

Podemos citar, como exemplo característico de pesca abusiva, os números seguintes (E. S. Russel):

Pescarias registradas de peixes do fundo, por dia de ausência dos pesqueiros ingleses, de 1906 a 1937.

Anos	Quintais
1906	17,6
1907	17,2
1908	16,7

1909	17,1
1910	16,4
1911	16,4
1912	15,9
1913	14,3
1914	16,0
1919	30,6
1920	25,0
1921	22,5
1922	19,3
1923	14,0
1924	14,3
1925	18,4
1926	19,3
1927	17,2
1928	16,3
1929	16,7
1930	17,7
1931	15,5
1932	16,1
1933	16,8
1934	13,9
1935	12,0
1936	12,1
1937	13,3

Vê-se que os números correspondentes ao período que precedeu a primeira guerra mundial variam com bastante regularidade em torno de 16,4 quintais. Não dispomos de dados seguros quanto aos anos de guerra (1915-1918). Em 1919, graças à trégua proporcionada aos peixes devido a guerra, houve um forte aumento (números superiores a 30 quintais), seguido, porém, de brusca diminuição (menos de 20 quintais em 1922). Em seguida, os números voltam a ser os mesmos que antes da guerra. Mas em 1934 e nos anos seguintes, o rendimento médio desceu até 12,8 quintais por dia de ausência.

Vejamos outro exemplo, êste de uma região pouco explorada anteriormente: o rendimento da pesca do solho, pelos ingleses no mar de Barentz (Russell).

Essa pesca ampliou-se rapidamente durante os anos que precederam a primeira guerra mundial e o rendimento se elevou de cerca de 39.000 quintais em 1906, para um máximo de 289.000 quintais em 1909. Diminuiu ligeiramente em 1910 e 1911 mas em seguida caiu rapidamente a 110.000 quintais em 1912 e 27.000 quintais em 1913. As pescarias médias por dia de ausência aumentaram entre 1906 e 1909, passando de 34,7 para 50,4 quintais. Em seguida, começaram a diminuir: 46,3 quintais em 1910 e 33,7 quintais em 1911. Em 1912, orçavam por volta de 20 a 21 quintais. Esses números ilustram claramente a evolução descrita acima da pesca praticada num fundo ainda não explorado.

Convém acentuar que os exemplos acima se aplicam exclusivamente ao peixe de fundo, isto é, principalmente aos peixes do tipo do linguado e ao bacalhau. As espécies relativamente sedentárias, como o solho, correm ainda mais perigo com

as pescas abusivas. Não foi possível até hoje determinar-se que haja pesca abusiva no caso do bacalhau, peixe que empreende longas migrações nas águas mais setentrionais, como, por exemplo, na altura da Groelândia. O mesmo se pode dizer dos arenques e de outras espécies de peixes pelágicos como a cavala e o peixe agulha.

Para definir em poucas palavras as zonas de exploração abusiva, pode-se dizer que, com exceção do bacalhau nas águas setentrionais (e talvez também pelas alturas da Islândia) todos os peixes apanhados em rédes de arrastão mais importantes da Europa setentrional são atualmente objeto de pescas abusivas.

E' evidente que tal intensidade de exploração é pouco econômica. O mesmo rendimento poderia ser conseguido com menores esforços e menos despesa. Para todo peixe deve haver um índice ótimo de pesca. Essa questão será examinada a seguir.

F) PESCA ÓTIMA

O conhecido biólogo dinamarquês, especialista em pesca, C. G. Joh. Petersen, que durante muitos anos dirigiu a Estação dinamarquesa de Biologia, dedicou-se ao estudo da influência da pesca sobre os recursos piscícolas e ao estudo da alimentação do peixe em função da respectiva rapidez de crescimento. Foi êsse cientista que inventou a marcação do peixe para determinar a intensidade da pesca e, tendo observado que, em diferentes ocasiões durante um mesmo ano, encontravam-se mais de 50% dos solhos marcados, observou que o fundo não podia resistir a tão intensa exploração sem ficar despovoado. Foi êle o primeiro a aplicar métodos quantitativos para o estudo da fauna bêntica, estudando particularmente os animais que servem de alimento para os peixes.

Petersen observara com estranheza o crescimento do solho nas regiões superpovoadas e a rapidez desse crescimento em outras zonas das águas dinamarquesas, onde os peixes são menos numerosos e o alimento mais abundante. Baseou-se nessas observações para praticar com êxito a transplantação em grande escala (espécie de piscicultura) assunto a que nos referiremos adiante. Mas, acompanhando a pesca do solho nas águas dinamarquesas, observou fenômeno análogo. "A princípio, antes da ampliação da pesca, os solhos eram numerosos, o fundo superpovoado e o crescimento dos indivíduos bastante lento. À medida que se aperfeiçoavam os métodos e a pesca se tornava mais intensiva, mais ampla, o número de peixes velhos diminuía consideravelmente, ao passo que o ritmo de crescimento dos demais se acelerava de modo impressionante, tanto assim que em 1920 os solhos eram menos numerosos porém menores relativamente, e de crescimento mais rápido. O rendimento total mantinha-se em

nível satisfatório, a despeito da diminuição quantitativa” (cif. E. S. Russel, 1942).

Num artigo publicado em 1922, o Dr. Petersen afirmava que a ciência e os métodos da pesca devem ter por objetivo a criação de condições de utilização racional do alimento por parte do peixe, de modo que este produza anualmente o máximo de carne. Escreve ele: “a quantidade restrita de alimento que os solhos podem encontrar durante o ano todo fixa um limite a esses esforços. Solhos de fraco crescimento não darão o mesmo rendimento anual que os de crescimento rápido: uma população muito densa, dentro da qual os indivíduos crescem lentamente, só poderá dar rendimento fraquíssimo, pois quase todo o alimento será utilizado na manutenção da vida e nada restará para servir ao crescimento”.

Todavia o Dr. Petersen não considera necessário dizimar indiscriminadamente os peixes novos no intuito de acelerar o ritmo de crescimento. Acentuou, porém, que em geral há vantagem em reduzir-se uma população demasiado densa, opinião hoje aceita por todos os especialistas em assunto de pesca.

Vimos, portanto, que a pesca muito intensa é prejudicial e que, por outro lado, é preciso explorar os fundos onde pululam os peixes velhos, de crescimento lento. Convém escolher um meio termo entre esses dois extremos e é o que propõe a teoria moderna da “pesca ótima”. Sábios como Barancy (1916), E. S. Russel (1931), Johan Jnort (1933) W. F. Thompson (1937) Graham (1935), Bell (1934) e Ricker (1948) estudaram o problema. Citamos a seguir um trecho do excelente trabalho de E. S. Russel — “O problema das pescas abusivas”.

“Imaginemos um fundo de pesca onde o peso total dos peixes de tamanho negociável seja de W.1 toneladas e examinemos o que acontecerá no decurso de um ano: três possibilidades devem ser consideradas: 1.º alguns indivíduos viverão até o fim do ano e engordarão; 2.º outros que serão apanhados teriam engordado em proporção do tempo decorrido desde a pesca; finalmente, 3.º outros morrerão em consequência de causas naturais. Mas, além disso, essa população aumentará com um certo número de peixes que, no decurso do ano, chegarão ao tamanho negociável e que, naturalmente, serão submetidos às mesmas três possibilidades.

Para avaliar-se a importância do fundo próprio à pesca no fim do ano, é necessário acrescentar a W.1 o peso total do novo contingente de peixes (A) ao qual é preciso acrescentar o total dos aumentos de peso de todos os indivíduos ainda vivos no fim do ano (G). Dessa soma será preciso deduzir o peso total de todos os peixes pescados durante o ano, ou a pesca total (C) e o peso total de todos os peixes mortos naturalmente durante o ano (M).

O peso dos peixes próprios para a pesca no fim do ano, representado por W.2 será encontrado através da seguinte fórmula, bastante simples:

$$W.2 = Q.1 + (A + G) ./ (C + M).$$

Se, no decurso do ano, o número de pescados mais o número da mortalidade natural, for superior ao número do contingente novo ou “recrutado”, o peso total diminuirá. No fim do ano não terá sido modificado, se $A + G = C + M$. Temos então uma população estabilizada, mas essa estabilização pode efetuar-se em vários graus de densidade, dependendo principalmente do índice da pesca, uma vez que esse índice determina principalmente a distribuição das classes de idade em função da mortalidade do peixe. Se o índice de pesca for pouco elevado, obteremos talvez uma população demasiado densa, apresentando um ritmo de crescimento lento e provavelmente um índice de recrutamento fraco por isso que não haverá muito lugar para uma nova geração. Se o índice de pesca aumenta, dando ao conjunto o espaço necessário para crescimento e reprodução, pode-se prever uma aceleração no ritmo do crescimento e um aumento na taxa da reprodução. Partimos naturalmente da hipótese geral de que as condições de meio permanecerão constantes e que, por exemplo, a quantidade média de alimento será a mesma todos os anos.

A questão torna-se, pois, a seguinte: em que nível de estabilização conseguiremos apanhar peixes de peso máximo? Graças à fórmula citada, podemos chegar a uma resposta aproximativa. Se M não for muito grande em relação a C, obteremos para C um valor máximo quando $A + C$ (que é igual a $C + M$) atingir seu máximo. Supondo que o valor médio de A não seja sensivelmente afetado por variações moderadas de intensidade de pesca e que se trate de um fundo intensamente explorado, o valor de $A + G$ seguirá mais ou menos as mesmas variações que o de G. Ora, G representa o crescimento anual do efetivo, depois de deduzidos os indivíduos capturados ou eliminados de qualquer modo. E' quando esse crescimento atinge o máximo que obtemos o máximo de rendimento constante.

Imaginemos uma pescaria estabilizada, na qual 30% dos peixes de tamanho comerciável são pescados anualmente; a idade e o peso médios dos peixes serão maiores do que seriam se a pesca fosse mais intensa, como, por exemplo, se a taxa de redução anual fosse de 60%. Haveria num fundo explorado menos intensamente, uma proporção maior de peixes mais velhos e maiores, ao passo que, se o fundo fosse objeto de uma redução anual de 60%, as presas consistiriam principalmente de peixes menores e de peso inferior.

Suponhamos um crescimento contínuo da intensidade da pesca. Haverá um momento em que esse crescimento acarretará uma diminuição do peso total das presas. Por outro lado, se a pesca não for suficientemente intensa, o número de peixes apanhados não será suficiente para dar

o rendimento máximo em pêso. A pesca ótima será uma pesca nem demasiado intensa, nem demasiado fraca, porém mantida num nível intermediário, de modo que, pelo produto do pêso médio dos peixes, o número de peixes capturados dê um número máximo”.

As hipóteses que damos a seguir foram adotadas por W. F. Thompson (1937) e mostram o efeito que podem ter, num grupo inicial de mil peixes, reduções quantitativas anuais de 50 e 80% respectivamente.

Idade	I	II
	Número de peixes	Retirada anual de 80%
I	1.000	—
II	200	800
III	40	160
IV	8	32
V	2	6
VI	—	2
VII	—	—
VIII	—	—
IX	—	—
X	—	—
XI	—	—
Totais	1.250	1.000

Idade	III	IV
	Número de peixes	Retirada anual de 50%
I	1.000	—
II	500	500
III	250	250
IV	125	125
V	62	62
VI	31	31
VII	16	16
VIII	8	8
IX	4	4
X	2	2
XI	1	1
Totais	2.000	1.000

Examinamos aqui apenas uma classe de idade. Consideramos os peixes da classe I, no momento em que ainda não haviam sido atingidos pela pesca e estavam quase em tempo de ir aumentar as fileiras dos peixes próprios à pesca (peixes de dimensões comerciais). Se o número desses peixes se reduzir em 80% por ano, devido à pesca e à mortalidade natural, esse número (vide a primeira coluna) será de 200 peixes ao cabo de um ano, 40 ao cabo do ano seguinte e assim sucessivamente. Se a redução anual for de 50%, o número de sobreviventes no fim desses mesmos anos será de 500, 250 e assim sucessivamente.

Se essa evolução prosseguir até que os 1.000 peixes tenham sido eliminados (por pesca ou por causas naturais) o número e a distribuição por classes de idade dos peixes assim reduzidos cada ano serão os indicados nas colunas II ou IV segundo a taxa de redução aplicada.

Sem conhecer o índice de mortalidade natural entre os peixes próprios para a pesca, sabemos pelo menos que, nas modernas condições de pesca,

esse número deve ser bem inferior à taxa da mortalidade por captura. Com a tabela de Thompson, E. S. Russel (1942) determina para cada ano o pêso dos peixes por classe de idade, na hipótese de que a maioria dos peixes seja pescada. Para isso Russel se serve, para determinar a relação entre o pêso e a idade, das experiências levadas a efeito por um grupo de pesquisadores escoceses num cardume no Mar do Norte. Obtém assim os números seguinte:

Para uma taxa de redução de 80%, o pêso total dos peixes pescados eleva-se a 106.102 gramas, assim distribuídas: 65.600 gramas de peixes pertencentes à primeira classe de idade (próprios para a pesca), 28.000 gramas da segunda classe, 9.056 gramas da terceira, 2.400 gramas da quarta e 1.046 gramas da quinta, da qual não restarão então, teoricamente, senão dois peixes.

Para uma redução de 50%, o mesmo cálculo dá um pêso total de 161.263 gramas, ou seja, muito mais. Além disso, somente para as três primeiras classes de idade esse pêso é de 120.250 gramas, superior, portanto, ao pêso total da pesca no caso de uma redução de 80%.

Como se pode supor com relativa segurança que a mortalidade natural tem importância secundária em relação à pesca, vemos, consoante essas pesquisas que, com uma taxa de redução anual de 50% obtemos um rendimento superior ao que teríamos para uma taxa de 80%. Cálculo análogo dá um pêso total de 177.000 gramas para uma taxa de redução de 40% e de 128.000 gramas para uma taxa de 66 2/3%.

Seria fácil, prosseguindo nesses cálculos, determinar em que taxa a pesca atinge um pêso total máximo, mas é preciso não esquecer que se trata de um caso teórico, artificialmente simplificado. Essas conclusões não seriam diretamente aplicáveis ao conjunto dos peixes da espécie estudada do Mar do Norte em geral. Além disso, é impossível calcular-se o rendimento das capturas sem se conhecer exatamente o índice de mortalidade natural entre esses peixes. Tudo quanto podemos calcular é $C + M$ (capturas + mortalidade natural).

Como já dissemos, as experiências de marcação, praticadas na Dinamarca, provaram que, em diversos lugares nas águas interiores, os solhos foram submetidos a retiradas que iam a cerca de 80% do número total de peixes de tamanho comercial. Pesquisas levadas a efeito por escoceses revelaram uma redução anual de 60 a 70% sobre o número de outros peixes, no Mar do Norte. As observações teóricas acima expostas não deixam qualquer dúvida sobre o fato de serem tais retiradas demasiado elevadas para dar uma “pesca ótima” e as estatísticas confirmam tais observações, mostrando que esses peixes são objeto de pescas abusivas.

E’ preciso não esquecer que nos exemplos teóricos acima referidos, não levamos em conta a probabilidade de ser o crescimento mais rápido

entre os peixes que fazem objeto de pesca intensa do que entre outros menos intensamente explorados. Todavia, essa verificação em nada modifica o alcance do que acima ficou dito: "Para toda espécie de peixe existe uma intensidade ótima de pesca, que dá o máximo de peso constante de captura, embora não se possa ainda calcular exatamente essa intensidade ótima. Se a pesca ultrapassar esse grau de intensidade, mesmo que os respectivos efeitos sejam contrabalançados por uma aceleração do ritmo de crescimento, haverá fatalmente diminuição no total das capturas e, por conseguinte, do rendimento" (E. S. Russel, 1942).

No tocante ao Mar do Norte, considera E. S. Russel que o rendimento total dessas águas, no período 1906-1914, que é em média 400.000 toneladas por ano e gira sempre em torno desse número, representa provavelmente o rendimento constante máximo. Esse total elevou-se temporariamente durante os quatro anos logo após a guerra, mas em seguida, entre 1923 e 1935, estabilizou-se mais ou menos, num nível ligeiramente inferior ao de antes da guerra, provavelmente em consequência da maior intensidade da pesca. Embora não se possa ainda, com os conhecimentos de que se dispõe, calcular exatamente a intensidade ótima de pesca em cada caso particular, já se pode, pelo exame de um fundo de pesca, determinar se há pesca abusiva. Examinaremos, no capítulo seguinte, as medidas adotadas para remediar essas pescas abusivas; é bom lembrar que estamos tratando aqui apenas dos peixes de fundo. Por enquanto, pelo menos, não há razão para supor-se que os peixes pelágicos, como o arenque, sejam objeto de pesca abusiva.

G) CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

Já nos referimos às controvérsias provocadas pelas pescas abusivas de arrastão, que levaram os países da Europa Setentrional a prosseguir ativamente nas pesquisas biológicas relativas às pescarias. Em 1902, foi criado o Conselho internacional para a Exploração do Mar, com o apoio de todos os países europeus do lado do Mar do Norte e do Oceano Atlântico, da Escandinávia e da Espanha. Esse Conselho composto de especialistas, que sobreviveu a duas guerras mundiais e cuja sede é em Copenhague, contribuiu enormemente para nossos conhecimentos acerca do mar e das questões de pesca. Desejaria citar a seguir alguns dos resultados obtidos graças a essa cooperação.

De início, pensava-se ser "necessário deixar que o peixe reproduzisse antes de ser sacrificado" (Hult, 1893-1895). No caso dos solhos do Mar do Norte, por exemplo, era preciso proibir a pesca dos peixes de tamanho inferior a 33cm "tamanho biológico limite" regra inaplicável na prática. Contra essa teoria da "propagação", sábios como C. G. Jh. Petersen (1900-1903) e Garstang (1905) sustentaram que o essencial era permitir-se aos peixes atingirem dimensões comerciais.

Essa teoria do crescimento, apoiada no fato já referido de que haveria sempre novos peixes desde que as condições naturais fôssem favoráveis ao seu desenvolvimento inicial, conquistou progressivamente a aprovação universal.

Naturalmente, o Conselho Internacional dedicou atenção toda particular ao problema das pescas abusivas, chegando à conclusão de que é possível remediar os efeitos das pescas abusivas através das seguintes medidas: 1.º — determinação legislativa das dimensões comerciais, isto é, proibição de desembarcar e vender peixes de tamanho inferior a um mínimo estabelecido; 2.º — regulamentação das dimensões das malhas das redes arrastadas no fundo; 3.º encerramento da pesca em certas estações do ano, especialmente no período da desova, quando as fêmeas constituem artigo de pouco valor comercial; 4.º redução da intensidade da pesca; 5.º transplantações de peixes provenientes de populações densas, de crescimento lento, para regiões intensamente exploradas e ricas em recursos alimentares.

Em 1929, o Conselho Internacional havia conseguido firmar entre a Dinamarca, a Polônia, a Suíça e a Alemanha, um convênio internacional, fixando os tamanhos mínimos e instituindo épocas de encerramento da pesca no tocante aos peixes do tipo do linguado, no Báltico. Mas, embora se tenha logo verificado que o Mar do Norte também era abusivamente explorado, foram precisos ainda vários anos para que se conseguisse um acordo sobre as providências a serem tomadas no caso.

Depois que muitos países, entre os quais os países escandinavos, fixaram para o comércio o tamanho mínimo de uma série de espécies e que a Inglaterra adotou, em 1933, uma lei regulamentando as dimensões comerciais de várias espécies e a dimensão mínima das malhas da rede (fixada em 76 mm) ficou resolvido, durante a reunião do Conselho internacional em 1934, recomendar-se aos governos interessados uma regulamentação fixando a dimensão das malhas das redes e o tamanho mínimo dos peixes próprios para pesca no Mar do Norte. Em março de 1937, um Convênio internacional foi assinado, de acordo com essa recomendação, entre os seguintes países: Dinamarca, Alemanha, Grã-Bretanha, Islândia, Irlanda, Holanda, Noruega, Polônia e Suécia. Ficou resolvido proibir-se o desembarque e venda de certos peixes de tamanho inferior a determinado mínimo e regulamentar-se a dimensão das malhas das redes, dividindo-se, para isso, o Mar do Norte em duas zonas e variando as referidas dimensões segundo a zona.

Devido à declaração de guerra, esse convênio, ratificado por vários dos países signatários, nunca chegou a entrar em vigor, mas logo após a guerra, em 1946, outra Conferência sobre as pescas abusivas reuniu-se em Londres e adotou uma regulamentação ainda mais rigorosa, fixando o tamanho mínimo dos peixes próprios para pesca e as dimensões mínimas das malhas das redes. Na



mesma época, a pesca no Mar do Norte perdia de intensidade devido, em parte, à admissão dos grandes barcos pesqueiros nessas águas e, em parte, ao crescimento das flotilhas de pesca.

O Convênio de 1946 está hoje ratificado pela maioria dos países signatários e não tardará a entrar em vigor.

Na América, pesquisas análogas foram levadas a efeito por W. C. Herrington acêrca da pesca abusiva nas alturas da Nova Inglaterra. Recomendou aquêle cientista a adoção de malhas de 120 mm para a pesca do bacalhau. Consta que uma rêde dêsse modelo foi adotada espontaneamente pela maioria dos pescadores da Nova Inglaterra.

Em 1935, o Conselho Internacional da Pesca do Mar do Norte recomendou que os Estados Unidos e o Canadá se comprometessem por convênio a fixar em 120 mm as dimensões mínimas das malhas para as demais rêdes empregadas na pesca de certos peixes. Parece que a questão está sendo estudada pelas duas administrações, mas nenhuma decisão foi ainda adotada (segundo E. S. Russel, 1942).

Um dos exemplos mais conhecidos e mais felizes do emprêgo dos modernos processos de pesca é o da pesca do linguado no Sul do Pacífico. Essa pesca que se faz por meio de linhas de fundo, sofria grave crise e a introdução de uma época de suspensão de pesca durante três meses nenhum resultado produziu. Em 1932, uma Comissão Internacional, sob a direção do Dr. W. F. Thompson provocou a conclusão, entre os Estados Unidos e o Canadá, de um tratado sôbre a limitação dos desembarques. Os efeitos foram surpreendentes. Os pescadores apanham hoje, em cinco meses, o contingente permitido, ao passo que antes disso precisavam de nove meses. E. S. Russel declara com razão: "são resultados notáveis, que dão uma prova impressionante, senão irrefutável, da faculdade de regeneração de uma espécie que deixa de ser objeto de pesca intensa. Todos os que se interessam pela pesca agradecem à Comissão e ao respectivo pessoal, dirigido pelo Dr. E. F. Thompson a eloquente lição que lhes foi dada em matéria de regulamentação da pesca".

O último remédio para as pescas abusivas, isto é, a transplantação, foi aplicado com êxito na Dinamarca, onde cêrca de dois milhões de solhos vivos, de 18 a 24 cm, são anualmente transplantados das regiões superpovoadas para o largo da costa ocidental da Jutlândia, nas partes internas do Limfjord e nos Belts. No decurso do verão, o solho cresce cêrca de 13 cm e atinge cinco vêzes o pêso inicial. Essas transplantações são feitas por conta do Estado e seu custo se eleva a 70.000 coroas, mas os pescadores obtêm assim uma renda anual de cêrca de 250.000 coroas (Blegvad, 1932 e 1934).

Transplantações análogas da costa ocidental da Jutlândia para o Dogger Bank foram propostas há muito tempo, especialmente pelo Conselho

Internacional, sendo possível que a Dinamarca aceite essa incumbência.

3. Outros animais marinhos.

Embora, de todos os animais marinhos sejam os peixes os que apresentam para o homem maior valor alimentício, outras espécies existem que também têm importância. Quero referir-me às baleias, aos crustáceos e aos bivalves.

As regiões de caça à baleia mais importantes são as das águas antárticas onde mais de 50.000 baleias são capturadas nos anos melhores, o que representa o rendimento de meio milhão de barris de óleo, mais ou menos. A caça à baleia é praticada também nas águas setentrionais ao passo que, nas águas tropicais, encontra-se uma única espécie de baleia, o cachalote.

Durante muitos anos as baleias foram vítimas de pesca abusiva, especialmente ao largo das costas da Espanha e de Portugal onde, segundo Hjort, o número de cetáceos capturados e o rendimento por baleeira demonstram o tipo característico de exploração exagerada. Certas providências foram adotadas recentemente, sob forma de Convênio internacional, visando a proteção da espécie. Essas resoluções estipulam, entre outras coisas, o número de baleias que cada país é autorizado a matar. A trégua forçada, devido à guerra mundial, não acarretou qualquer aumento sensível no número das baleias.

Entre os crustáceos, os camarões, os caranguejos, as lagostas apresentam grande interesse sob o ponto de vista da alimentação. Em muitos lugares, a intensidade da pesca deu lugar a uma exploração abusiva dêsses animais, de modo que foi preciso recorrer-se a diversas medidas e regulamentar especialmente o tamanho comercial e as dimensões das malhas da rêde.

Consumem-se várias espécies de bivalves, entre outras, várias espécies dos gêneros *Venus*, *Cardium*, *Mya* e *Mytilus*. Pescam-se igualmente diversas variedades de ostras mas, quantitativamente, estas são de importância secundária em relação aos animais acima referidos.

4. Produção alimentar mundial do mar.

Não existem estatísticas exatas do rendimento mundial da pesca. Em seu Anuário de estatística relativa às pescarias em 1947, a Organização de Alimentação e Agricultura das Nações Unidas publicou o número dos peixes, bivalves e crustáceos apanhados, relativamente a vinte e quatro países. Em 1946, o rendimento total foi calculado em 8,5 milhões de toneladas; quanto a 1947, os números relativos a vários países importantes ainda não são conhecidos. Essas estatísticas nos mostram que o Japão figura em primeiro lugar, com 2,5 milhões de toneladas em 1947; a seguir, vêm os Estados Unidos, com 2 milhões de toneladas em 1946, a Noruega com 1,2 milhões de toneladas (1947) e o Reino Unido, com um milhão de toneladas (1946).

Uma avaliação da produção mundial total de peixes, moluscos e crustáceos foi levada a efeito por L. Rosen (1948), Presidente do Comité de Estatística do Conselho Internacional para a Exploração do Mar. E' evidente que muitos desses números são aproximativos e, em geral, pode-se calcular que as cifras reais sejam, na sua maioria, sensivelmente mais elevadas do que as citadas. Rosen avalia a produção mundial em 16 milhões de toneladas, no mínimo.

De um modo geral, as diferentes espécies de clúpeos (arenque, sardinha, etc.) são os peixes comestíveis mais importantes do mundo. Vêm a seguir, nas águas setentrionais, os gadídeos (bacalhau, pescada, etc.) e, nas águas mais cálidas, as várias espécies de ciprinos (perca, pagel, etc.).

II

ÁGUAS DOCES

Pode-se dizer, de um modo geral, que a produção alimentar das águas doces é menos importante do que a do mar, primeiramente porque a extensão total das águas doces é muito inferior à dos oceanos. Certas águas doces podem, por meio de adaptação racional, ser levadas a produzir uma quantidade de alimento igual à produzida pelos mares.

Fazemos, geralmente, uma distinção entre as águas estagnadas (lagos) e as águas correntes (rios e regatos), que serão estudadas em capítulos separados.

1. Os lagos.

Tal como no mar, encontramos nos lagos, ao longo das margens uma faixa de vegetação aquática que, nos lagos de águas límpidas, vai até 6 a 8 metros de profundidade. Abaixo dessa faixa, o fundo é geralmente constituído de lodo cinza ou preto, uniforme.

Também, tal como no mar, a alimentação básica é fornecida em parte pelo plancto proveniente da faixa vegetal e, em parte, pelo plancto que flutua na região pelágica. Do ponto de vista da produção alimentar os lagos podem ser divididos em três categorias: lagos eutróficos ou "gordos", onde predomina vegetação superior, fartamente representada, e onde o plancto é muito desenvolvido; lagos oligotróficos, ou "magros", onde a vegetação marginal é rara ou ausente e onde é insuficiente a produção do plancto; e lagos distróficos ou "lagos de águas escuras", que também não dispõem de vegetação marginal, mas se distinguem de modo especial por suas águas acetosas. A produção é máxima no lago eutrófico, menor no lago oligotrófico e mínima no lago distrófico, o que corresponde à proporção de sais minerais em solução na água. Geralmente são as terras vizinhas do lago (ou

melhor os respectivos recursos em adubos) que determinam a categoria do lago.

O processo do "metabolismo" nas águas doces ou salgadas pode ser estabelecido da seguinte maneira: os sais nutritivos, em solução na água, são assimilados pelas plantas da faixa marginal (plantas neríticas) e pelas do plancto (fitoplancto). Os animais neríticos (das margens), os animais do fundo e os do plancto (zooplancto) alimentam-se de plantas e detritos e são, por sua vez, absorvidos pelos peixes. Depois de mortos os peixes e os outros animais se decompõem sob a ação das bactérias e o ciclo recomeça.

2. Rios e regatos.

Os cursos d'água são provenientes das fontes, isto é, do afloramento de água subterrânea, ou do degelo das neves das montanhas. Neste último caso, seu volume sofre fortes variações. Somente os rios de águas abundantes fornecem terreno de pesca permanente. E' nêles que se encontram, por exemplo, as trutas. O regato recebe afluentes, alarga-se e transforma-se em ribeiro. Na Europa, na parte superior dos regatos, encontram-se trutas de mar, enguias e ciprinos, com exceção da carpa. O salmão também desova nesses regatos. No curso inferior, encontram-se salmonídeos, enguias e ciprinos.

Finalmente, o ribeiro transforma-se em rio, onde vamos encontrar, além dessas espécies de peixes, espécies de coregonos e esturjões. Nos rios, predominam condições particulares. O fluxo e refluxo fazem sentir sua influência no tronco extremo do curso d'água; o nível da água pode variar sensivelmente e, por vezes, o rio reflui para o interior, levando em seu leito água salobra ou salgada.

Os pequenos cursos d'água são geralmente contornados por uma faixa de vegetação aquática, correspondendo à faixa marginal dos lados, mas, nos rios, as plantas não podem crescer dentro da própria água, que contém plancto em suspensão. O processo do "metabolismo" é o mesmo que nos lagos.

3. Produção alimentar das águas doces.

Nas águas doces, são os peixes que apresentam maior valor alimentar para o ser humano. Entre os demais animais, somente certas espécies de crustáceos merecem ser citadas.

A pesca racional procurará favorecer o desenvolvimento das espécies de peixes de crescimento rápido e de boa carne e, por outro lado, sustar a propagação das espécies menos interessantes. No hemisfério Norte, os peixes comestíveis mais importantes são as várias espécies de salmonídeos, coregonos, grandes ciprinos e percídeos, bem como o esturjão e a enguia. A produção de determinada água depende, em primei-

ro lugar, evidentemente, da abundância dos elementos nutritivos na mesma contidos e da densidade de sua população piscícola. Nos lagos suecos, a produção pode ser calculada em 3 kg por hectare, em média, mas os melhores lagos produzem anualmente 15 a 30 kg por hectare. Ricker (1948) verificou que a produção máxima do lago Cultus (Colômbia britânica) pode chegar até 6,6 toneladas por hectare. Nos açudes de carpas, onde não se recorre à alimentação artificial nem à aplicação de adubos, distinguem-se geralmente cinco categorias, segundo a quantidade de carne de carpa produzida anualmente, por unidade de superfície.

Classe I — muito bom	200 — 400 kg	por hectare
Classe II — bom	100 — 200 kg	por hectare
Classe III — medíocre	50 — 100 kg	por hectare
Classe IV — pobre	25 — 50 kg	por hectare
Classe V — muito pobre	menos de 35 kg	por hectare.

Como aumentar a produção alimentar das águas doces e salgadas?

Já indicamos as medidas que se pode adotar para remediar os efeitos das pescas abusivas, regulamentando o tamanho dos peixes próprios para a pesca e as dimensões das malhas das redes, instituindo a suspensão periódica da pesca e praticando a transplantação. Desejaria citar aqui os principais meios empregados para aumentar a produção de espécies interessantes sob o ponto de vista econômico, nas águas doces e salgadas.

Muito cedo procurou-se transplantar espécies de peixes úteis para regiões onde antes as mesmas não existiam. Já na Idade Média, a carpa foi transplantada para o norte da Europa e, no século passado, a truta escura e o salmão foram introduzidos na Nova Zelândia. Em água salgada, uma das transplantações mais felizes foi a do saval, clupídeo do Oceano Atlântico, para o Oceano Pacífico. Quero recordar igualmente a transplantação de enguias novas para as águas doces cujos obstáculos naturais ou artificiais impedem o acesso desses peixes. O transplante dos solhos, praticado pelos dinamarqueses, foi estudado antes, neste trabalho.

A fecundação artificial e a incubação foram experimentadas em águas doces e salgadas e ainda hoje são praticadas com êxito nos viveiros; nos lagos e rios, onde a população de salmões, trutas e peixes brancos, por exemplo, está em franco desenvolvimento, adota-se comumente a transplantação. Em compensação, duvidamos que as numerosas experiências levadas a efeito na

Europa setentrional, visando o aumento da quantidade de peixes pela imersão de ovas de bacalhau e de peixes do tipo do linguado tenha dado qualquer resultado. É possível, porém, que os resultados obtidos recentemente por cientistas noruegueses (Rollefsen, 1938 a 1947) consistindo na criação de larvas até o estágio bêntico, graças a uma alimentação apropriada, apresentem alguma importância no futuro.

Há muitos anos, faz-se a criação e alimentação artificial de peixes de águas doces nos viveiros, tendo-se obtido assim grande rendimento por unidade de superfície. Na Europa setentrional, os reservatórios de trutas, onde são criadas trutas "arco-iris" importadas da América, produzem às vezes mais de um quilograma por metro quadrado, por ano. Da mesma forma, as carpas e certas outras espécies de peixes, assim como os camarões, vêm sendo criados há alguns anos sendo, certamente, possível a criação de outras espécies.

A aplicação de adubos das águas piscosas, para aumento da quantidade de elementos nutritivos é praticada com êxito nos viveiros e foi também tentada nos lençóis d'água naturais (Huntsman, 1948). Experiências de adubação da água salgada, praticadas nos pequenos *lochs* escoceses ainda não parecem ter dado resultados aplicáveis a regiões mais vastas (Gross, 1947).

Cabe-me lembrar, finalmente, que a destruição ou a pesca sistemática de espécies inimigas ou concorrentes do peixe, foi praticada com êxito nos bancos de ostras e nas águas doces. Foerster e Ricker (1941) calcularam que as despesas com a pesca dos inimigos do peixe são cobertas 9,5 vezes pelo aumento do rendimento da pesca do salmão. É este mais um campo de estudo para as pesquisas do futuro.

Como vemos, todos os meios apontados para favorecer a produção de alimentos próprios ao consumo humano nas águas doces e salgadas são, de um modo geral, análogos aos meios empregados em agricultura. A pesca moderna cada vez mais se transforma em "agricultura marítima". Imensas possibilidades permanecem porém inexploradas — numerosas regiões contendo enormes quantidades de peixes e outros animais marinhos, principalmente no hemisfério sul (a Antártica, ao largo da Patagônia) continuam quase virgens e outras regiões, onde a pesca tem sido até hoje praticada de modo primitivo, podem dar, graças à extensão e à racionalização da pesca, um rendimento bem superior ao seu rendimento atual (H. Blegvad).

RESUMO

Depois de estudar as condições da produção de elementos nutritivos nas águas doces e salgadas, a repartição dos alimentos básicos, estudamos o "metabolismo no mar".

Sendo o peixe o produto alimentício mais importante do mar, esclarecemos que a pesca, para ser praticada com êxito, tem que se restringir a uma região limitada que se reduz, praticamente, ao planalto continental. Descrevemos a seguir os engenhos de pesca modernos, apontamos as flutuações das grandes pescas e indicamos as respectivas causas, examinando pormenorizadamente os problemas das pescas abusivas e da pesca ótima, assuntos da máxima atualidade e, finalmente, descrevemos os meios de que se

lança mão para remediar os efeitos das pescas abusivas através de convênios internacionais.

Depois de nos referirmos sucintamente aos outros animais marinhos comestíveis, demos um apanhado das estimativas relativas à produção mundial de alimentos tirados do mar.

Fizemos em seguida uma descrição resumida das águas doces, lagos, e cursos d'água, acentuando principalmente as questões de metabolismo e da produção. Finalmente, examinamos as medidas próprias para aumentar a produção alimentar das águas doces e salgadas, acentuando de modo particular as grandes possibilidades nesse setor — possibilidade de exploração de novos e ricos terrenos de pesca, possibilidade de racionalizar e desenvolver a pesca nas regiões onde até hoje tem sido a mesma praticada por métodos primitivos.

O Secretariado das Nações Unidas

TRABALHO EDITADO POR CARNEGIE
ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL
PEACE

(Tradução de Espírito Santo Mesquita)

(Continuação)

IV — O SECRETÁRIO-GERAL COMO COORDENADOR :

AS NAÇÕES UNIDAS E OS ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS

ERA talvez inevitável a decisão de criar-se, além dos seis órgãos principais das Nações Unidas, um sistema descentralizado constituído por unidades autônomas que funcionassem sem ligações rígidas com a Assembléia-Geral. As barreiras levantadas contra uma integração completa foram consideradas, em tôdas as conferências preliminares, como intransponíveis. Elas ainda o são, de fato, muito embora os méritos de um plano mais centralizado sejam agora perfeitamente visíveis para todos os que andam às voltas com o problema da coordenação. A natureza inflexível das forças centrífugas representadas, no caso, pelos órgãos especializados, é dramaticamente identificada pela unânime indisposição que manifestam essas forças diante da proposta de estabelecerem suas sedes no local em que estão sediadas as Nações Unidas, isto é, em New York. Em vez disso, as divisões principais das N.U. estão dispersas pelo mundo atlântico: três em Genebra, duas outras em qualquer parte da Suíça, uma em Paris, uma em Roma, uma em Londres, uma em Montreal e duas em Washington. (1) A tarefa de coordenação, já por si enorme, acentua-se ainda mais com a descentralização geográfica.

Essa disposição complexa e descoordenada de forças e atividades internacionais é produto de muitos fatores poderosos: alguns dos órgãos já existiam antes de serem organizadas as Nações Unidas e, por isso, resistem à absorção ou integração. Há um generalizado anseio de evitar os riscos de colocar todos os ovos num mesmo cesto; há igualmente forte tendência no sentido de dar às novas funções econômicas e sociais existentes no sistema internacional uma oportunidade para que se desenvolvam, livres, neste caso, das questões controversas, violentas e potencialmente opressivas concernentes ao problema da segurança. Há, também, necessidade de promover certas acomodações porque nem todos os membros das Nações Unidas gostariam ou poderiam pagar suas contribuições em dinheiro, contribuições essas necessá-

rias ao custeio desses órgãos para que possam participar do desempenho de funções que abranjam todo o campo social e econômico.

A despeito do grande peso dessa argumentação contrária a um sistema unitário, os organizadores também se mostram interessados pelas dificuldades previstas de uma organização funcional não coordenada. Assim, determinou-se que os vários órgãos especializados "deverão ser subordinados às Nações Unidas", cabendo as responsabilidades por esta função à Assembléia-Geral e, por ordem sua, ao Conselho Econômico e Social (artigo 57). A Assembléia-Geral, dispõem ainda os estatutos, "examinará os orçamentos administrativos de tais unidades especializadas tendo em vista apresentar suas recomendações àqueles órgãos aos quais cabe apresentá-las (art. 17), "dar pareceres sobre a coordenação dos planos e atividades dos órgãos especializados" (artigo 58) e, "onde couber, entabular negociações entre Estados interessados relativos à criação de qualquer novo órgão especializado" (artigo 59). O Conselho Econômico e Social tem autoridade para "firmar acórdos com qualquer dos órgãos... definindo os termos em que a entidade interessada pode estabelecer relações com as Nações Unidas" a fim de "coordenar as atividades das agências especializadas por meio de consultas à Assembléia-Geral e aos Membros das Nações Unidas, ou, em virtude de recomendação feita por estes ou por aquela", (artigo 63), "tomar as medidas adequadas para obter relatórios regulares dos órgãos especializados", tomar medidas com o objetivo de obter relatórios sobre as providências tomadas com o intuito de pôr em vigor suas próprias recomendações e também as da Assembléia-Geral" e "comunicar suas observações sobre seus relatórios à Assembléia-Geral" (artigo 64). Nas constituições de vários órgãos especializados esses dispositivos da Carta são ainda mais reforçados pelo entendimento específico das responsabilidades para com as Nações Unidas.

Essas disposições são simplistas e realçam claramente tanto a necessidade como o intuito de coordenação; mas não possuem força a não ser a que resulta da persuasão ou pressão indireta.

As responsabilidades do Secretário-Geral pela coordenação dos órgãos especializados uns com os outros e com as Nações Unidas são definidas explicitamente na Carta; elas resultam das suas responsabilidades gerais perante a Assembléia e

(1) Não estão incluídas neste caso a International Refugee Organization, de Genebra, ou a International Trade Organization ainda não implantada.

o Conselho Econômico e Social, aos quais êle serve de secretário. Sua posição nesse setor é, por isso, de certo modo ambígua. Isto constitui uma notável desvantagem, especialmente porque são necessárias medidas nada menos do que severas para impor uma coordenação verdadeira a um sistema em que o separatismo, o jurisdicionalismo e a autonomia, zelosamente defendidos, são os característicos dominantes e no qual os estados-membros falharam de modo significativo em matéria de estabelecimento da coordenação entre suas várias delegações. A Assembléia-Geral e o Conselho Econômico e Social estão perfeitamente avisados dos dolorosos resultados dessa disposição multiplicada: uma multiplicidade de órgãos internacionais, a criação de muitos secretariados separados, a proliferação de planos e programas internacionais, o problema das atividades divergentes e antagônicas, a expansão de reivindicações orçamentárias que revelam flagrantes antagônicos nesse terreno entre os órgãos, reivindicações essas apresentadas aos Membros que, de modo pouco enérgico, receiam aumentar contribuições destinadas a financiar programas que anteriormente defenderam ou aprovaram.

A insatisfação da Assembléia-Geral e do Conselho Econômico e Social em face do lento e duvidoso progresso no campo da coordenação, manifestou-se com energia numa resolução unânime adotada em novembro de 1949 pela Segunda Junta e pelos Terceiro e Quarto Comitês, numa reunião conjunta realizada durante a quarta sessão da Assembléia. A resolução define que "a proliferação de atividades e a multiplicidade de planos e programas podem prejudicar a eficiência das Nações Unidas e dos órgãos especializados, impedindo a necessária concentração dos esforços na execução de planos e programas de primeira importância" e, depois de afirmar que a maioria dos estados-membros estavam encontrando crescentes dificuldades em atender as despesas com os organismos internacionais, declarou que "a coordenação das atividades cada vez mais numerosas" desses organismos, "já constitui um problema realmente complexo." A resolução comete à Assembléia-Geral a tarefa de coordenação de um programa de sete pontos: 1) fazer com que os Membros se abstenham de pôr em execução novos programas, exceto os de grande importância; 2) chamar a atenção "dos órgãos competentes, das Nações Unidas e das unidades especializadas para a recomendação do Conselho Econômico e Social relativa à maior concentração de esforços e recursos disponíveis"; 3) solicitar ao Secretário-Geral, "através do Comité Administrativo de Coordenação" assistência ao Conselho, com suas "recomendações relevantes"; 4) solicitar ao Secretário-Geral que estime o custo e o tempo de execução dos planos; 5) solicitar ao Conselho que apresente relatórios à quinta sessão "em termos de categorias de prioridades"; 6) fazer recomendações ao Conselho a respeito de suas atividades coordenadoras e 7) solicitar ao Conselho "o prosseguimento de seu trabalho nesse sentido, tendo em vista simplificar a estrutura dos organismos

intergovernamentais e reduzir o custo de sua participação." (2)

A frustração da Assembléia e do Conselho Econômico e Social em suas esperanças de promover uma maior integração entre os organismos internacionais oferece ao Secretário-Geral tanto uma oportunidade como um dilema — a oportunidade está no convite categórico para que desempenhe o papel de orientador no que diz respeito à solução de importantes problemas na organização internacional. Esse convite toma aspectos os mais formais devido à confissão de outros órgãos de que a situação se caracteriza pela falta de direção. O dilema que o Secretário-Geral enfrenta está no fato de que suas responsabilidades neste setor podem facilmente exceder a sua autoridade e poder para alcançar soluções. Os fatores que, para o Secretário-Geral e para o Conselho Econômico e Social, transformam o problema da coordenação em algo com que não podem transigir serão ainda certas forças recalcitrantes que devem ser pelo primeiro enfrentadas. Sua oportunidade só transcenderá seu dilema se êle deliberada e enérgicamente utilizar na solução do problema tôdas as vantagens intrínsecas que o processo de ação executiva tem em suas afinidades com os valores da integração e das prioridades em contraste com as tendências dos órgãos representativos para as divergências e inconsistências. O risco que corre parece, pois, ser grande e inevitável.

Durante os primeiros cinco anos de exercício do cargo, o Secretário-Geral teve que lançar mão de vários instrumentos para conseguir a coordenação entre os órgãos especializados e as Nações Unidas. Esses instrumentos incluem os acordos formais previstos no artigo 63, a atividade do Comité Administrativo de Coordenação e a elaboração de um relatório anual pelo Conselho e apresentado à Assembléia, relatório êsse sobre os programas econômicos e sociais.

Os acordos-padrão

A execução de um programa de acordos-padrão formais firmados entre as Nações Unidas e os órgãos especializados, tem sido levada a cabo pelo Conselho Econômico e Social. Dos treze órgãos em condições de firmarem nesses acordos, onze já fazem parte do sistema; os dois restantes são a *International Trade Organization*, que é parte num acordo de caráter provisório, dependendo, porém, da instalação definitiva da instituição para se tornar formal, e a *World Meteorological Organization*, com a qual progridem as conversações, enquanto prosseguem os trabalhos destinados a sua implantação em caráter definitivo. Os acordos padronizados são, tendo em vista propósitos práticos, um instrumento de coordenação universal. Constitui, porém, matéria de debates sua eficiência relativamente a êsse objetivo. Um observador notou que: "o critério de firmar o mais

(2) United Nations Docs. A/C. 283/SR — 42, 43; A/C — 5/SR — 219, 220.

breve possível um acôrdo minucioso com cada órgão pode ser muito discutido... Em lugar de um esforço no sentido de estabelecer a cooperação por "lei"... devia-se empenhar com o objetivo de adotar acôrdos de tipos mais simples, realçando-se mais os esforços comuns. As autoridades executivas poderiam ter estabelecido contatos pessoais extra-oficiais com seus colegas de outros órgãos, não se devendo pôr em vigor uma certa "formalidade" como a que caracterizou os entendimentos com as unidades especializadas das Nações Unidas relativamente às consultas durante o ano de 1946. Conforme então acontecia, caso houve em que cada parte na consulta insistia, por assim dizer, em realçar os "seus direitos conferidos por lei".

O reconhecimento dessa verdade talvez tenha levado o Secretário-Geral a declarar em seu relatório de 1949, que preferia não sugerir a revisão desses acôrdos mas que sentia que os "esforços deviam concentrar-se na tarefa de melhorar a cooperação dentro da estrutura dos acôrdos vigentes". De uma maneira geral, tais acôrdos não vão além da criação de bases mínimas para a coordenação. O caráter relativamente autônomo dos órgãos especializados é cuidadosamente preservado e as concessões feitas, tendo em vista as responsabilidades de órgão coordenador da Assembleia-Geral, do Conselho Econômico e Social e do Secretário-Geral, limitaram-se à matéria de consulta, intercâmbio de informações e elaboração de relatórios.

O Comité de Coordenação

O Comité Administrativo de Coordenação pode, a despeito de seu pouco auspicioso nascimento, tornar-se aos poucos, para o Secretário-Geral, um instrumento mais eficiente para o exercício da chefia relativamente aos órgãos especializados. Constituído pelo Secretário-Geral, que é seu presidente, e do Diretor-Geral de cada órgão especializado, o Comité é a instituição mais competente e adequada para examinar com atenção contínua e autorizada o problema da integração dos planos de trabalhos, dos recursos e dos métodos das organizações internacionais que ele representa. De início, seu interesse se concentrava no mecanismo e no funcionamento da organização e não no plano de coordenação, isto é, na "direção" e não na "administração". O realce dado a esse aspecto da questão diminuiu mas não desapareceu, porém. Na segunda fase de sua existência ou, melhor, no que poderíamos chamar de segunda fase, o Comité teve mais consciência dos casos de falta de coordenação clara e evidente. O Secretário-Geral em seu relatório de 1949 anunciou, esperançoso, que se havia dado um passo mais avançado no sentido de ser dada mais importância aos planos ou programas. "Essa importância", registra o relatório citado, "passou de simples medidas destinadas a evitar as duplicações e superposições de trabalho a um processo mais positivo, envolvendo a coordenação de atividades e a ela-

boração de planos conjuntos de ação." Ele cita como principal exemplo desta nova orientação adotada pelo Comité, a execução de um plano conjunto que representa um programa de assistência técnica para promoção do progresso econômico através das Nações Unidas e órgãos especializados, programa executado à base de cooperação e interessando todo o campo das atividades econômicas e sociais que "não somente importam em relevantes questões de coordenação de planos como podem servir de prova do valor da coordenação de um modo geral." Acrescenta, ainda, significativamente, que "se prevê o fato de uma maior parcela de esforços do Comité Administrativo de Coordenação ser absorvida por essa importante tarefa e por um período de tempo assaz considerável no futuro".

Se essa nova perspectiva da natureza das responsabilidades do Comité (no que pese a coordenação) não é somente mantida mas também estimulada, o Secretário-Geral obterá um notável resultado em sua busca de meios hábeis para solucionar o problema de suas atribuições como coordenador-chefe. Não são todos os casos que se mostrarão sensíveis à coordenação como o consubstanciado no programa de assistência técnica em que, felizmente, nenhum órgão pode reivindicar com êxito jurisdição exclusiva, muito embora tenha que suplantat a pressão que se faz no sentido da separação dos campos jurisdicionais. Em outros casos o Secretário-Geral não encontrará, sem dúvida, maiores direitos adquiridos ou aspirações mais facilmente definidas e menos facilmente eliminadas. Está sempre presente, além disso, não só o fato de representar cada diretor-geral um órgão consciente de sua autonomia e capacidade relativamente à consecução de seus objetivos, como o de ser cada um desses diretores pessoalmente um chefe acostumado a exercer sua autoridade e usar seu prestígio em vez de estar habituado a fazer prontas concessões aos pontos de vista de outrem!

Para desempenhar com êxito a função de presidente desse Comité, dada a nova importância de seu trabalho em matéria de coordenação e tendo em vista os casos graves e críticos que tal trabalho envolverá, o Secretário-Geral necessita da mais eficiente organização possível em seu Secretariado e uma equipe da mais alta qualidade. A esse respeito, iniciou-se muito bem com a nomeação de um diretor de coordenação para os órgãos especializados e para os assuntos econômicos e sociais. O problema do Secretário-Geral em conseguir a aceitação de sua posição de chefe com respeito à coordenação é sugerido pelas observações do representante do Brasil na Assembleia-Geral:

Considerando que no projeto (sobre prioridades como aspecto da coordenação) se exigiu fizesse o Secretário-Geral estudos especiais, na versão revista a exigência foi a de que o Comité Administrativo de Coordenação devia atentar especialmente no fato de dever-se esperar que essa

mudança concordaria com a opinião das delegações que receavam confiar uma função tão delicada só ao Secretário-Geral.

Coordenação Orçamentária

O plano de coordenação orçamentária entre organizações internacionais como instrumento destinado a promover a integração fez pouco progresso. Sua integral eficiência ainda depende naturalmente da realização dos objetivos mais fundamentais do plano de coordenação. Enquanto se espera, atribuiu-se, incompreensivelmente, maior importância, a questões relevantes mas secundárias como as de forma, terminologia, processos e outras questões implícitas no trabalho de criação de um sistema padrão de orçamentos que facilitaria a comparação entre as várias propostas e a apreciação do assunto pelo Diretor-Geral, especialmente por intermédio do Quinto Comité Consultivo para Questões Administrativas e Orçamentárias. Os acordos-padrão formais prevêm, com respeito a cada órgão, (exceto o Banco e o Fundo) que ele enviará suas propostas orçamentárias anuais ou mesmo seus orçamentos aprovados à Assembléia-Geral para fins de exame e recomendação, tudo isto de acordo com o Art. 17 da Carta das Nações Unidas. Essa medida dá ao Secretário-Geral uma oportunidade formal para exercer sua influência no sentido da coordenação orçamentária entre os órgãos e entre estes e as Nações Unidas. Suas oportunidades são agora cada vez mais importantes devido ao fato de "o processo orçamentário" apertar os membros do Comité com sua pressão no sentido de obter maiores contribuições. Nas delegações junto aos Conselhos diretores dos órgãos como também nos comités da Assembléia-Geral e entre os membros do Conselho Econômico e Social os argumentos a favor de um orçamento internacional devidamente coordenado são usados com maior frequência e energia.

O Secretário-Geral não pode menosprezar a capacidade em potencial de realçar, ampliando-o, seu papel de chefe, capacidade essa ensejada por esse crescente desejo de atribuir significado mais lato às cláusulas existentes nos acordos-padrão, cláusulas essas que exigem que a maioria dos órgãos considere a criação de um "mecanismo apropriado" para a "inclusão" de seus orçamentos no "orçamento geral". Os órgãos foram de antemão unânimes em suas conclusões de que um orçamento unificado não é, no momento, viável. Mas o peso dos interesses dos Estados filiados à ONU por um orçamento "uno", transformou a relutância dos órgãos em progredir nessa direção numa atividade de duvidosa estabilidade! De qualquer modo, o Secretário-Geral tem agora meios para exercer sua função de coordenador em matéria orçamentária, meios esses que ele ainda não usou integralmente.

O Relatório do Conselho Econômico e Social

A elaboração do relatório anual do Conselho Econômico e Social a ser apresentado à Assembléia-Geral, relatório esse em que a unidade passa em revista as atividades econômicas e sociais e aprecia o trabalho dos órgãos especializados, constitui um outro importante instrumento de participação do Secretário-Geral nos trabalhos de coordenação. Não é, porém, a imaginação que tem caracterizado a utilização desse instrumento. Conforme registrou um certo observador:

"as recomendações do Conselho à Assembléia deviam ser concisas, claras e relativas principalmente às questões de política e planos importantes. A esse respeito, os dois primeiros relatórios anuais... estavam longe de ser modelos. Preparados pelo Secretariado das Nações Unidas, eles nem foram ao menos vistos pelo Conselho antes de serem apresentados à Assembléia."

Esses relatórios anuais ensejam, obviamente, uma das melhores ocasiões para o Secretário-Geral apresentar, de uma maneira coerente e cabal, seus pontos de vista sobre a coordenação entre as Nações Unidas e os órgãos especializados.

Eles representam um expediente cujo emprego dará motivos para que ele espere, com muitas probabilidades de êxito, criar e difundir a doutrina dos fins e dos meios de um organismo coordenador na estrutura das Nações Unidas. Eles são, aliás, menos um instrumento destinado ao exercício da autoridade de chefe em matéria de administração ou de promoção da melhoria dos processos de trabalho do que um meio hábil para exercer sua função e aproveitar sua capacidade mais geral e fundamental de Chefe Executivo e supremo coordenador.

As responsabilidades do Secretário-Geral em matéria de coordenação dos planos de atividades econômicas e sociais de âmbito internacional, incorporados, como estão esses planos, aos programas de órgãos dominados pela idéia de autonomia, muito embora necessitem (e assim o admitem) ingentemente de uma severa integração, constituem um encargo de heróicas proporções.

Ele deve encontrar meios para impor aquela chefia em contato com a qual os membros mal satisfeitos com a falta de coordenação podem reanimar suas forças. A chefia exigida nada mais é do que habilidade política de alta classe. As virtudes administrativas são úteis; mas a orientação, o senso de estratégia, a capacidade de simplificação e de inovação, características especiais de uma elevada liderança política, são indispensáveis!

Esses são os aspectos do trabalho do Secretário-Geral como coordenador que devem ser realçados. Não precisam estar exclusivamente contidos em sua própria personalidade mas devem pelo menos estar presentes na expressão orgânica de sua atividade executiva. Parece claro que as vistas agora são lançadas muito por baixo.

(continua)

ADMINISTRAÇÃO GERAL

APERFEIÇOAMENTO

Curso de Organização e Administração

IBANY DA CUNHA RIBEIRO

CURSOS DA BIBLIOTECA NACIONAL

(Criados pelo Decreto-lei 6.440, de 27-4-944)

CURSO SUPERIOR — 2.º ANO

IX

Sistemas de Trabalho

Existem vários sistemas de trabalho, impressos e amplamente divulgados pelo mundo, afora os que são feitos em caráter privado para determinadas empresas e que estas não divulgam, por motivo técnico, ou por não acharem motivo cabal ou original para divulgação.

Os mais conhecidos por ordem de aparecimento são: o de Taylor, o de Fayol e o de Ford.

O fundador do "Taylorismo" foi um engenheiro americano, FREDERICK WINSLOW TAYLOR. O fundador do "Fayolismo" foi o engenheiro de minas, francês, HENRI FAYOL, e o fundador do "Fordismo" foi o antigo operário e hoje, o bilionário fabricante dos automóveis Ford, HENRY FORD.

Estes três sistemas de trabalho são os mais conhecidos e atingem todos os pontos da racionalização e só não abrangem totalmente o sistema "Rathenau", usado com sucesso na Alemanha, porque este se baseia em coligação horizontal de indústrias, em linguagem mais corrente na instituição de trustes, solapando a liberdade do trabalho e derogando o seu princípio moral, mas, sob o ponto de vista de Estado ele está plenamente aprovado, com o exemplo da Alemanha.

E' um sistema de racionalização pela concentração, não de trabalho, mas de economias, visando os seus produtos.

WALTER RATHENAU, o fundador desse sistema, é o feliz autor da palavra "racionalização". Sendo um sistema de coordenação de atividades, não

deixa de empregar no todo ou em parte os sistemas restantes, nas suas atividades trabalhistas.

Salta logo à vista a grande economia que fazem as indústrias coordenadas nesse sistema, na compra de matéria-prima e na venda dos produtos, que são obviamente centralizadas.

Explicando esta política de cooperação ou de concentração, seguimos duas direções: por "combinação" ou por fusão", dando lugar a dois modos distintos de união de esforços.

Na coordenação por "combinação" as empresas coordenadas conservam independentes as personalidades, jurídica, técnica e financeira e acordam fundir suas personalidades comerciais distintas e autônomas em uma personalidade comercial nova, comum a todas as personalidades comerciais distintas em uma personalidade comum, perdendo, assim, cada empresa cooperante a sua personalidade diferente na prática, conforme interesses, resistência, necessidades e conveniências em curso.

Chama-se "CARTEL" a uma concentração por combinação e não representa uma empresa única e sim um sindicato de empresas. Geralmente eles se organizam como "CARTÉIS" de venda e prevêem a limitação da produção industrial, da fixação do preço de venda e a limitação da zona de exploração comercial de cada uma das coordenadas.

As coordenações podem ainda ser estáveis ou duradouras e temporárias ou episódicas. A última é em geral fonte de especulações ou de açambarcamento e tem o nome de "ring", "pool", "corner", etc. E são mais comerciais por aqueles motivos, do que industriais.

As concentrações industriais se fazem também por fusão. E' a criação de uma empresa inteiramente nova e distinta das empresas primitivas que se fundiram, que perdem a autonomia

jurídica, técnica comercial e financeira que possuem, transferindo-as para uma entidade nova, que se chama TRUSTE.

E' uma entidade nova, porém, que surge fundindo todos os elementos das empresas coordenadas (realizando o objetivo de eliminar as razões de concorrência e produzir industrialmente na maior quantidade possível e essa elevação geralmente conduz a verdadeiros monopólios).

Existe ainda, sem citar outros menos interessantes para o assunto em aprêço, o "stakhanovismo".

Taylor organizou o seu sistema baseado no operário; Fayol, no administrador; Ford estabeleceu o seu, no ponto de vista social. O "stakhanovismo" também encara o problema sob o ponto de vista social, mas partindo a iniciativa do próprio operário. O seu criador foi um trabalhador russo Stakhanow. Nasceu essa idéia da propaganda e da intensa organização racional do trabalho operada por Stalin, para sucesso dos planos quinquenais, de reerguimento da economia russa.

Stakhanow era operário de u'a mina de carvão, onde a idéia de recorde, já predominava, como cooperação individual ao regime em marcha. A sua produção média de modo geral, era de 11,14 tons., dentro de um mínimo de 6,5 a 17,0 tons., no máximo.

Na noite de 30 para 31 de agosto de 1935 Stakhanow conseguiu sozinho obter 102 toneladas.

Com intuito de propaganda política, o governo russo fez uma intensa divulgação do fato.

Os resultados foram satisfatórios. Depois desse recorde, outros se verificaram, numa verdadeira corrida.

Como vemos, o "stakhanovismo" consiste simplesmente de uma emulação entre operários, por iniciativa própria.

Em indústrias mineiras, e outras idênticas, o "stakhanovismo" é bem interessante; entretanto, em uma indústria organizada, precisa ser muito controlada para não produzir desequilíbrios nefastos. Veja-se em outro nosso trabalho, (1) na seleção de empregados da Cia. Lockeheed, como eles são recrutados uniformemente — para um perfeito trabalho em equipe.

O Taylorismo

"Ciência, em vez de empirismo;

Harmonia, em vez de discordia;

Cooperação, em vez de individualismo;

Rendimento máximo, em vez de produção reduzida;

Formação de cada homem, para fazê-lo obter o rendimento e a prosperidade máxima."

Taylor procurou demonstrar:

1. Quanto um País perde, por não ter uma administração eficiente;
2. Que o remédio da ineficiência é encontrado na administração científica;
3. E que a administração perfeita é realmente uma ciência.

TAYLORISMO, FAYOLISMO, FORDISMO, STAKHANOVISMO, TAYLORISMO

TAYLOR foi um operário industrial que começou a trabalhar aos 22 anos de idade, galgando postos, até chegar em 1884 ao cargo de engenheiro chefe na MIDWALE STEEL CO.

Está provado que desde o início de sua carreira, procurou sempre introduzir nos trabalhos que lhe estavam afetos, métodos de observação que produzissem melhorias quanto ao rendimento do trabalho, por um aumento de produtividade dos operários.

O sistema TAYLOR tem as seguintes características principais: desenvolver para cada elemento do trabalho operário um método científico que substitua os antigos métodos; especializar, formar e conduzir o operário, ensinando-lhe o melhor processo de trabalhar; acompanhar cada operário para assegurar-se de que o trabalho está sendo feito conforme as regras estabelecidas; dividir equitativamente a responsabilidade e a tarefa entre a direção e o operário, encarregando-se aquela de tudo que ultrapasse a competência deste.

TAYLOR, no seu método, atribui a cada operário a tarefa mais elevada que lhe permitam suas forças, designando-lhe uma função, na qual exerça sua capacidade inteiramente a contento, dando-lhe o encargo mais elevado, consentâneo com as suas possibilidades e habilitações, solicitando de cada um o máximo de produção que se possa esperar de um operário hábil de sua categoria, dando uma remuneração adequada, de acordo com a sua produção, conseguindo assim a principal orientação do seu sistema, que é a obtenção de mão-de-obra econômica, retribuída, entretanto, com salários mais elevados.

O seu estudo dos tempos e dos movimentos mostra a luz da razão que uma organização, que não obedeça à sistematização, traz prejuízos ao empregador e ao empregado. Esse estudo dos tempos está intimamente ligado ao dos movimentos onde se verifica quais os executados pelo trabalhador que devem ser eliminados, por prejudi-

(1) "Alguns aspectos da organização e sistematização do trabalho". Livraria Odeon Editora.

ciais e antagônicos, ou por inúteis, no conjunto de movimentos a que êle é obrigado, para o trabalho que lhe foi determinado.

Com o exemplo abaixo, êle mostrou que se um trabalho fôr observado, com preocupação científica, de analisar com rigor o que se passa e como se deve passar e qual a melhor forma de execução é possível introduzir tais modificações, que apresentarão uma grande economia para o trabalho e inenarráveis vantagens para quem trabalha.

O exemplo é o da transformação que êle fez em um serviço de inspeção de bilhas para rolamento de bicicletas. Havia um departamento de 120 operários para fazer a inspeção das bilhas, quanto à dureza, rachaduras e defeitos quaisquer de conformação.

Pela seleção do pessoal, modificação dos métodos de trabalho e intercalação de períodos de repouso dentro de cada hora de exercício, conseguiu reduzir o número de 120 para 35. E, além disso, o número de horas de trabalho por dia passou de 101/2 para 81/2 em média. Melhorou a precisão, porque reduziu para um terço, na inspeção atual, o número de bilhas rejeitadas e apesar de tudo isso, conseguiu aumentar os salários da média de 20 para 40 francos.

Como regras de técnica, Taylor expõe as seguintes: Para cada tipo de indústria ou processo, estudar e determinar a técnica mais conveniente; analisar metódicamente o trabalho do operário, estudando e cronometrando os movimentos elementares; transmitir sistematicamente instruções técnicas ao operário; selecionar cientificamente os operários; separar as funções de preparação e execução; redeterminar tarefas individuais ao pessoal e conceder-lhe prêmios quando realizado, unificar os tipos de ferramentas e utensílios; distribuir equitativamente por todo o pessoal as vantagens que decorrem do aumento da produção; controlar a execução do trabalho; classificar mnemônicamente as ferramentas, os processos e os produtos.

Um dos pontos principais do trabalho de Taylor é a separação entre as funções de preparação e as de execução para que o trabalho industrial resulte eficiente, com a criação de quatro agentes de preparação, diretamente ligados à direção, e, de quatro agentes de execução diretamente ligados aos operários.

São os seguintes os agentes de preparação: o *encarregado das ordens de serviço*, é o agente encarregado de estabelecer o curso, o caminho da peça, da matéria-prima, de tudo que é necessário para a realização do trabalho.

O *encarregado das fichas de instrução*, é o indivíduo que baixa as instruções para os agentes

de execução sobre os detalhes de serviço. Há fichas onde se registram todos os elementos indispensáveis à boa execução dos trabalhos, incluindo também a fixação do tempo abonado para cada tarefa, do salário ou prêmio com que vão ser retribuídos, após a realização do trabalho.

O encarregado do tempo e do custo tem por finalidade registrar o tempo, fazer sua apuração e contrôlê, bem como as apurações do custo do trabalho realizado.

O encarregado de disciplina ou das relações humanas, tem como objetivo estabelecer contato com o pessoal do quadro, cuidando da admissão, da seleção, da demissão e da disciplina dentro do estabelecimento.

A finalidade do planejamento é caracterizar qual o trabalho que deve ser feito, como deve ser feito aquêlê trabalho, onde deve ser executado e quando deve ser feito.

Ainda encontramos no seu sistema, uma **DIVISÃO DO TRABALHO**, que é a substituição do contramestre geral por quatro contramestres funcionais, ou quatro encarregados de serviço.

O encarregado geral tem a finalidade de preparar dentro da oficina todo o trabalho, até o instante em que a peça é colocada na máquina, e cuidar em que o operário tenha à sua disposição tudo de que precise para trabalhar.

Esse encarregado deve ser tècnicamente capaz de instruir, com conhecimento de causa, sobre a forma de dar início ao trabalho.

Há ainda um Encarregado de Velocidade ou de Fabricação que fiscaliza o andamento dos trabalhos, que zela para que as ferramentas adequadas sejam empregadas, as máquinas estejam em condições de dar o máximo rendimento, o trabalho seja convenientemente conduzido, obtendo-se por êste meio melhor velocidade e um ritmo preestabelecido.

Deve ter uma capacidade técnica bastante elevada, de modo a poder, a todo momento, ensinar ao operário como realizar o trabalho e entender as instruções que lhe foram distribuídas.

O Encarregado de Inspeção é responsável pela qualidade e acabamento do produto.

O Encarregado da Conservação tem atribuição de fiscalizar a limpeza das máquinas para que estejam em perfeito estado e em condições de trabalhar logo que solicitadas, fiscalizando o seu estado de conservação.

A unidade de comando, um dos grandes princípios de trabalho, é mantida, porque não há entrecortes de comando: cada agente só dá instruções na parte que lhe está afeta, e cada operário só

recebe ordens diretas para cada trabalho, de uma só pessoa.

Estas são as características do TAYLORISMO, o sistema mais antigo, com grande número de motivos até hoje empregados, principalmente pelos sistemas que o precederam e que vamos agora apresentar.

Taylor foi muito combatido ao lançar o seu sistema de trabalho, por incompreensão dos operários. Alegavam eles que se produzissem com a simplificação e normalização dos métodos de trabalho, o dôbro do que produziam, dariam margem à superprodução, e conseqüentemente, metade deles ficaria desempregada.

Nada mais falso. E' lamentável que homens, que como nós tinham a faculdade de pensar, admitissem que o mau rendimento do trabalho pudesse facilitá-lo a outros.

Foi a primeira reação à idéia de Taylor, que iniciava na prática a organização do trabalho, a era da racionalização, no sentido amplo.

O Fayolismo

"Administrar é prever, organizar, comandar, coordenar, controlar.

Toda entidade econômica comporta seis atividades ou operações.....	1. técnicas..... 2. comerciais..... 3. financeiras..... 4. de segurança..... 5. contabilidade..... 6. administrativas.....	Governar
As atividades ou operações administrativas são as operações de conjunto, de.....	1. prever..... 2. organizar..... 3. comandar..... 4. coordenar..... 5. controlar.....	Administrar
Programa de ação.....	1. Unidade 2. Continuidade 3. Elasticidade 4. Precisão	

FAYOLISMO

O fayolismo está consubstanciado no livro do seu criador, HENRI FAYOL, "*Administration Industrielle et Générale*."

Fayol, além de iniciar sua vida de forma diferente de TAYLOR, já conhecia o sistema dêsse autor, e foi, como diretor de uma empresa de minas, que começou a trabalhar.

O princípio básico do "fayolismo" está na concepção de que toda entidade econômica comporta seis grupos distintos de atividades, que correspondem, naturalmente, a funções também especializadas.

Sòmente pelo que foi enunciado se depreende que Fayol trata principalmente do trabalho dos chefes, enquanto que Taylor ocupou-se quase que só do trabalho dos operários.

Assim podemos assimilar rapidamente o quanto dependem um do outro, máxime sabendo-se que Fayol inspirou-se na mesma idéia central do

engenheiro diretor da BETHLEHEM STEEL CO. e que êle mesmo declarou que as duas doutrinas devem unir-se mutuamente para melhoria da administração.

Atividades ou Operações Técnicas, que compreendem as atividades relativas à produção e à transformação. Êsse primeiro grupo não é o mais importante dos seis, porque depende para subsistir das matérias-primas, dos mercados consumidores, dos capitais, da segurança e da previsão. Entretanto as seis funções se unem numa perfeita dependência recíproca.

Atividades ou operações comerciais são as que compreendem tôdas as atividades referentes às compras, vendas e trocas, da qual dependem as empresas industriais para sua prosperidade.

Saber comprar, às vezes, é mais importante do que saber vender, não deixando entretanto esta última parte de ter uma vital importância, como o de bem fabricar.

Atividades ou Operações Financeiras são as que tratam da procura e da gestão de capital e sem êle nada se faz, para a aquisição de matérias-primas, imóveis, para o pagamento de salários, etc.

Esta função é muito importante no desenvolvimento permanente de uma empresa, para conseguir melhores possibilidades das disponibilidades e para evitar compromissos imprudentes e é sua função primacial ter sempre à mão a situação financeira da empresa.

Atividades ou Operações de Segurança têm a finalidade de proteger os bens, as coisas e as pessoas, contra o furto, incêndio, atentados, etc., e remover os óbices de ordem social que comprometam a vida ou mesmo a marcha da empresa.

E' a tranqüilidade de espírito dos administradores e dos proprietários de uma empresa.

Atividades ou Operações de Contabilidade abrangem tôdas as atividades que falam de inventários, preço de custo, estatística, orçamento e escrituração da vida em geral da empresa.

E' a função que mostra a qualquer momento onde está a empresa e para onde vai, numa forma clara e simples, e pelo seu enunciado, subentende profissionais adrede iniciados.

Atividades ou Operações Administrativas, são as operações de conjunto e são constituídas pelas atividades de previsão, de organização, de comando, de coordenação e de controle.

Em nenhuma das cinco funções anteriores está incluída a atividade de formular o programa geral de ação da empresa, de constituir o corpo social, de coordenar os esforços, de harmonizar os atos que é a função administrativa, a mais importante, na obra de Fayol, que assim a dividiu e deu definição.

Administrar é prever, é organizar, é comandar, é coordenar, é controlar. Prever é perscrutar o futuro e traçar o programa de ação. Organizar é construir o duplo organismo material e social da empresa. Comandar é fazer funcionar o pessoal.

Controlar é cuidar que tudo se passe de acordo com as regras estabelecidas e as ordens dadas.

Por essas definições de "Administração" Fayol demonstra que administrar não é privilégio que caiba somente ao chefe ou aos dirigentes da empresa. A função administrativa vai se distribuir por todos os componentes da escala hierárquica da empresa, variando em intensidade conforme o grau em que esteja colocado o indivíduo encarregado de cada função.

Fayol para diferenciar "administração" como parte do conjunto do qual depende o bom ou mau andamento da empresa, de "governo", definiu este último como sendo a condução da empresa para o seu objetivo, procurando tirar o melhor partido de todos os recursos de que ela dispõe. Governar, portanto, será assim, assegurar a marcha das seis funções essenciais.

A cada uma das funções corresponde, naturalmente, uma capacidade especial, que repousa sobre um conjunto de conhecimentos e habilidades especializadas.

Assim o homem deve possuir qualidades físicas, saúde, vigor e habilidade; qualidades intelectuais, aptidões para compreender e aprender, critério, vigor e elasticidade intelectuais; qualidades morais, energia, firmeza, coragem de assumir responsabilidades, iniciativa, dedicação, tato e dignidade; cultura geral, noções fora do domínio das funções que exerce; conhecimentos especiais, referentes à função e experiência, que é a recordação das lições passadas e da prática de serviço.

A importância de cada um desses elementos está em relação com a natureza e importância da função, o que se pode ver com mais clareza pelos gráficos inclusos, que provam que, em todas as classes de empresas a capacidade essencial dos agentes inferiores é a capacidade profissional característica da empresa e a capacidade essencial dos grandes chefes é a capacidade administrativa. A proporção que o operário sobe na hierarquia, a percentagem atinente à capacidade administrativa aumenta, enquanto diminui a que se precede à capacidade técnica.

Fayol demonstrou por esses números estatísticos a influência de cada capacidade em cada grau da hierarquia funcional. Enquanto para o operário predomina a função técnica, com 85% do seu tempo, de seu esforço, de sua capacidade intelectual, enfim de sua aplicação ao trabalho, essa proporção de utilização da capacidade vai diminuindo, para se apresentar no posto de diretor com 15% apenas. À medida que o indivíduo vai subindo na escala hierárquica, a importância da capacidade técnica no conjunto das capacidades vai decrescendo. Contrariamente, a importância da capacidade administrativa vai subindo, acompanhando o desenvolvimento da escala hierárquica, à medida que passa de operário para diretor. Aí, os problemas de caráter geral — previsão, or-

ganização, administração, comando o controle, dentro do conjunto de habilitações indispensáveis ao exercício de cada uma das funções vão crescendo até obrigar a um máximo de desenvolvimento de capacidade administrativa no cargo de diretor. Na capacidade comercial também aparece um pequeno acréscimo. A capacidade financeira é praticamente nula, em relação à atividade dos operários, dos contramestres, do chefe de oficina; surge no chefe de divisão e finalmente chega ao auge no diretor.

Pelo "gráfico dos chefes" se conclui que, nas empresas rudimentares a capacidade principal do chefe é a do próprio executor, pelo número reduzido de auxiliares de que dispõe, porque a empresa não permite maior desenvolvimento, é obrigada a possuir grande capacidade técnica, para garantir com a sua intervenção constante o incremento da produção. À medida que vamos encontrando empresas de maior vulto, a proporção de capacidade técnica, no conjunto de capacidades várias, vai diminuindo, até o final em que ela se equipara às outras capacidades secundárias. Na empresa do Estado, as capacidades técnica, comercial, financeira, de segurança e controle são praticamente idênticas, enquanto que a função administrativa vai crescendo numa proporção que varia de 15 a 60%. As outras funções sofrem pequenas variações nos seus valores relativos.

Os gráficos apresentados neste trabalho são os mesmos em essência dos apresentados na obra de Fayol. Divergem apenas no desenho. No original, as figuras são apresentadas por paralelogramos de áreas diferentes, mas representando entre tanto a soma de 100 por cento cada um. Acreditamos que a sua idéia esteja melhor demonstrada, da maneira pictórica que apresentamos.

FAYOL inclui na sua obra uma série de princípios, que disse terem resultado de suas observações em muitos anos de trabalho, mas, lembrando a sua não rigidez, e, que não há limitação para o número de princípios. Eles decorrem das observações que cada administrador vai fazendo e em virtude das quais recolhe ensinamentos, fixando-os sob forma de regras ou leis para serem obedecidas por outros que o sucedem e que possam aproveitar-se, não só dos conhecimentos como de suas experiências. Os princípios são os seguintes:

Divisão do trabalho; autoridade; disciplina; unidade de comando; unidade de direção; subordinação dos interesses individuais ao coletivo; remuneração eqüitativa; centralização; hierarquia; ordem; eqüidade; estabilidade do pessoal; iniciativa e união do pessoal.

A divisão do trabalho é de ordem natural e repete a finalidade de produzir mais com o mesmo esforço e em consequência temos a especialização das funções e a separação dos poderes. Mas é o próprio FAYOL que adverte que há limites para

a divisão do trabalho que só a experiência pode mostrar.

A autoridade consiste no direito de mandar e em poder as iniciativas e responsabilidades.

A disciplina consiste principalmente na obediência, na assiduidade da atividade, além dos sinais exteriores com que se manifesta o respeito.

Os meios para estabelecer e manter a disciplina são, principalmente, bom chefe em toda a hierarquia; convênios claros e eqüitativos e sanções penais judiciosamente aplicadas.

A regra da unidade de comando é desnecessária repetir, sendo de uma importância capital, pelo fator humano, que não suporta dualidade de comando.

A unidade de direção consiste em: um só diretor e um só programa para um conjunto de operações que buscam o mesmo fim, para a coordenação das forças e convergência dos esforços.

Não se deve confundir *unidade de direção* (com um só diretor, um só programa) com *unidade de comando* (um agente não deve receber ordens senão de um só chefe), esta não pode existir sem aquela, mas não deriva dela.

A subordinação do interesse particular ao interesse geral, é uma parte que interessa também de perto ao serviço público, sem deixar de falar em todas as esferas de atividade humana, onde impera a ignorância, ambição, egoísmo e todas as debilidades do homem, em luta permanente com o interesse coletivo.

A remuneração do pessoal deve ser eqüitativa e sempre que possível, feita de forma a dar satisfação ao empregador e ao empregado estimulando o zelo.

O modo de retribuir o pessoal pode ter uma influência considerável sobre a marcha da empresa, no dizer de Fayol e deve depender de vários fatores, como carestia da vida, situação financeira da empresa e estado de negócios e do nível de remuneração do local em que está instalada a empresa, quando é notório que muitas indústrias procuram se estabelecer em paragens de nível de salários baixos.

FAYOL fala das maneiras com que são retribuídos os operários: por "Jornal", que é o pagamento por preço previamente fixado de um dia de trabalho, sob condições também adrede fixadas; por tarefa, que é a modalidade de remuneração pela execução de uma tarefa, determinada de antemão sem contagem de tempo, e por peça, que é o sistema de pagamento usado nas grandes oficinas onde se fabricam peças iguais ou nas empresas em que o produto pode ser pesado ou medido.

Novamente FAYOL chama a atenção para a habilidade dos chefes, na execução desses três sistemas, no que reside o sucesso.

Como a divisão do trabalho, a centralização é um ato de ordem natural que existe sempre, em maior ou menor grau em uma empresa.

Nos pequenos negócios, nos quais as ordens do chefe vão diretamente aos agentes inferiores, a centralização é absoluta. Nas empresas importantes, em que o chefe está separado dos agentes inferiores por uma grande escala hierárquica, as ordens, como as impressões de retôrno, passam por uma série de intermediários. O grau de centralização varia conforme as circunstâncias e também do valor do chefe, sua força e inteligência em estender sua ação pessoal e a de descentralização, quando o chefe, conservando o privilégio da direção geral prefere recorrer à experiência e ao critério de seus colaboradores.

Além do "chefão", os chefes de todas as categorias podem ampliar e estimular a iniciativa de seus subordinados.

A hierarquia é a ordem ontológica que vai do agente inversamente por onde recebe as impressões de retôrno. É o caminho imposto pela unidade de comando e pela necessidade de uma transmissão eficiente.

Não é sempre a mais rápida, principalmente nas repartições do Estado. Admite-se que a principal causa desse mal é o temor das responsabilidades. Fayol crê que seja devido à insuficiente capacidade administrativa dos dirigentes.

"Um lugar para cada coisa e cada coisa em seu lugar" que deu também a FAYOL a seguinte fórmula para o seu item de "ordem".

"Um lugar para cada pessoa e cada pessoa em seu lugar", para evitar as perdas de tempo e material. É a ordem material e a ordem social, claramente definidas.

FAYOL usa eqüidade, não exclui, entretanto, nem a energia nem o rigor e exige principalmente muita experiência do assunto, não só do chefe como de toda escala hierárquica.

A mudança de pessoal é inevitável, não só por morte, velhice ou enfermidade, mas é preciso encarecer aqui o prejuízo e a perturbação que causam ao corpo social. Por isso, a estabilidade do pessoal é um dos pontos nevrálgicos das organizações.

É preferível um chefe de média capacidade que subsista no cargo, do que vários chefes de alta capacidade, que não façam senão substituir-se uns aos outros, assim em toda a escala de empregados.

A possibilidade de imaginar e executar chama-se iniciativa. É da mais alta relevância estimular-se e desenvolver-se essa faculdade, mas não o deixa de ser menor a faculdade de medir a iniciativa e mantê-la dentro dos limites impostos pelo respeito à autoridade e a disciplina, apesar de que o chefe deve ter suficiente valor moral, para, sa-

crificando seu amor próprio, deixar aos seus subordinados chances dessa natureza.

A harmonia e a união do pessoal de uma empresa constituem uma grande força para a mesma e o meio inicial de se conseguir esse objetivo é a unidade de comando, e evitando os perigos da má interpretação da divisa "dividir para reinar" e do abuso das comunicações escritas.

A descentralização é assunto já conhecido e que dispensa novos itens, mas faz-se mister repetir a importância de estimular o zelo, recompensar o mérito de cada um, sem despertar suscetibilidades e desídias e sem turvar a harmonia que deve existir nas relações do pessoal.

Quanto à segunda parte, todos conhecemos conflitos e mal-entendidos, que na conversação se sanam logo e que com as comunicações por escrito ficam arquivados, promovendo perturbações permanentes.

FAYOL chamou a atenção dos chefes para a revolução que se operou nos meios trabalhistas com a implantação de ententes comerciais, sindicatos, associações de classe, que desempenham um papel muito importante no rol das coisas de *união do pessoal*, onde, ao contrário de outrora, o empregado pela vez de sua associação ou sindicato, fala de igual para igual com o seu patrão, que, apesar de ser em forma cortês, não deixa de resolver os problemas de seus mútuos interesses.

Agora, ao fim das teorias de Henri Fayol, encontram-se os elementos de administração, previsão, organização, comando, coordenação, e controle, com o seu grande ensinamento, que é o programa de ação que tem como características, unidade, continuidade, elasticidade e a precisão.

A confecção de um bom programa de ação exige do pessoal dirigente atributos para lidar com os homens, muita autoridade, coragem moral bastante, estabilidade, especialização profissional no ramo que a empresa explora e experiência geral de negócios.

Mas, não poderíamos deixar de incluir como fecho da doutrina de Fayol os belos conceitos

sobre o ensino de "administração", que oportunos estão para o nosso País.

"O Estado deve contribuir para a formação administrativa dos cidadãos, por suas escolas e por seus exemplos".

Fordismo

Características.....	1. novos métodos de trabalho 2. especialização do trabalhador 3. divisão da responsabilidade 4. pagamentos de altos salários 5. divisão do trabalho entre o operário e a chefia 6. c. interesse pelo público
Novos métodos do trabalho	1. Repetido (em série)..... - cadeias - planos inclinados - deslizadeiras - carretilha, etc. 2. Teoria da eficiência..... - princípio da produtividade - princípio da intensificação - princípio da economicidade 3. Auto-suficiência..... - financeira - material (integração vertical)
Especialização do trabalhador.....	- em tarefas simples.... - em tarefas mecânicas. - sem que saiam do lugar
Divisão da responsabilidade	- operário..... - pelo trabalho - pelas disciplinas - o mestre..... - pelos seus homens - pelo seu setor - o contra-mestre... - pelo seu grupo - o chefe de seção... - pelo seu departamento - o inspetor geral... - por toda a fábrica
O inspetor geral é assistido funcionalmente.....	- encarregado de transporte - encarregado do tempo - encarregado das ferramentas, etc.
Pagamento de altos salários	1. sem levar em conta o custo da vida. 2. exigindo maior produção, e, portanto, o menor número de operários 3. e menor despesa com a administração do pessoal.
Divisão do trabalho entre o operário e a chefia...	- operário = execução - chefia = conselho
O interesse pelo público...	- aplicando os excessos de lucros em melhoria da produção. - pela venda mais barata desses produtos. - pelo fim social.

Notas sôbre Legislação de Pessoal

TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES E PEDRO
AUGUSTO CYSNEIROS

III

ESTÁGIO PROBATÓRIO E CONFIRMAÇÃO

Conceito. — As nomeações para cargo de provimento efetivo têm seus efeitos jurídicos, relativamente a permanência do funcionário no cargo, subordinados ao preenchimento de certas condições, que são apuradas através do estágio probatório.

O Estatuto dos Funcionários Públicos define o estágio probatório como sendo o período de 730 dias de exercício do funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo, isolado ou de carreira, durante o qual é apurada a conveniência ou não de sua confirmação, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I — Idoneidade moral
- II — Aptidão
- III — Disciplina
- IV — Assiduidade
- V — Dedicção ao serviço
- VI — Eficiência (art. 16)

De uma maneira genérica, poderíamos definir o estágio probatório como o período de observação no trabalho, durante o qual é apurado se o funcionário possui tôdas as qualidades morais e intelectuais necessárias ao desempenho do cargo.

Ou então, conforme o define C. A. Lúcio Bittencourt:

“Estágio probatório é a permanência condicional em serviço, por determinado espaço de tempo, durante a qual se verifica se o funcionário, pela sua atuação e pelo modo por que reage no treinamento, deve ser ou não confirmado no cargo”. (“O Estágio Probatório e sua Efetiva Utilização” — Tese para concurso de Técnico de Administração, publicada pelo Serviço de Documentação do D. A. S. P.).

É o estágio probatório um complemento ou continuação da seleção e ao mesmo tempo serve como elemento de contrôlo desta.

É um complemento porquanto através dêle se apurarão requisitos que não poderiam ser medidos ou demonstrados por meio de provas momentâneas, como a de que se utiliza a seleção profissional.

É um instrumento de contrôle, porque permite verificar se os conhecimentos exigidos nas provas de seleção são os de fato necessários ao perfeito desempenho das funções do cargo, possi-

bilitando, destarte, ao órgão encarregado das mesmas, corrigir as deficiências, omissões ou imperfeições do processo de seleção.

Duração. — O estágio probatório tem, entre nós, a duração de 730 dias, qualquer que seja o cargo. A lei, fixando-o taxativamente, não admite que seja ampliado; permite, entretanto, sua redução para os fins previstos na parte final do § 6.º do citado art. 16. Porque vigora entre nós o princípio constitucional de que o funcionário nomeado mediante concurso adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício, (Const. artigo 188), e sendo a estabilidade uma das formas usuais de confirmação no cargo, a improrrogabilidade do prazo do estágio probatório não padece dúvida.

É interessante observar, ainda, que as disposições constitucionais e legais relativas a estabilidade fazem com que o estágio probatório diga respeito ao serviço público e não ao cargo. Assim, por exemplo, um funcionário já estável em determinado cargo ao ser nomeado para outro, ainda que de carreira diversa, não fica sujeito a novo estágio.

O mesmo, no entanto, não ocorre em outros países, onde, em geral, a duração do estágio probatório é variável de acordo com a natureza do cargo exercido. Na administração federal americana, por exemplo, o tempo de duração do estágio probatório, é, em regra, de seis meses, podendo, porém, êsse prazo ser alongado pela “Civil Service Commission”. Já na Inglaterra êsse período varia de um a três anos, conforme a classe a que pertencer o cargo. O que há de profundamente diferente entre os sistemas adotados nesses países e no nosso reside no fato de que, enquanto aqui o funcionário é submetido a apenas um estágio, lá se o mesmo mudar de cargo ainda que mediante promoção vertical, ficará sujeito a novo estágio para confirmação.

Assim, podemos concluir que no Brasil o estágio é feito e diz respeito ao serviço público e não ao cargo.

Verificação dos requisitos. — O Estatuto dos Funcionários Públicos não estabelece o processo de verificação dos requisitos para confirmação do estagiário, limitando-se a dizer que:

“Sem prejuízo da remessa periódica do boletim de merecimento ao Serviço de Pessoal, os chefes da repartição ou serviço em que sirvam funcionários sujeitos a estágio probatório, quatro meses antes da terminação dêste, informarão reservadamente à Comissão de Efi-

ência sobre esses funcionários tendo em vista os requisitos enumerados nos itens I a V deste artigo. (Art. 16 § 1.º).

Ademais, a lei que, infelizmente, deixa de fazer qualquer referência ao chefe imediato do funcionário, coloca os chefes de repartição ou de serviço na posição de meros informantes, além de que não prescreve as normas a que deverão obedecer no preparo de suas informações.

Disso resulta que os chefes se consideram, em geral, pouco responsáveis pelo êxito ou fracasso do estágio probatório e se mostram muito comumente propensos a passar adiante certos encargos que lhes deveriam inspirar a máxima diligência.

Confirmação ou exoneração do estagiário. — Consoante dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos (artigo 16) as informações do chefe da repartição ou do serviço onde serve o estagiário serão enviadas ao órgão de pessoal, o qual formulará parecer escrito, opinando sobre o merecimento do estagiário em relação a cada um dos requisitos e concluindo a favor da confirmação ou contra ela.

Se o parecer fôr contrário à confirmação do estagiário este terá vista do mesmo para fins de defesa. O processo será então submetido à apreciação do Ministro de Estado, o qual, mediante despacho, decidirá a favor ou contra a confirmação, devendo nesta última hipótese encaminhar ao Presidente da República o decreto de exoneração do estagiário. É de se salientar que a apuração dos requisitos acima apontados deve processar-se de modo a permitir possa a exoneração do funcionário ser feita antes de findo o período de estágio (art. 16, § 6.º do E. F.).

Embora a confirmação não dependa de qualquer novo ato (art. 16, § 5.º, do E. F.), o despacho do Ministro favorável à mesma deverá ser publicado.

No caso dos órgãos diretamente subordinados à Pres. da República ao invés do Ministro de Estado são os dirigentes supremos de tais órgãos que decidem a respeito da confirmação do estagiário. Para o extranumerário não há estágio probatório, pois a admissão deles se faz sempre a título precário.

AFASTAMENTO DO SERVIDOR. FORMAS E FUNDAMENTOS

1. Conceito. — Entende-se por afastamento a ausência do servidor da repartição, da sede ou do exercício, nos casos e na forma permitidos em lei.

Esse conceito, dada sua amplitude, abrange tôdas as formas de afastamento, inclusive licenças e férias. Estas duas modalidades, porém, por apresentarem feição especial e estarem sujeitas a uma regulamentação à parte serão estudadas em separado, o que terá ainda a vantagem de permitir melhor método de exposição.

Por ora, será estudado, apenas, o afastamento do servidor para estudos ou prestação de

serviço fora da repartição, da sede ou do exercício do cargo que ocupa.

2. Formas. — Assim encarado, o afastamento pode ser:

a) *da repartição, com permanência na sede.* (Exemplo: — Um funcionário do D. A. S. P. é designado para participar dos trabalhos de reorganização do cadastro do Serviço do Patrimônio da União no Distrito Federal);

b) *da sede, sem prejuízo do exercício* (Exemplo: — Um técnico de pessoal é designado para reorganizar os quadros do funcionalismo do Estado de Minas Gerais);

c) *do exercício, com permanência na sede* (Exemplo: — Um oficial administrativo da Divisão do Material do Ministério da Agricultura é designado para servir como membro de mesa apuradora das eleições para vereador do Distrito Federal);

d) *da sede e do exercício* (Exemplo: — Um biólogo de Manguinhos vai realizar um curso sobre fungos numa universidade americana).

3. Fundamentos. — Os exemplos acima deixam perceber que o afastamento pode ser determinado por finalidades as mais diversas. Por isso mesmo, seus fundamentos legais são variáveis. Com o objetivo de sistematizar a matéria, poderemos indicar as seguintes hipóteses:

I) Afastamento do servidor a fim de prestar colaboração a outro órgão do serviço público federal, dentro das funções habituais do seu cargo. Quanto à forma, esse afastamento pode enquadrar-se nas alíneas a e b acima. Seu fundamento legal encontra-se no art. 35 do Estatuto dos Funcionários Públicos ou nas leis orgânicas e respectivos regimentos das diversas repartições.

II) Afastamento do servidor a fim de exercer cargo em comissão ou função gratificada, no serviço público federal. Quanto à forma, esse afastamento pode enquadrar-se nas alíneas a, c e d. Seu fundamento legal encontra-se no art. 110 do Estatuto dos Funcionários Públicos e nos dispositivos do Decreto-lei n.º 7.440, de 5 de abril de 1945 (D. O. 7-4-45).

III) Para realizar viagem de estudo ou missão no estrangeiro. Quanto à forma esse afastamento pode enquadrar-se nas alíneas b e d. Seu fundamento legal encontra-se nos arts. 41, 97, inciso XI e 219, inciso VI e está regulamentado pelos Decretos-leis 1.258, de 8-5-39 e 7.729, de 12-7-45.

IV) Para o desempenho de funções legislativas. Quanto à forma, pode enquadrar-se nas alíneas c e d. Seu fundamento legal encontra-se no art. 50 da Const. Fed. e art. 97, inciso VIII, do E. F.

V) Afastamento do servidor a fim de exercer funções de interventor federal ou outras de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, ou em virtude de mandato eletivo. Quanto à forma, enquadra-se na alínea d. Seu fundamento legal encontra-se no art. 97, inciso VII, do E. F., com a nova redação dada pelo D.L. 6.929, de 5-10-44, (D. O. 7-10-44).

VI) Afastamento do servidor para exercer, em comissão, cargo ou função, dos Estados, Municípios, Territórios, órgãos autárquicos e paraestatais. Quanto à forma, pode enquadrar-se nas alíneas a, c e d. Seu fundamento legal encontra-se no art. 214, do E. F., com a nova redação dada pelo D. L. 3.522, de 19-8-41 (D.O. 29 de agosto de 1941).

VII) Afastamento do servidor a fim de prestar colaboração, em cargos técnicos ou de direção, a sociedades de economia mista e fundações. Quanto à forma, enquadra-se nas alíneas c e d. Seu fundamento legal encontra-se no Decreto-lei n.º 6.877 de 18-9-44, modificado pelo de n.º 7.881, de 20-8-45.

VIII) Afastamento do servidor a fim de prestar colaboração a entidades internacionais com as quais o Brasil coopere. Quanto à forma pode enquadrar-se nas alíneas *b* e *d*. Seu fundamento legal encontra-se no Decreto-lei n.º 9.538, de 1-8-46 (D. O. de 3-8-46).

4. *Processamento.* — Os afastamentos que dependem de autorização do Presidente da República (hipóteses figuradas nos itens I, II, III, VI, VII e VIII) obedecem, com algumas variantes, a um processamento que é o seguinte:

a) o órgão requisitante dirigir-se-á diretamente ao órgão a cuja lotação pertencer o funcionário indicando os motivos que fundamenta a requisição;

b) o órgão a que pertence o funcionário informará se o afastamento acarreta prejuízo aos serviços e, em seguida, submeterá o assunto à decisão do Ministro de Estado, o qual se concordar com a requisição encaminhará o processo à Presidência da República, para a necessária autorização;

c) a informação das propostas de requisição de funcionários lotados em órgãos diretamente subordinados à Presidência da República, bem como o encaminhamento do pedido de autorização a quem se refere o item anterior, caberão à direção suprema dos aludidos órgãos.

As normas para esses afastamentos foram expedidas pela Sec. da Pres. da República através das Circulares 1/45, de 12-3-45 (D. O. de 14) — 1/46, de 9-1-46 (D. O. 11) — 12/43, de 18 de agosto de 1943 (D. O. 19-8-43).

Os afastamentos que independem de autorização do Presidente da República processam-se de modo mais simples. Em geral, o próprio funcionário, juntando a prova de sua designação para serviço obrigatório ou de sua eleição para o exercício de mandato legislativo, solicita sejam feitas as competentes anotações nos seus registros funcionais. Pode também acontecer que o próprio órgão legislativo, as autoridades militares ou judiciárias, conforme o caso, tomem a iniciativa de fazer as devidas comunicações à repartição a que pertencer o funcionário cujo afastamento se impuser.

5. *Efeitos.* — Os efeitos que o afastamento produz podem atingir o vencimento ou o tempo

de serviço do funcionário, isolada ou conjuntamente, excetuando-se a esta regra os afastamentos para o exercício de função gratificada de chefia no S. P. F., que não interrompem o exercício, e os que têm em vista a realização de estudos ou missão no estrangeiro. Nestas duas hipóteses o funcionário afastado, além de receber, integralmente, seus vencimentos, conta tempo de serviço para todos os efeitos.

Nas demais hipóteses verifica-se o seguinte:

1) O funcionário afastado para exercer cargo em comissão do S. P. F. perde os vencimentos do cargo efetivo, mas conta tempo de serviço para todos os efeitos; pode, porém, optar pelos vencimentos do cargo efetivo (§ único do art. 110 do E. F.).

2) O funcionário afastado para o desempenho de mandato legislativo perde o vencimento do cargo enquanto durar o mandato e somente conta tempo para promoção por antiguidade e para aposentadoria (art. 50 da Constituição).

3) O funcionário afastado para o exercício de funções de Interventor federal ou outras de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República, perde apenas o vencimento do cargo efetivo, se por ele não optar, contando tempo para todos os efeitos (art. 215 do E. F.).

4) O funcionário afastado para o exercício, em comissão, de cargo ou função dos Estados, Municípios ou Territórios, perde apenas o vencimento do cargo ou da função e conta tempo para todos os efeitos, se o cargo ou função fôr de chefia ou direção. Se não fôr, além de perder o vencimento, só conta o tempo para efeito de aposentadoria e disponibilidade (art. 214, §§ 1.º e 2.º).

5) O funcionário afastado para prestar colaboração em cargo técnico ou de direção a sociedades de economia mista e fundações perde o vencimento do cargo efetivo, mas conta tempo para todos os efeitos se o cargo que exercer fôr de direção; se o cargo fôr técnico e não de direção, além da perda do vencimento do cargo efetivo, somente contará tempo para efeito de aposentadoria (D. L. 6.877, de 18-9-44, modificado pelo de n.º 7.881, de 20-8-45).

6) O funcionário afastado para prestar colaboração a entidades internacionais perde o vencimento do cargo efetivo e conta tempo apenas para aposentadoria (Decreto-lei n.º 9.538, de 1-8-46 — *Diário Oficial* de 3-8-46).

DOCUMENTÁRIO

Princípios e Problemas de Governo

CHARLES G. HAINES

(Professor de Ciência Política da Universidade de Califórnia)

E

BERTA M. HAINES

(Tradução de Espírito Santo Mesquita)

(Continuação do Cap. V)

NOVOS PROPÓSITOS DO GOVERNO

Como consequência da nova legislação, montou-se recentemente nova máquina administrativa, introduzindo-se então certas modificações nas relações entre o governo e a sociedade. — Verificara-se o reconhecimento do fato de que os seres humanos não podem ser indefinidamente sacrificados aos milhões em benefício da livre manifestação das forças econômicas. Acreditou-se, além disso, que esforços organizados capazes de criar um mecanismo econômico tão eficiente também poderiam ser utilizados para evitar o triste dobre de finado pela vida e pela saúde exigido pelos reajustamentos nas modernas condições de existência.

O controle centralizado das forças sociais e industriais é tido como uma consequência inevitável do progresso econômico da época. Muito embora nos dez anos que se seguiram à primeira conflagração mundial o povo americano estivesse disposto a tolerar um governo dispendioso, queria ele também que esse governo interferisse o menos possível em seus negócios particulares. Atualmente, o povo quer um governo que não saia muito caro à nação; mas já pensa que ele deve realmente controlar a política e as atividades econômicas. Para muita gente o progresso não está na criação de um super-estado que controle e domine a vida social e individual em seus aspectos nacionais e internacionais, mas, sim, no desenvolvimento e ampliação de órgãos semi-autônomos dentro da estrutura do Estado. As tentativas de auto-regulamentação dos negócios, tentativas essas realizadas de forma definida em muitos setores da indústria sujeitos à supervisão do governo, revelam que existe de fato uma tendência de promissoras possibilidades.

Se essas tendências persistirem e se forem estimuladas, o objetivo de impedir o pagamento de salários excessivamente baixos, o regime de trabalho em condições muito duras e a prática de atos desonestos que contribuam para baixar o padrão de vida do trabalhador ou que atentem contra a segurança, a saúde e a vida do operariado será cada vez mais importante para o governo. De outro lado, será cada vez mais necessário o emprego da força de que dispõe o poder público para evitar que sejam usados os processos desonestos de negócios, para coibir os lucros excessivos e a proliferação dos monopólios. Entre os dois extremos, não só será permitida a mais ampla regulamentação possível como será mesmo defendida e posta em prática pelo governo essa regulamentação. Como parte do plano de regulamentação das atividades econômicas haverá, como nunca houve, o mais completo sistema de controle dos bancos, do crédito e da moeda.

Hoje, a questão mais importante é a seguinte: produzirá resultado a tentativa de adaptar um sistema individualista e capitalista a uma ordem econômica dirigida? Apesar de haver mais gêneros alimentícios, mais artigos de vestuário, mais casas de moradia, mais conforto do que antigamente, ainda existem milhões de pessoas que passam fome ou que vivem precariamente com pouco mais do que é estritamente indispensável à subsistência. Já não tem valor a tese de que a simples força da lei da oferta e da procura e a atuação normal das leis econômicas que regem a sociedade capitalista atual bastarão, por si só, para salvar a situação.

Sabemos hoje que a produção, visando exclusivamente o lucro, tanto pode ser eficiente como insuficiente. Que, muito embora o lucro numa

pequena empresa privada seja um índice de eficiência, numa grande empresa pode ser um índice de roubo e exploração em grande escala.

Foi da falta de controle da ganância e das ambições exorbitantes dos indivíduos empenhados na produção de mercadorias e na manipulação de capitais e créditos que resultou, em grande parte pelo menos, o desastroso pânico de 1929 e as suas terríveis consequências. A não ser que possa o governo tomar algumas medidas reguladoras a fim de impedir que os interesses egoísticos voltem a dominar o mercado de títulos e a se apropriar do lucro das empresas em benefício próprio, só podemos prever um desastre de natureza idêntica ao de 1929 em futuro bem próximo.

PLANEJAMENTO ECONÔMICO

Em consequência da Primeira Grande Guerra e dos sucessos políticos e econômicos delas oriundos, verificou-se um movimento em prol da suplementação dos poderes legislativos, executivos e judiciários tendo em vista estabelecer o controle das atividades econômicas e políticas por meio dos conselhos de economia. Um dos primeiros atos do regime bolchevista na Rússia foi o de criação de um Conselho Nacional Supremo de Economia. Foi confiada a esse órgão a tarefa de nacionalizar as grandes indústrias do país e de supervisionar o exercício do controle do operariado em toda a Rússia. Por força de um decreto executivo tornou-se esse conselho órgão regulador supremo do sistema industrial soviético. Até o momento, a maior tentativa de controlar a vida econômica de um povo foi a consubstanciada no Plano Quinquenal soviético destinado a estimular a indústria e a produção e a exercer o controle sobre a distribuição de artigos e bens. Muito embora sejam bastante díspares as opiniões a respeito do êxito do plano e dos resultados de ordem estável por ele alcançados, concorda-se de uma maneira geral que ele serviu para impedir sofresse o povo russo os nocivos efeitos da depressão que atingiu a todas as nações.

A experiência russo-soviética foi cedo acompanhada pela formação de conselhos econômicos na Alemanha e na Tchecoslováquia, conselhos esses previstos nas respectivas constituições aprovadas entre 1918 a 1920, empreendendo também a França a implantação de plano idêntico com a formação de um conselho econômico voluntário. Mais de uma dúzia de órgãos desse tipo e dessa natureza foram criados em vários países variando entre 50 (França) e mais de 300 (Alemanha) o número de seus integrantes. Os membros desses conselhos são, em alguns casos, eleitos pelas orga-

nizações econômicas e associações de classe, de acordo com os regulamentos baixados pelo governo e, em outros casos, aquelas associações preparam a lista dos candidatos aos cargos do conselho, nomeando então o governo os respectivos membros dentre aqueles consignados nessa lista. Os componentes do conselho geralmente representam grupos do setor da agricultura, da indústria, do comércio, dos bancos, dos transportes e das profissões. Os consumidores são nele representados pelas municipalidades e cooperativas.

Podiam ser esses conselhos classificados em três grupos: primeiro, regulador e de planejamento, como o da União Soviética e o Conselho Econômico Nacional da Itália; o representativo e consultivo, como o da Alemanha, Tchecoslováquia e França, cuja principal atribuição era a de aconselhar o governo sobre matéria econômica e social e, terceiro, o consultivo, como o Conselho Econômico Consultivo da Inglaterra sob cuja tutela se formam grupos para prestar assistência ao governo dando-lhe pareceres e orientações técnicas. (1)

A idéia e o motivo da criação desses conselhos econômicos foram produto do fato de os interesses econômicos passarem a ocupar um lugar proeminente na sociedade e do desejo de se pôr em vigor planos definidos de reforma social e econômica. O capital e o trabalho deviam ter iguais oportunidades de contribuir para ou participar do plano de reajustamento ordenado de suas mútuas relações e também daquelas que mantêm com o Estado. O melhor trabalho é o que realizam os conselhos consultivos (como o da França) em que os respectivos membros se reúnem com as autoridades executivas do governo para preparar relatórios sobre as questões econômicas e sociais como construção de casas, desemprego, energia hidrelétrica e aviação comercial.

Muito embora significassem esses conselhos um novo ponto de vista e uma nova maneira de estudar os problemas políticos, eles constituíram, em certos casos, motivos de desapontamento para seus idealizadores. Os órgãos legislativos os viam como rivais e tudo fizeram para restringir seus poderes acabando os governos por transformá-los em simples órgãos de administração.

Há um acordo geral de que é pequena a influência dos conselhos sobre a legislação. E' notável, observa o Dr. Lorwin, "a maneira inteligente com que os grupos estão fazendo de uma grande reforma uma coisa insignificante". Os conselhos tornaram-se órgãos destinados principalmente a facilitar e a socializar a elaboração de planos de política econômica nacional defendidos pelos partidos mais fortes e pelos líderes do go-

(1) *Advisory Economic Council*, de Lewis L. Lorwin (The Brookings Institution, 1931).

vêrno. Acredita o Dr. Lorwin que "o fato de poderem conselhos econômicos desenvolver ou criar uma função permanente da estrutura política e jurídica da civilização ocidental, depende em parte da sobrevivência das instituições democráticas em geral e, noutra parte, da sua capacidade para resolver os problemas que deram origem a esses órgãos". (2)

Tomando por modelo a organização e a política do War Industries Board criado durante a primeira guerra mundial, foram feitas numerosas propostas de instituição nos Estados Unidos de um conselho nacional das indústrias ou conselho econômico. Aumentou muito, porém, o movimento em prol do planejamento econômico e social devido ao amplo alcance e às desastrosas conseqüências da depressão que teve início em 1929. Os muitos planos propostos a partir de então podem ser classificados entre quatro tipos principais: primeiro, o do conselho administrativo com poderes para impor suas regulamentações; segundo, o do conselho consultivo de acordo com o modelo europeu concebido para servir de órgão de assistência ao Congresso e aos legislativos estaduais; terceiro, o de congregação de empregadores de um determinado ramo de indústria, sujeitos ao controle e supervisão limitados do governo; quarto, o de uma organização nacional criada pelas indústrias, com órgãos locais que trabalham em íntima colaboração uns com os outros. Estes tipos, o primeiro e o segundo eram organizados como repartições públicas e os do terceiro e quarto eram organizações voluntárias que deviam prestar assistência a toda a indústria.

Para o Professor Beard que elaborou um dos mais discutidos planos e muito contribuiu para que fôssem tornadas públicas outras propostas de natureza idêntica, o desafio ao capitalismo e os esforços empregados com o objetivo de responder a esse desafio por meio de uma conjugação da liberdade individual e da iniciativa com o planejamento e o controle coletivo, pareceu marcar o início de uma nova fase no desenvolvimento intelectual e moral da humanidade. O plano Beard previa a criação de um conselho econômico nacional pelo Congresso, conselho esse que seria assistido por um órgão extra encarregado de preparar a estratégia e de fazer o planejamento, tendo em vista assegurar a unidade de direção de todas as corporações empenhadas na produção de coisas necessárias à vida do indivíduo. Este órgão desempenharia a função de co-

ordenar os vários setores da economia a fim de promover o necessário abastecimento dos principais artigos de alimentação, vestuário e abrigo e regular suas interrelações — financeiras, administrativas e distributivas (3). Cada indústria ou grupo de indústria formaria um consórcio e teria o seu próprio órgão de planejamento que cooperaria com o conselho nacional. Entre as atribuições desse conselho está a de determinação dos critérios em que seriam baseados os serviços padrões, as taxas equitativas e uma justa margem de lucros para os capitais prudentemente investidos.

Contrastam com esse plano as propostas de Henry I. Harriman, Presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos e de Gerard Swope, Presidente da *General Electric*, os quais pretendiam implantar um programa de produção e distribuição que seria da iniciativa dos próprios círculos do alto comércio e da indústria. Reconhecendo a necessidade da centralização do controle e da direção das atividades econômicas esses planos têm como principal objetivo a defesa da iniciativa privada e da livre concorrência a que se deve tantos progressos substanciais e impor um certo controle para diminuir as flutuações que tão severamente afetam o campo dos negócios. Era desejo de Harriman que os negócios pusessem suas coisas em ordem com a menor cooperação ou controle possível do governo. Swope, por sua vez, queria que as associações de classe de cada setor dos negócios ou das indústrias que tivessem cinquenta ou mais empregados, agissem sob a supervisão do Federal Trade Commission ou do Departamento do Comércio a fim de estabelecerem ambos as normas de ação, determinarem a simplificação e padronização dos respectivos produtos, estabilizarem os preços e considerarem devidamente todas as questões que podem surgir, de tempos a tempos, relativas todas elas ao desenvolvimento e progresso da indústria e do comércio para assim promover a estabilização do trabalho (empregos) e prestarem os melhores serviços ao público. (4) Um conselho de administração seria criado para auxiliar os trabalhos de proteção aos empregados.

Todos os planos econômicos propostos estavam baseados na idéia de que não era possível permitir fôsse avante a crise econômica e de tra-

(2) *Ibid*, pág. 54.

(3) *America Faces the Future*, editado por Charles A. Beard (Houghton Mifflin Company, 1932) pág. 124.

(4) *Stabilization of Industry*, artigo de Gerard Swope em *America Faces the Future*, pág. 160.

balho com a conseqüente miséria e insegurança que coexistiam com a grande quantidade de matérias-primas e artigos manufaturados mais do que suficiente para atender às necessidades de todo o mundo. O plano era uma resposta à questão de serem ou não produto dos fatores humanos (que podem ser controlados por meio de medidas inteligentes) os aparecimentos inexoráveis dos ciclos de expansão, de explosão e de retraimento dos negócios com as suas conseqüentes calamidades.

Muito embora a maioria dos planos apresentados à consideração do público vise corrigir os males do capitalismo, deixando, porém, intatos os elementos básicos do seu sistema, há uma grande variedade deles que nos conduziriam progressivamente à adoção dos princípios e políticas do socialismo ou do comunismo. Medidas extremas desse tipo não se recomendam à grande maioria do povo americano; mas os aspectos principais do programa de recuperação do governo federal revelam que há uma evidente tendência para o controle socialista da vida econômica. (5)

O imenso volume das tarefas a serem executadas para que se possa implantar um plano ainda que parcial para algumas indústrias, mostram que o progresso na direção de um plano nacional inteligente só pode processar-se vagarosamente. Para levá-lo a cabo sob a orientação

(5) Vide *America Faces the Future; American Planning in the Words of its Promoters: The Annals* (março de 1932); *A New Deal*, de Stuart Chase (The Macmillan Company, 1932); *A Planned Society*, de George Soule (The Macmillan Company, 1932).

de instituições democráticas e representativas é, porém, preciso que se introduzam algumas difíceis modificações e ajustamentos no nosso mecanismo legal e político.

BIBLIOGRAFIA SUPLEMENTAR

YONG JAMES T., *the New American Government and Its Work*, (The Macmillan Co., 1933) terceira edição, cap. XII, XIV, XXXI e XXVII.

BEARD, CHARLES A., e BEARD, WILLIAM, *The American Leviathan. The Republic in the Machine Age* (The Macmillan Co. 1930) cap. XIV, XIX.

CRAWFORD FINLA GOFF, *Readings in American Government* (F. S. Crofts & Co., 1923) edição revista, cap. XXIV.

BERMAN, EDWARD, *Labor and the Sherman Act*, (Harper & Brothers, 1930) Common John R., e Andrew, John B., *Principles of Labor Legislation* (Harper & Brothers 1927), edição revista. Callcott, Mary S., *Principles of Social Legislation* (the Macmillan Co., 1932) Epstein, Abraham, *Insecurity — a Challenge to America* (Harrison Smith & Robert Haas, Inc., 1933) Berle, Adolf A., Jor., e Means, Gardiner C., *The Modern Corporation and Private Property* (Commerce Clearing House, 1932). — *America Faces the Future*, editado por Charles A. Beard (Houghton Mifflin Co., 1932).

BEARD, CHARLES A. e SMITH GEORGE H. E. *The Future Comes: A Study of the New Deal* (the Macmillan Company, 1933). Lindly, Ernest K., *the Roosevelt Revolution* (the Vicking Press Inc., 1933) Roosevelt, Franklin D. *On Our Way* (The John Day Company, 1934) Blachly F., e Oatman, Mirian E., *The Government and Administration in Germany* (John Hopkins Press, 1928) caps. XVI — XVIII.

HAMILTON, W. H., "AFFECTATION WITH a PUBLIC INTEREST", *Yale Law Journal* (Janeiro de 1930) vol. XXXIX, pág. 1.089.

(Continua)

Melhorando a Eficiência dos Empregados Públicos

JAMES M. MITCHELL

(In "Good Government", vol. LXVII, n.º 1)

Tradução de Tomás de Vilanova Monteiro Lopes

A EFICIÊNCIA dos cidadãos que ganham sua vida trabalhando para o Governo — Federal, Estadual ou local — tem sido objeto de antiga controvérsia. Desde os primórdios da história do país até o presente, o público em geral tem encontrado um meio de desabafo, quando não tendo nada mais sério para criticar, lamenta-se de que a média dos empregados públicos é ineficiente e quando está particularmente mal-humorado chega a dizer que o funcionalismo parasita o Tesouro. Inquestionavelmente, houve fundamento para crítica no passado e há necessidade para a mesma nos tempos atuais. E' verdade, também, que o quadro não é tão negro como muitos nos querem fazer acreditar.

O empregado público, de modo geral, produz trabalho superior à média. As malas de correio são entregues a tempo. Nossas estradas de rodagem não ficam em plano secundário, quando comparadas a outras. Nossos lares e nossas florestas são protegidos contra incêndios. A falsificação é hoje mais do que nunca uma ocupação muito precária. Os veteranos são tratados cuidadosamente e os indivíduos de capacidade física reduzida encontram oportunidades adequadas às suas aptidões. Todas essas coisas e muitas outras mais são realizadas com êxito e continuamente porque conscienciosos empregados públicos se acham diariamente à testa de seus trabalhos e os executam bem. Este lado favorável do Serviço Público merece ser pôsto em destaque por todos os americanos que acreditam sinceramente na sua própria forma de governo.

Supor, entretanto, que a eficiência do Serviço Público não pode ser aperfeiçoada é falso. Neste pequeno artigo não vamos relacionar todas as coisas que deveriam ser feitas mas apenas sugerir alguns dos aperfeiçoamentos que são urgentemente necessários. Admite-se, de certo, que a contínua expansão e a integral aceitação do princípio do mérito no Serviço Público é ainda uma necessidade primária. Supondo-se que exista uma lei de sistema do mérito razoavelmente boa, quais seriam os outros problemas fundamentais a resolver?

Parece-me que um dos aperfeiçoamentos mais urgentemente necessários, não só na adminis-

tração pública, senão também na indústria privada, é o da supervisão. Muitos empregados e a produção de muitas unidades de trabalho refletem o tipo de supervisão a que estão sujeitos. Sem dúvida o governo federal bem como os estaduais e os locais têm negligenciado o desenvolvimento e treinamento de bons supervisores. Pequeno número de repartições federais e algumas organizações estaduais e municipais adotaram programas de treinamento. Isso, entretanto, não basta. A Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos recomendou recentemente às repartições do governo federal que considerassem planos para um programa de aperfeiçoamento de chefes. Um dos planos apresentados sugere a distribuição do pessoal administrativo por outros setores diferentes daqueles nos quais atualmente exercem suas atividades. A Comissão acredita que isso ampliará a experiência dos empregados de carreira atualmente empenhados em trabalhos administrativos, dando-lhes um melhor conhecimento das atividades de toda a repartição a que pertencem.

A Comissão recomendou, também, que seja submetido a um treinamento sistemático em administração o pessoal das carreiras especializadas dos níveis profissional, científico e técnico que demonstrem aptidão para um aperfeiçoamento mais avançado. Acredito que as repartições federais em geral providenciarão no sentido de satisfazer essas necessidades de crescente progresso no desenvolvimento de pessoal administrativo mais bem qualificado.

Outro problema básico que deve ser resolvido antes da melhoria da eficiência dos empregados públicos é a obtenção de melhores métodos de seleção. O aperfeiçoamento dos testes psicológicos produzido pela Segunda Guerra Mundial oferece grandes possibilidades para melhoria dos métodos de seleção de empregados públicos.

A Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos está dispensando crescente atenção ao aperfeiçoamento das técnicas de organização e aplicação de testes. Cremos que os nossos métodos atuais de seleção podem ser muito melhorados. Também acreditamos que esse aperfeiçoamento exigirá tempo e dinheiro. Temos trabalhado diretamente

com outras repartições federais e contado com a assistência de peritos em diferentes setores de atividade, que nos têm ajudado na organização de nosso trabalho de treinamento de examinadores. Em recente teste para motoristas de veículos públicos trabalhamos no assunto cerca de dois anos. Alguns dos primeiros resultados da aplicação desses testes aperfeiçoados levaram-nos à crença de que nossos métodos de seleção virão a produzir melhores, mais capazes, mais seguros e mais eficientes motoristas para os veículos do Governo.

Uma terceira consideração básica, relativamente a melhoria da eficiência dos empregados do Governo, é a capacidade para reter nossos mais competentes servidores. Há uma crença generalizada de que o empregado público ou se aposenta ou morre, mas nunca é pôsto na rua. Afirmava-se outrora que poucos morriam e nenhum pedia demissão. Esta concepção de certo é errônea. Em verdade muitos administradores hábeis e competentes trocaram o Serviço Público nestes últimos anos por empregos mais bem remunerados na indústria privada, daí resultando uma forte pressão a favor da aprovação da recente lei de elevação de salários no Serviço Público Federal. Espera-se que essa legislação contribua não só para reter no Serviço Federal muitos funcionários capazes, como também para atrair outros.

As leis em vigor no Serviço Civil não dificultam a dispensa do empregado ineficiente. A maior parte das dificuldades que as repartições têm encontrado para se desfazer do pessoal incapaz talvez provenha dos supervisores imprópriamente treinados e dos administradores que relutam em assumir suas responsabilidades na verificação da conduta e do rendimento diário dos empregados em questão.

E' essencial que os empregados públicos sejam protegidos contra discriminações por motivos políticos, religiosos e raciais. Com êste objetivo medidas de defesa e recursos apropriados têm sido estabelecidos. Pode-se razoavelmente admitir que as formalidades para dispensa de um empregado são via de regra excessivamente complicadas e demandam tempo demasiado. À medida que começam a ser executados no Serviço Público programas de treinamento, que melhora o aperfeiçoamento dos supervisores, e que se desenvolve o pessoal administrativo, há tãda razão para se acreditar que métodos de trabalho mais aperfeiçoados podem ser postos em ação. Como ficou provado durante a Guerra a participação de todos os empregados, organizados ou não, pode ser muito útil nesse particular. Tem-se comentado muito livremente a respeito de formalismo no Serviço Público para concluir-se que a indústria privada está inteiramente liberta desse mal. Tal conclusão é falsa. O papelório e o formalismo são encontrados em qualquer organização de grande porte. As generalizações a propósito da eficiência dos empregados públicos são imprecisas. Há governos de Estados e cidades como há também repartições e departamentos do Governo Federal que são muito eficientes, havendo outros que necessitam grandemente de aperfeiçoarem seus serviços. Isto é igualmente verdadeiro em relação às empresas privadas. Indústria e Governo têm ambos realizado grandes progressos nestes últimos anos no que diz respeito à elevação do nível de eficiência e produtividade de seus empregados. O crescente conhecimento e a prática da boa administração de pessoal têm dado e continuará a dar uma contribuição substancial para êsse fim.

Biblioteca do D. A. S. P.

Revista do Serviço Público

VOL. N° 2 Fevereiro de 1951

350.5

50/65

R 454

Prove que sabe honrar os seus compromissos devolvendo com pontualidade este livro à Biblioteca do D. A. S. P.

Se, findo o prazo de empréstimo (2 semanas), o livro não fôr devolvido, será cobrada uma multa de 50 centavos por dia.

O prazo acima poderá ser prorrogado, caso a obra não esteja sendo procurada por outro leitor.

Depart. de Imp. Nacional — 11.036 - B